



Foto: Victor Schneider





Foto: James de Paula





Foto: Jainer Paz



Amei a tarde plena
de navios, ruas estreitas,
becos largos sonhos,
a tarde cheia do destino,
temporais da infância.

amei a tarde de olhos e narizes e bocas
na praça aberta de meu tempo interior,
a tarde cheia de esperas,
encontros, outras tardes,
e a palavra inventando teu pássaro rosto
sentado no tempo,
vago na queda,
pronto no vôo.



Ponte onde te vi passar,
onde as águas de um rio passam
e passa um barco todas as tardes,
meu coração preso
entre as tábuas do fundo.

Eu te arrebatarei numa hora qualquer,
lâmpada efêmera das águas.
Sim, eu te vi, te vejo,
te verei, Alma da Tarde.

(Lindolf Bell - As Annamárias)

Foto: João Carlos Medeiros

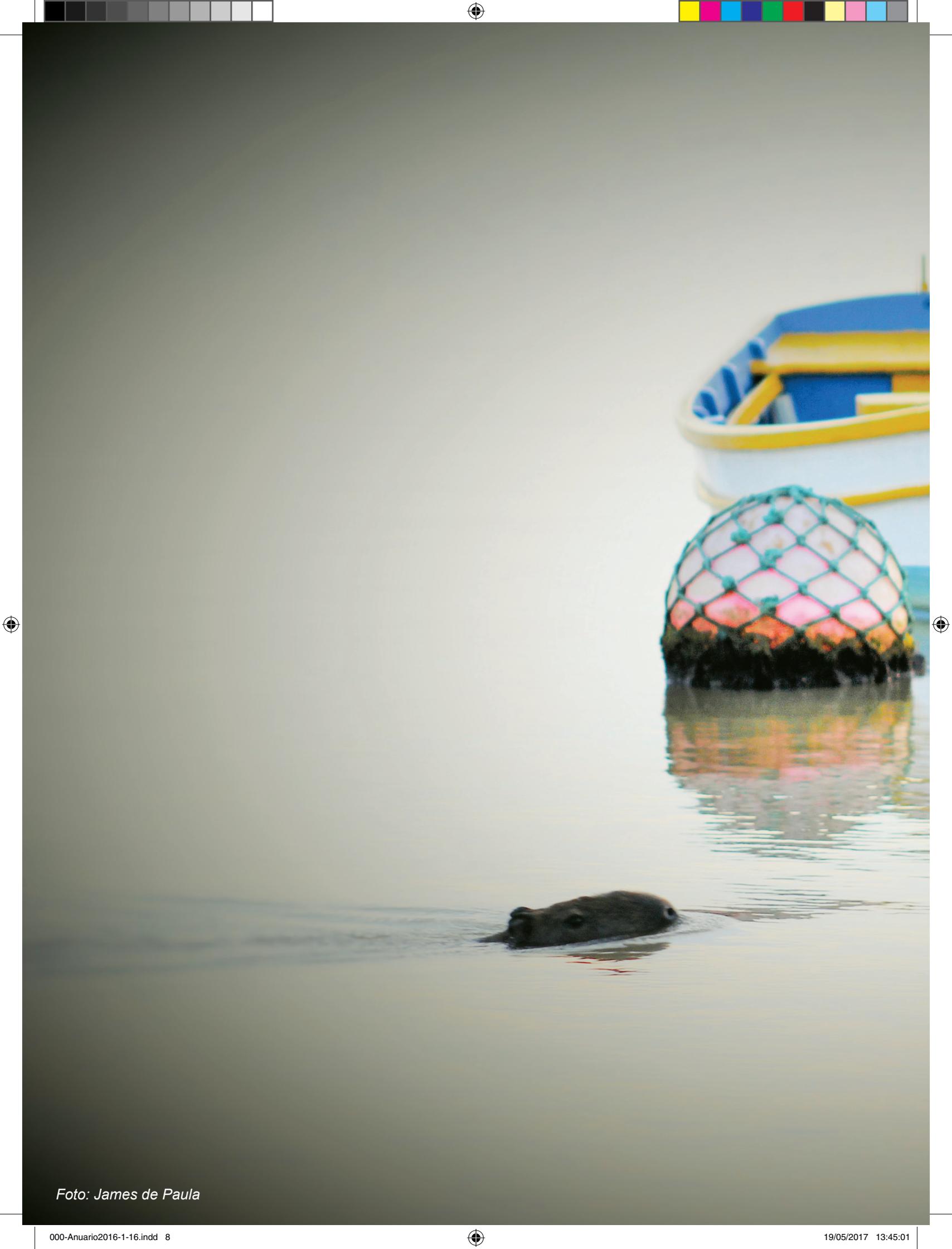
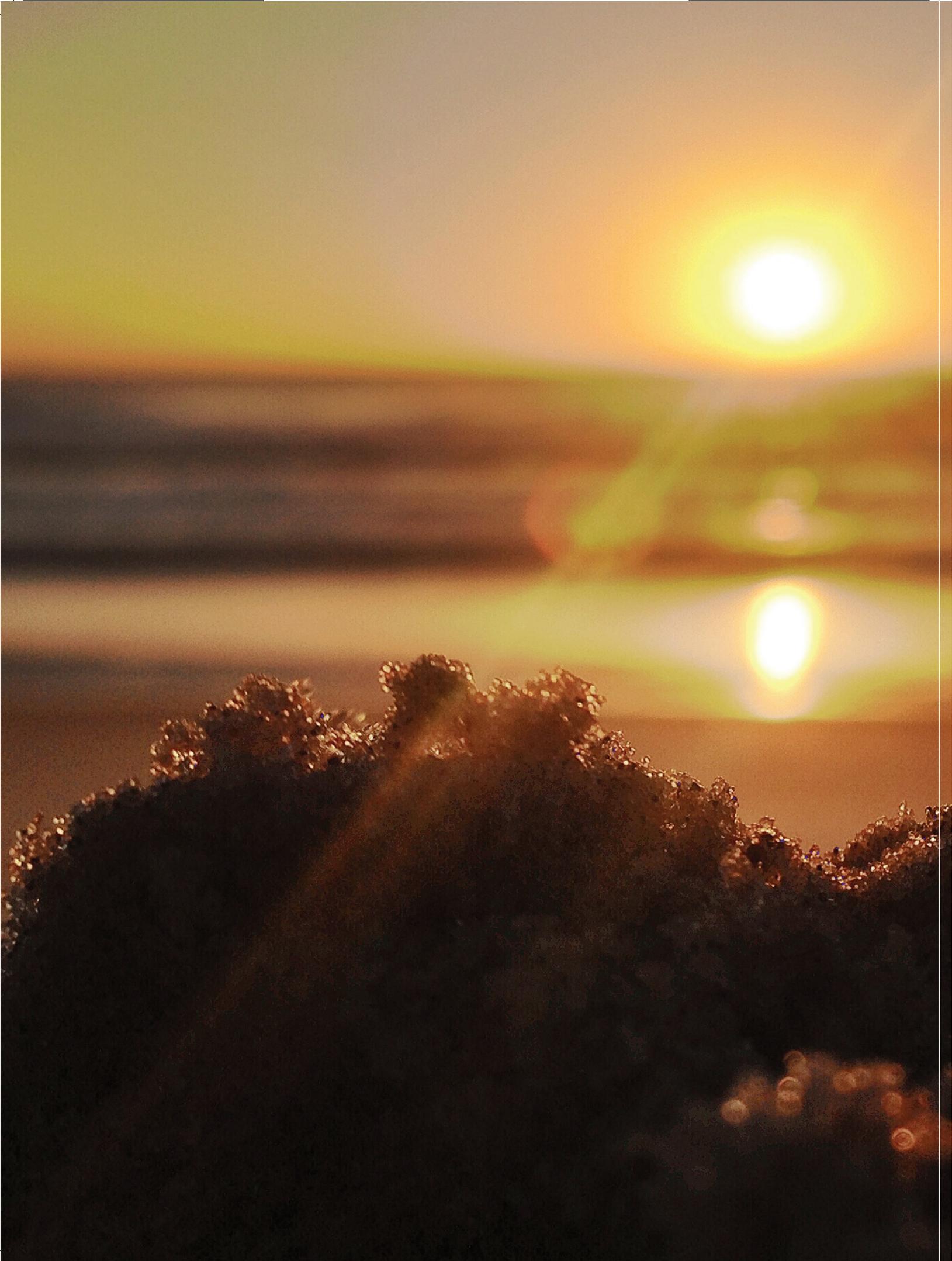
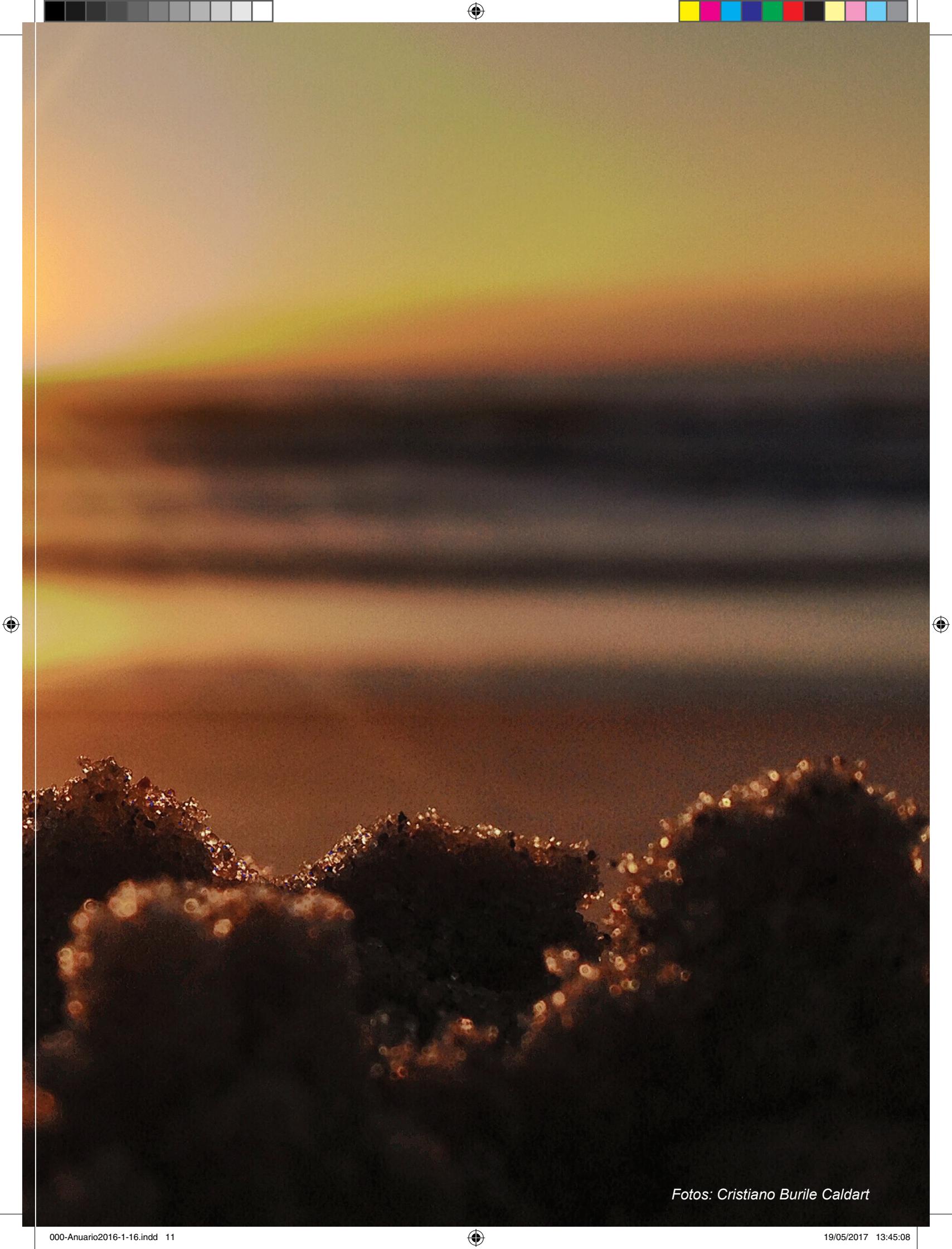


Foto: James de Paula







Fotos: Cristiano Burile Caldart



Foto: Ademir dos Santos Junior

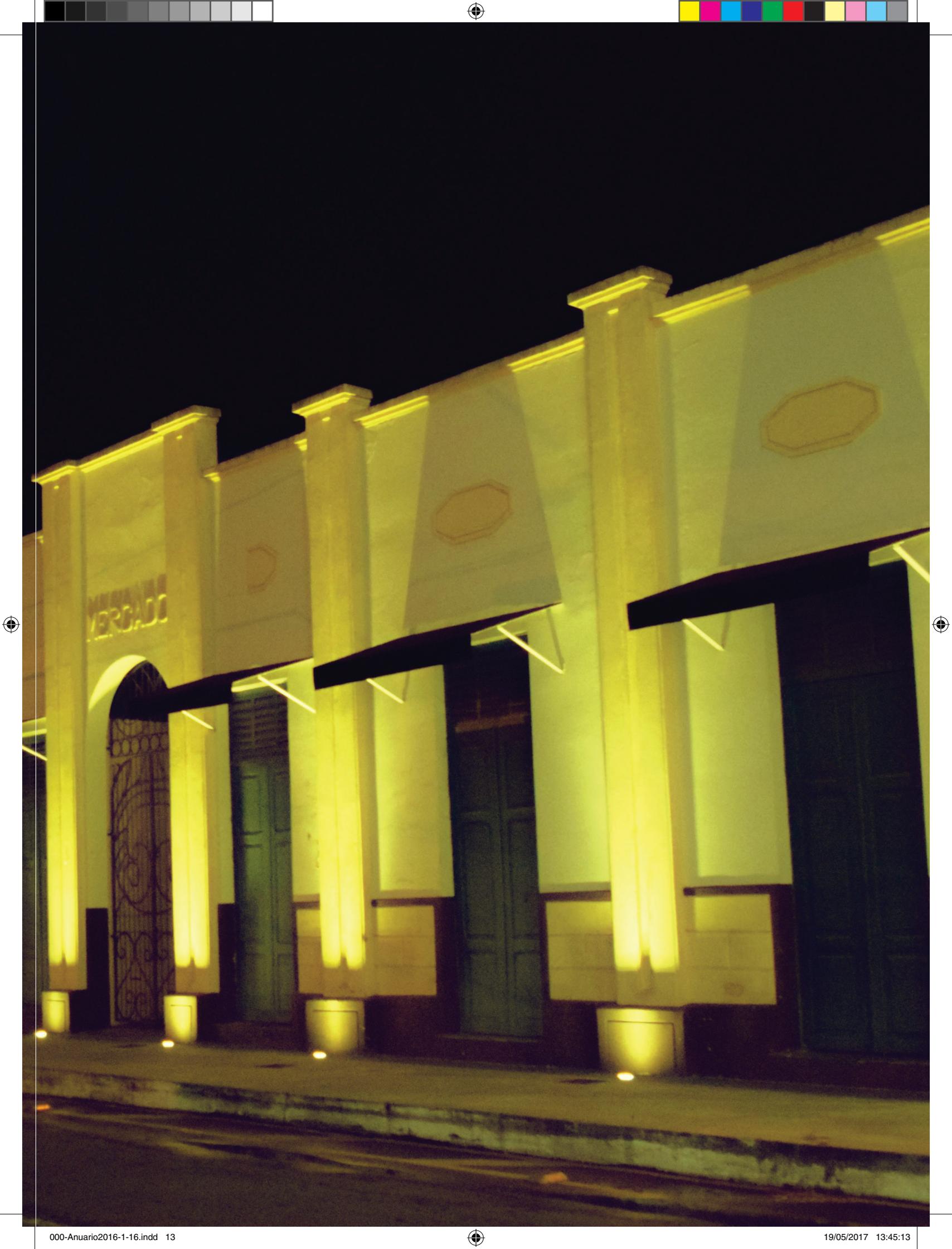




Foto: Juliana Caldeira Veciloski





Foto: James de Paula



ITAJAÍ - 2016







MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS

2016





MUNICÍPIO DE
ITAJAÍ



FUNDAÇÃO
GENÉSIO
MIRANDA
LINS

Prefeito

Volnei Morastoni

Vice

Marcelo Sodré

Superintendente da FGML

Normélio Weber



Ex-Libris FGML - Anuário de Itajaí

Periódico anual da Fundação Genésio Miranda Lins

Projeto Gráfico, Edição, Capa, Diagramação e Arte-finalização

Rogério Marcos Lenzi

Capa: Intervenção digital a partir da imagem da Super Lua (fotografia de Dinis Mengarda - 2016)

Conselho Editorial do Anuário 2016

Normélio Weber

Rosane Rothbarth

Rogério Marcos Lenzi

Conheça mais sobre a Fundação Genésio Miranda Lins

www.fgml.itajai.sc.gov.br

Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores

A636 Anuário de Itajaí 2016 / Fundação Genésio Miranda Lins. –

Itajaí : FGML, 2016.

160 p. : Il.

ISSN 1679 – 3056

1. Itajaí (SC) – História – Periódicos 2. História – Periódicos

CDD: SC I981.642005

CDU: 94(816.4)Itajaí

Ficha catalográfica

Bibliotecária Vera Lúcia de Nóbrega Pecego Estork

CRB 14/321

Sumário

APRESENTAÇÃO	23
O ENCALHE DO NUEVE DE JULIO EM ITAPOCORÓI <i>Fernando Alécio</i>	26
A MANIA DE BUNGALOWS EM ITAJAÍ <i>Thayse Fagundes e Braga</i>	36
UMA PRECIOSIDADE QUE FICOU APENAS NA MEMÓRIA <i>Émerson Ghislandi</i>	52
DO SÉCULO XIX AO XXI, A FORMAÇÃO DOS ACERVOS AFRO DESCENDENTES NO MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ <i>Marco Antônio Figueiredo Ballester Júnior</i>	54
NARRATIVA DE UMA VIAGEM DE ITAJAÍ PARA BLUMENAU EM 1881 <i>Carlos Henrique Müller</i>	68
A CAPELA DE SÃO JOÃO BATISTA DE ITAPOCORÓI - SUA IMPORTÂNCIA PARA A REGIÃO DE ITAJAÍ - RELATOS HISTÓRICOS E GENEALÓGICOS <i>Telmo José Tomio</i>	72
PERSONAGENS FOLCLÓRICOS ANIMAM O COTIDIANO <i>Émerson Ghislandi</i>	84



CRIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO EM ITAJAÍ: 50 ANOS DO COLÉGIO NORMAL ESTADUAL
DEPUTADO NILTON KUCKER

Edison d'Ávila

..... 88

O PONTAL DE AREIA E A BARRA DO RIO: UM PASSADO REPLETO DE NAUFRÁGIOS

Carlos Henrique Müller

..... 108

DE FUTEBOL, SORVETE E CIRCO

Émerson Ghislandi

..... 114

TRANSFORMAÇÕES DA URBE: O RECONHECIMENTO DO CENTRO ESPÍRITA ANJO DA GUARDA
COMO PATRIMÔNIO DA CIDADE DE ITAJAÍ

Angela Luciane Peyerl

..... 116

ONTEM E HOJE: PÁLIDO BOSQUEJO DA INUNDAÇÃO DO ITAJAÍ

Fernando Alécio

..... 124

UMA ENCHENTE QUE TRANSFORMOU NOSSAS VIDAS

Émerson Ghislandi

..... 128

A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1930 EM ITAJAÍ

Fernando Alécio

..... 132



Apresentação

Nesta 16ª edição do Anuário de Itajaí*, ano em que a Fundação Genésio Miranda Lins completou 40 Anos de existência (1976-2016 - existência esta que vela pelo futuro da cidade), difundem-se relatos, notícias históricas, memórias, crônicas e artigos que dizem respeito à memória da cidade e da região.



Fernando Alécio, em três momentos distintos, nos traz notícias históricas (O ENCALHE DO NUEVE DE JULIO EM ITAPOCORÓI), poesia (ONTEM E HOJE: PÁLIDO BOSQUEJO DA INUNDAÇÃO EM ITAJAÍ - *fac-símile*) e peculiaridades da história (A ELEIÇÃO MUNICIPAL DE 1930 EM ITAJAÍ); Thayse Fagundes e Braga apresenta interessante artigo sobre a construção civil na cidade (A MANIA DE BUNGALOWS EM ITAJAÍ); o mais novo memorialista e cronista, Émerson Ghislandi, aponta pela memória sua particularidades de uma cidade ida (UMA PRECIOSIDADE QUE FICOU APENAS NA MEMÓRIA), de alegrias simples (DE FUTEBOL, SORVETE E CIRCO), de pessoas conhecidas por tantos e por tantos quase esquecidas (PERSONAGENS FOLCLÓRICOS ANIMAM O COTIDIANO) e da tragédia estadual que mudou a todos (UMA ENCHENTE QUE TRANSFORMOU NOSSAS VIDAS).

Pesquisadores que há tempos participam deste periódico, Carlos Henrique Müller transcreve inusitado acontecimento (NARRATIVA DE UMA VIAGEM DE ITAJAÍ PARA

*Criado pelos eméritos jornalistas itajaienses Juventino Linhares e Jayme Fernandes Vieira, no ano de 1924, essa primeira edição - hoje um volume raro e histórico - não foi seguida de outras, como era a intenção, até 1949, quando Marcos Konder e Silveira Júnior tornam a editar o Anuário, porém sem continuidade. Já no ano de 1959, os jornalistas Laércio Cunha e Silva e Roberto Mello de Faria publicaram o Anuário desse ano e o de 1960, em comemoração ao 1º Centenário do Município de Itajaí. No ano de 1998 a publicação foi retomada pela Fundação Genésio Miranda Lins. Desde então o Anuário de Itajaí tornou-se um periódico imprescindível para a difusão dos conteúdos produzidos no município, nos campos da história, da literatura e das artes, que possibilitam o conhecimento e o reviver da nossa cultura e memória.

BLUMENAU EM 1881) grave problema que, hoje, toma outras dimensões (O PONTAL DE AREIA E A BARRA DO RIO: UM PASSADO REPLETO DE NAUFRÁGIOS). Edison d'Ávila rememora a “saga” da criação de um educandário em um artigo de fôlego (CRIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO EM ITAJAÍ: 50 ANOS DO COLÉGIO NORMAL ESTADUAL DEPUTADO NILTON KUCKER); conquanto Marco Antônio Figueiredo Ballester Júnior remonta os recortes de acervos do Museu Histórico (DO SÉCULO XIX AO XXI, A FORMAÇÃO DOS ACERVOS AFRO DESCENDENTES NO MHI).

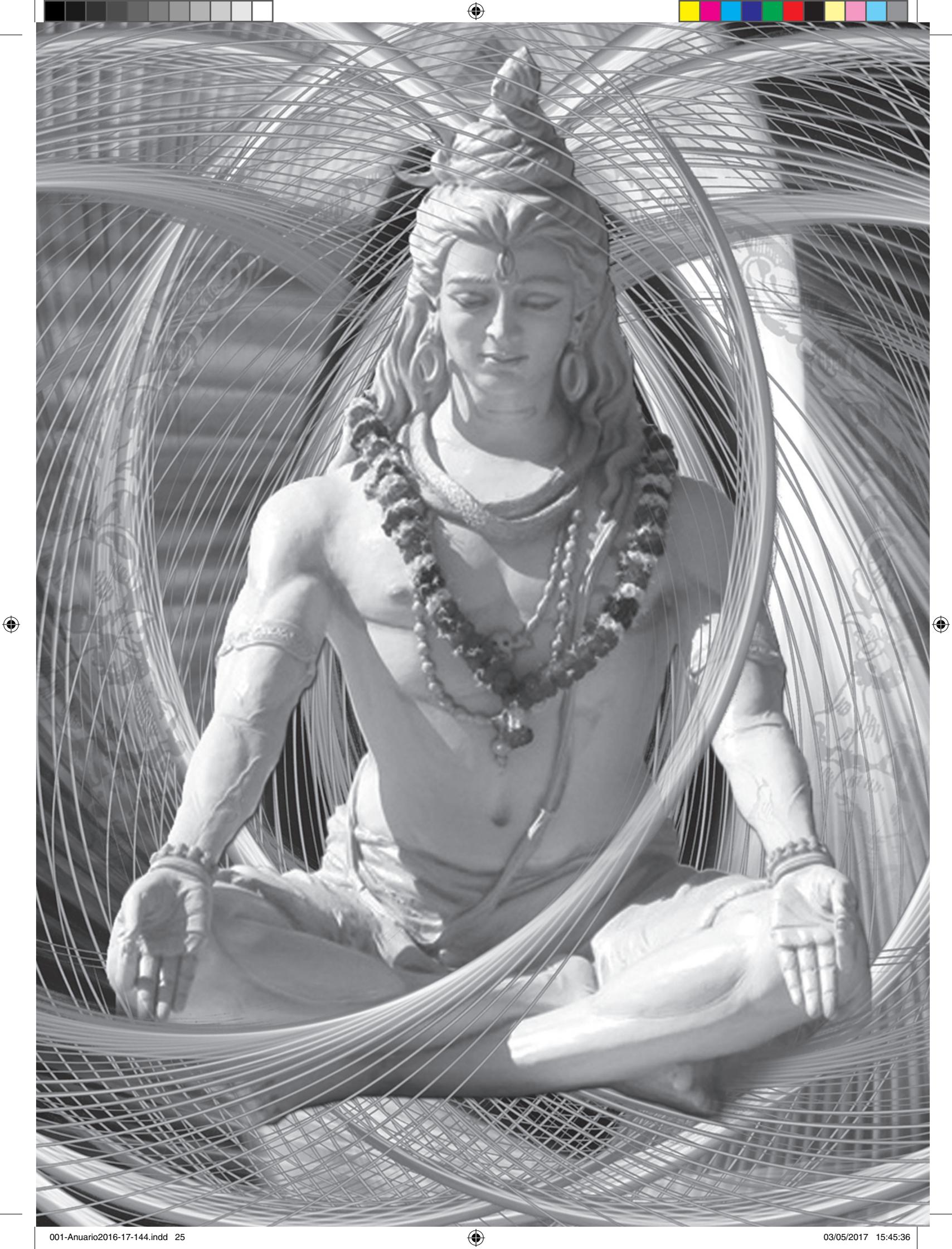
Telmo José Tomio, com suas importantes contribuições no que diz respeito a Genealogia, estende o tema (A CAPELA DE SÃO JOÃO DO ITAPOCORÓI - SUA IMPORTÂNCIA PARA A REGIÃO DE ITAJAÍ - RELATOS HISTÓRICOS E GENEALÓGICOS), conquanto Angela Luciane Peyerl nos incita a um olhar para além (TRANSFORMAÇÕES DA URBE: O RECONHECIMENTO DO CENTRO ESPÍRITA ANJO DA GUARDA COMO PATRIMÔNIO DA CIDADE DE ITAJAÍ).

E aos olhares fotográficos, mantemos dois cadernos especiais que contemplam algumas fotos do CONCURSO FOTOGRÁFICO PAISAGENS CULTURAIS, realizado pela Fundação Genésio Miranda Lins e o Centro de Documentação e Memória Histórica, além da contribuição de outros profissionais que, no olho da lente, deslindam para nós a cidade sorridente, em cores, em pessoas, em instantâneas ou meticulosas fotografias.

Plural sempre. Assim é o Anuário de Itajaí.

Boa leitura.

Rogério Lenzi





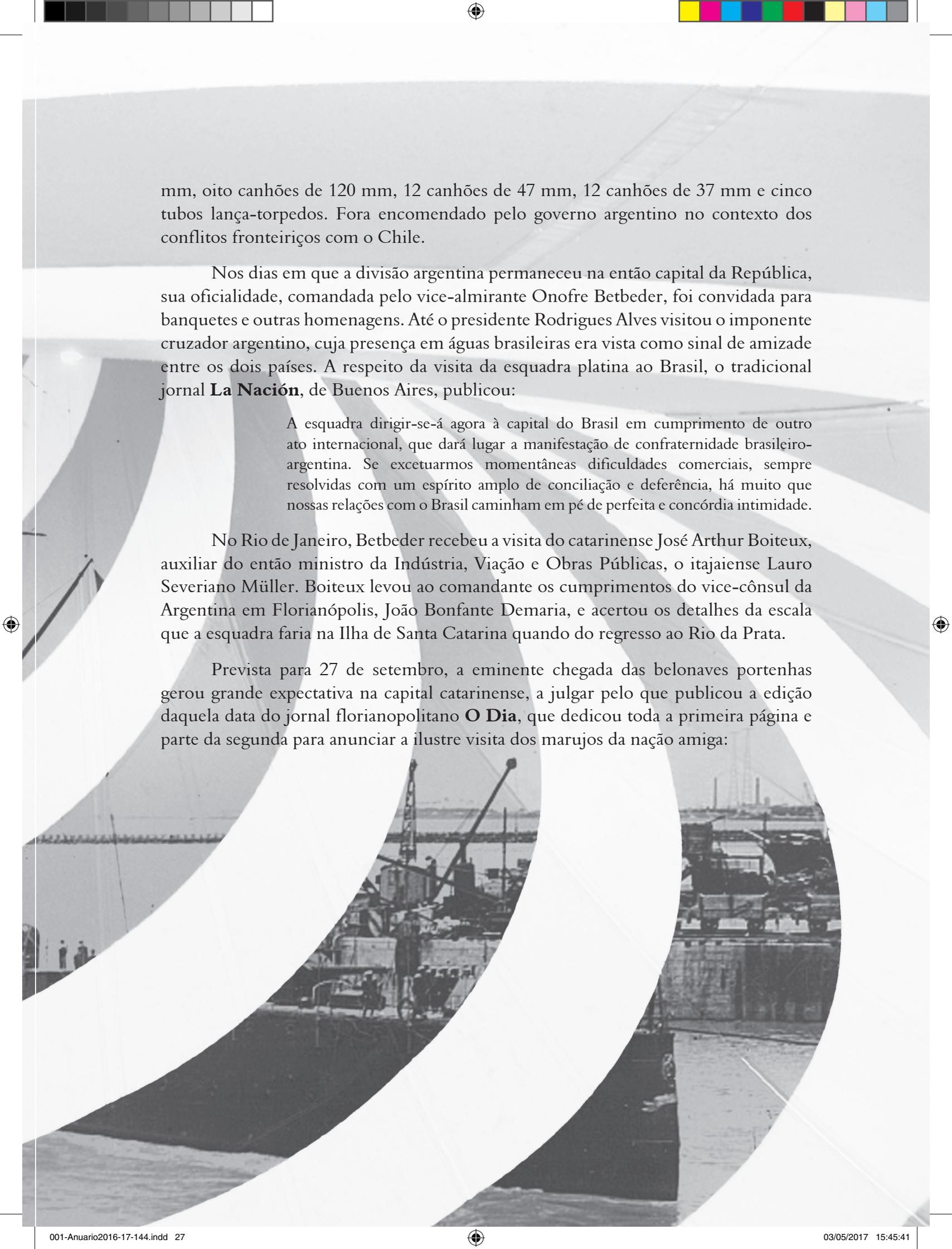
encalhe do Nueve de Julio em Itapocorói

FERNANDO ALÉCIO - JORNALISTA

Em setembro de 1905, uma divisão naval da Argentina esteve no Rio de Janeiro para participar das celebrações do 83º aniversário da Independência do Brasil. Composta pelo cruzador *Nueve de Julio* (navio chefe da divisão), pelos couraçados *Libertad* e *Independencia* e pela caça-torpedeira *Patria*, na manhã do dia 6 a esquadra da nação vizinha despontou garbosamente no horizonte carioca, fez manobras na Baía de Guanabara e saudou as autoridades brasileiras com uma salva de gala de 21 tiros de canhão.

Construído em 1892, no estaleiro Armstrong, Mitchell & Company, em Newcastle (Inglaterra), o cruzador *Nueve de Julio* tinha 113,50 metros de comprimento, 16,10 metros de largura, 5,60 metros de calado médio, 3,5 mil toneladas e capacidade de tripulação de 346 homens. Seu armamento era composto por quatro canhões de 150

Fotos do cruzado *Nueve de Julio*.
Crédito: Site Historia y Arqueologia
Marítima (sugestão do autor).



mm, oito canhões de 120 mm, 12 canhões de 47 mm, 12 canhões de 37 mm e cinco tubos lança-torpedos. Fora encomendado pelo governo argentino no contexto dos conflitos fronteiriços com o Chile.

Nos dias em que a divisão argentina permaneceu na então capital da República, sua oficialidade, comandada pelo vice-almirante Onofre Betbeder, foi convidada para banquetes e outras homenagens. Até o presidente Rodrigues Alves visitou o imponente cruzador argentino, cuja presença em águas brasileiras era vista como sinal de amizade entre os dois países. A respeito da visita da esquadra platina ao Brasil, o tradicional jornal **La Nación**, de Buenos Aires, publicou:

A esquadra dirigir-se-á agora à capital do Brasil em cumprimento de outro ato internacional, que dará lugar a manifestação de confraternidade brasileiro-argentina. Se excetuarmos momentâneas dificuldades comerciais, sempre resolvidas com um espírito amplo de conciliação e deferência, há muito que nossas relações com o Brasil caminham em pé de perfeita e concórdia intimidade.

No Rio de Janeiro, Betbeder recebeu a visita do catarinense José Arthur Boiteux, auxiliar do então ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, o itajaiense Lauro Severiano Müller. Boiteux levou ao comandante os cumprimentos do vice-cônsul da Argentina em Florianópolis, João Bonfante Demaria, e acertou os detalhes da escala que a esquadra faria na Ilha de Santa Catarina quando do regresso ao Rio da Prata.

Prevista para 27 de setembro, a eminente chegada das belonaves portenhas gerou grande expectativa na capital catarinense, a julgar pelo que publicou a edição daquela data do jornal florianopolitano **O Dia**, que dedicou toda a primeira página e parte da segunda para anunciar a ilustre visita dos marujos da nação amiga:

Foi com as mais vivas demonstrações de afeto que a Capital da República recebeu os simpáticos marinheiros; é com as mais sinceras efusões do coração que Santa Catarina os acolhe hoje, porque não somente aqui como em qualquer ponto do Brasil devemos, por muitos motivos, considerá-los antes irmãos que estrangeiros.

Na manhã do dia 26, por volta das 9h45, o cruzador *Nueve de Julio*, sem motivo esclarecido, tomou a direção da Enseada de Itapocorói (atual município de Penha, na época distrito de Itajaí). Ao se aproximar da costa, chocou-se contra uma rocha submersa na região da Ilha Feia. Nem mesmo o reforçado casco de aço pôde evitar os rombos provocados pela colisão e o navio encalhou. Conforme relatado na edição de 10 de novembro de 1905 da **Revista de Publicaciones Navales**, publicação oficial do Ministério da Marinha da Argentina, o navio foi invadido pela água logo após o impacto:

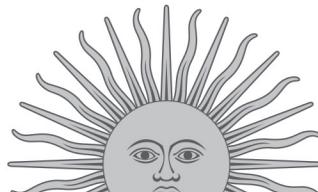
Imediatamente depois de ocorrer o choque começaram a inundar-se o compartimento de caldeiras de proa, os fundos duplos do mesmo extremo e os paióis de artilharia, contramestre e víveres, ao tempo em que começava a passar água da sentina destes à santabárbara dos canhões de 12 e 15 cm, assim como à santabárbara das peças de 47 mm por um rebite que saltou.

Uma curiosidade: o termo “santabárbara” é utilizado na linguagem naval dos países hispânicos para designar os compartimentos do navio destinados a custodiar pólvora ou outros explosivos. Recebe este nome porque os marinheiros costumavam colocar neste lugar a imagem de Santa Bárbara, considerada a protetora dos artilheiros.

A tripulação tentava a todo custo retirar a água do navio através de bombas, mas apesar dos esforços a água subia rapidamente. Um dos momentos de maior tensão foi quando a água ameaçou inundar as caldeiras de popa, o que provocaria um “apagão” no navio e cessaria os trabalhos das bombas:

A carvoaria transversal do centro representava o verdadeiro perigo para o navio; sua inundação se deveu a que a porta do anteparo estanque não havia fechado totalmente por causa de uma pedra de carvão que se interpôs no marco. O anteparo de popa da referida carvoaria, que é muito frágil, começou a sofrer flexões, ameaçando romper, com o que haveria inundado o compartimento de caldeiras de popa, apagando-se então seus fogos e interrompendo-se em consequência o funcionamento das bombas e centrífugas, que eram o único com que contava o navio nessa emergência. Procedeu-se a escorar o dito anteparo com toda rapidez e se conseguiu com este trabalho evitar o perigo imediato (*Revista de Publicaciones Navales*, p. 110, 10 nov. 1905).

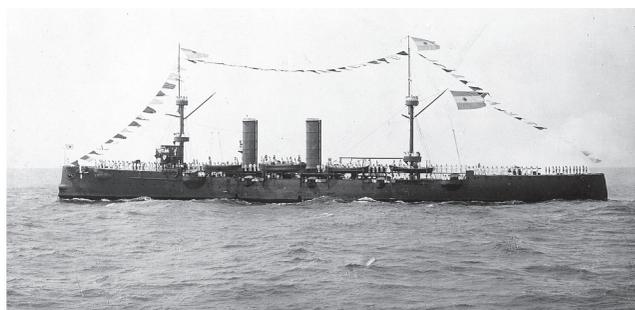
No momento do incidente, os navios da esquadra argentina navegam separados e o *Nueve de Julio* estava sozinho em Itapocorói. Pouco depois chegaram o *Patria* e o *Independencia* e auxiliaram o *Nueve de Julio* a se safar daquela situação angustiante. Na primeira tentativa de reboque, o cabo arrebentou. Utilizando outro cabo mais resistente e com ajuda da preamar, o *Independencia* conseguiu desencalhar o navio chefe



da divisão, numa operação de três horas que foi testemunhada pelos moradores da praia de Armação.

Quando voltou a flutuar, o cruzador foi aproximado da costa estrategicamente, deslocando-se para um local com menos água no caso de ir a pique. Os trabalhos para retirada de água e reparo provisório das avarias levaram três dias. No total, o navio embarcou 1.300 toneladas de água, sendo a maior parte nas caldeiras de proa (708 toneladas). Somente no dia 1º de outubro o *Nueve de Julio* pôde deixar a baía de Itapocorói e seguir a viagem, a pouca velocidade, até Florianópolis.

Na capital catarinense, a esquadra argentina se juntaria ao navio *1º de Mayo*, que zarpara de Buenos Aires no dia 30 de setembro com equipamentos para auxiliar nos reparos ao cruzador. No dia anterior, um oficial da esquadra argentina havia se dirigido a Itajaí, onde se utilizou do serviço telegráfico instalado na cidade para comunicar o governo de seu país sobre o problema ocorrido e pedir auxílio.



Segundo os argentinos, a rocha que causou o estrago no *Nueve de Julio* era desconhecida da cartografia náutica e não constava na carta inglesa número 530 que utilizavam. O próprio governo argentino se encarregou de informar o governo brasileiro e a comunidade náutica internacional sobre a existência e localização da pedra. A edição de 29 de novembro de 1905 do jornal **La Vanguardia**, de Barcelona (Espanha), publicou o “aviso aos navegantes” divulgado pela Marinha argentina com as características da rocha:

A sonda acusou fundo de rocha em uma extensão de 75 metros em direção E., e 40 metros em direção normal em sua extensão máxima, sendo a superfície muito irregular e cortada por rachaduras pouco profundas. A menor profundidade em maré baixa de sizígia é de 2'1 metros, saltando bruscamente a 4'6, 5'5, 7'6 e 9'2 metros respectivamente, que é a maior água sobre a rocha; ao redor há 11 e 12,8 metros de profundidade com areia fina cinza. A menor profundidade de encontra no extremo ocidental do baixo fundo, onde em uma distância de poucos metros a sonda salta de 7'6 metros a 2'1 metros. Não se nota descoloração da água nem movimento do mar que indique a presença da referida pedra.

O jornal **O Dia**, na edição de 3 de outubro de 1905, publicou uma reportagem com detalhes sobre o incidente de Itapocorói, informando que a laje de pedra localizava-se “distante 1.400 metros da costa”.

As avarias que o *Nueve de Julio* sofreu foram bem na proa e consistem em diversos rombos. O navio aprofundou 3 pés, chegando a ficar com o tubo lançatorpedos debaixo d'água. Foram empregadas felizmente com eficiência diversas camisas para tapar os rombos. A pedra sobre em que bateu o *Nueve de Julio* não está assinalada em nenhuma carta e apenas era conhecida por alguns pescadores do lugar. A esquadra, indo em demanda do Sul, entrara na Armação para ver a enseada, mas sem intuídos de deitar ferro, o que só fez em consequência do incidente ocorrido às 9 da manhã de 27. O sr. Almirante Betbeder achava-se a bordo do couraçado *Libertad* na barra de S. Francisco, onde por um *marconigrammo* transmitido pelo *Patria* teve notícia do que ocorrera, dirigindo-se imediatamente para Itapocoroy, onde chegando deu prontas e eficazes providencias (*O Dia*, p.2, 3 out 1905).

Como se vê, há uma divergência acerca da data em que teria ocorrido o incidente. O jornal florianopolitano cita o dia 27, mas o relato oficial da Marinha argentina, publicado na já citada **Revista de Publicaciones Navales**, registra que o encalhe se deu no dia 26. De qualquer forma, os argentinos permaneceram em Santa Catarina até 9 de outubro. No período em que estiveram em Florianópolis, foram recebidos com todas as honras.

Entre outras trocas de gentilezas, a banda de música da esquadra argentina se apresentou na Praça XV de Novembro. O governador Vidal Ramos ofereceu um jantar ao comandante Betbeder no Palácio do Governo, o que foi retribuído com um almoço oferecido ao governador a bordo do *Patria* no dia da despedida. Devido ao forte temporal que reinou durante a viagem de regresso, aumentaram as avarias remediadas do *Nueve de Julio*. Finalmente, em 15 de outubro de 1905, a divisão argentina aportou em Buenos Aires.

O encalhe do *Nueve de Julio* em Itapocorói deu margem a diversas teorias da conspiração no imaginário popular, surgindo versões de que os argentinos faziam levantamento clandestino da costa brasileira ou mesmo que estavam em busca de tesouros escondidos por piratas no litoral catarinense. O processo aberto pela Justiça Militar da Argentina não apontou culpados. Pelo contrário, enalteceu a dedicação da tripulação em salvar o navio, fazendo saber “a satisfação que experimentou o senhor presidente da República ao ter conhecimento do comportamento de todo o pessoal que tão decididamente contribuiu ao êxito dos trabalhos de salvamento do cruzador *9 de Julio*”. Apesar disso, o capitão do navio, Servando Cardoso, foi substituído do posto em novembro de 1905.

REFERÊNCIAS

Arquivo Resgate Foto Histórico Penha SC. Disponível em <<https://www.facebook.com/fotoresgatepenhasc/posts/817028505045924>>. Acessado em 28 de janeiro de 2017.

Boletín del Centro Naval. Tomo XXIII, Novembro de 1905. Número 264.

Historia y Arqueología Marítima. Crucero 9 de Julio. Disponível em < <http://www.histarmar.com.ar/Armada%20Argentina/Buques1852-1899/Cruc9deJulio.htm>>. Acessado em 28 de janeiro de 2017.

Ministério da Marinha (Argentina). Revista de Publicaciones Navales. Número 109. Ano V. 10 de novembro de 1905.

Periódicos pesquisados

La Vanguardia (Barcelona) – acervo digital do jornal La Vanguardia

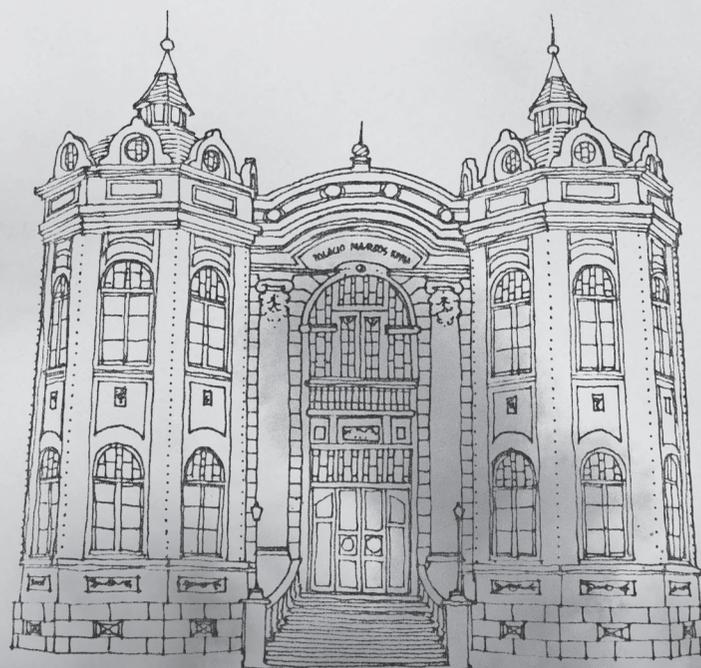
O Dia (Florianópolis) – acervo digital da Biblioteca Nacional

O Paiz (Rio de Janeiro) – acervo digital da Biblioteca Nacional



Vice-almirante Onofre Betbeder

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/1/12/Onofre_Betbeder.JPG (indicação do autor).



**FUNDAÇÃO GENÉSIO
MIRANDA LINS
1976 - 2016**



40

ANOS
PRESERVANDO
O FUTURO
DA CIDADE



FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS

Instituída em 1976, a Fundação Genésio Miranda Lins é a primeira instituição pública de Itajaí voltada aos fins culturais. Em mais de 35 anos, promove, apoia, incentiva e patrocina ações nos campos da educação, cultura e áreas correlatas, capacitando seu corpo técnico e ampliando seus acervos.

É a mantenedora do Museu Histórico de Itajaí, do Centro de Documentação e Memória Histórica e do Museu Etno-Arqueológico de Itajaí. Através destas unidades culturais, a história de Itajaí e região é apresentada em seus mais variados aspectos, seja pelas exposições temáticas dos museus, das manifestações culturais locais ou das fontes documentais pesquisadas.

GENÉSIO MIRANDA LINS FOUNDATION

Founded in 1976, The Genésio Miranda Lins Foundation is the first public institution in Itajaí to be set up for cultural purposes. Over more than 35 years, it has promoted, supported, encouraged and sponsored actions in education, culture and related areas, training its technical staff and adding to its archives.

The Foundation maintains the Historical Museum of Itajaí, the Center for Documentation and Historical Memory, and the Ethnological and Archeological Museum of Itajaí. Through these cultural units, the history of Itajaí and the surrounding region is presented in its most varied aspects, through the themed exhibitions of the museums, local cultural manifestations, and the documentary sources.

MUSEUS

MUSEUMS

ARQUIVOS

ARCHIVES

MEMÓRIAS

MEMORIES





A
MANIA
DE
BUNGALOWS
EM ITAJAI

THAYSE FAGUNDES E BRAGA
*Doutoranda no Programa de
Pós-Graduação em História
pela Universidade Federal de
Santa Catarina.*

DE BAIXO CUSTO, RÁPIDA CONSTRUÇÃO, considerado moderno e alvo de distinção social entre as décadas de 1920 e 1940, os bangalôs difundiram-se rapidamente por todo o país, inclusive em Itajaí. Nesta cidade, inicialmente apareceram pela praia de Cabeçadas como casas de veraneio para as famílias mais abastadas e então foram ganhando todos os bairros, adaptando-se às diversas classes sociais. Surgiram, porém, não sem causar algumas rusgas com o Código de Posturas da cidade, levando-o a uma maior flexibilização de suas regras. Assim, neste texto, será possível encontrar uma breve análise sobre a introdução dos bangalôs em Itajaí; para tanto, serão apresentadas sua origem e características, considerações da imprensa acerca desta arquitetura, sua introdução e modificações do Código de Posturas e os projetos desenvolvidos na cidade.



Na metade do século XIX, com a consolidação do domínio britânico sobre a Índia, os colonizadores perceberam que os tipos arquitetônicos que conheciam não eram adequados ao intenso calor do clima tropical daquele país e conheceram, dentre os indianos da região de Bengala, os bangalôs. Segundo Janjulio (2011, p.48) os bangalôs se caracterizavam como casas térreas, com cômodos bem ventilados direcionados a um *hall* central, telhado pouco inclinado e varandas em todas as fachadas. Santos (2016) colabora nesta caracterização com os seguintes aspectos:

[...] moradia tipicamente indiana, de palha amarrada a uma estrutura de bambu ou de barro, dependendo do material que estivesse disponível no local. Podia ser compreendida como vernacular, térrea, destinada a uma só família; possuía um caráter marcante assinalado pela varanda, elemento fundamental para a climatização interna da residência. (SANTOS, 2016, p.15)

Diversas modificações foram empreendidas para a adaptação desta arquitetura às necessidades dos colonizadores, dentre elas está o aumento do número de quartos e algumas vezes a supressão do avarandado em algumas fachadas. Após esta apropriação de um modo de fazer e viver oriental, os colonizadores acabaram por levar à Europa os bangalôs, que chegaram à Inglaterra entre os anos de 1869 e 1870. Seu sucesso se deu ao adequar-se perfeitamente no discurso sanitarista em voga que prevenia o homem moderno acerca dos riscos dos maus ares das cidades causados pela intensa industrialização e lhe indicavam o descanso em família no campo ou à beira mar, onde se podia respirar ar

puro. Uma das características de uma boa arquitetura no período era aquela que pudesse garantir ventilação em seu interior, não retendo assim ares miasmáticos.

O bangalô, com seu avarandado e grande quantidade de aberturas que garantia ventilação em todos os cômodos era um tipo arquitetônico que cabia neste discurso. Além disso, seu baixo custo e flexibilidade de adoção de diferentes “roupagens” em sua fachada (SANTOS, 2016), garantia ao proprietário uma construção rápida de acordo com o estilo da época para a sua segunda residência. Acerca do uso de diferentes “roupagens”, é importante levar em consideração que o bangalô não é considerado um estilo com estilemas claramente definidos (FAGUNDES, 2014, p.138), mas ele se veste de acordo com os gostos dos agentes envolvidos em sua produção fazendo uso de elementos, por exemplo, do *Art Déco*.

Conversando com as classes sociais e os estilos da época, estes bangalôs vestiam-se da moda do período, sempre continham roupagens que os adornaram, mas com sutileza e delicadeza. Seus ornamentos correspondiam ao gosto e moda da época: o eclético; o *art déco*, que geometrizarava a fachada; o neocolonial, com elementos decorativos nos beirais dos jogos de telhado e, por fim, o estilo missões, com seus arcos e balaústres nas varandas. (SANTOS, 2016, p.9)

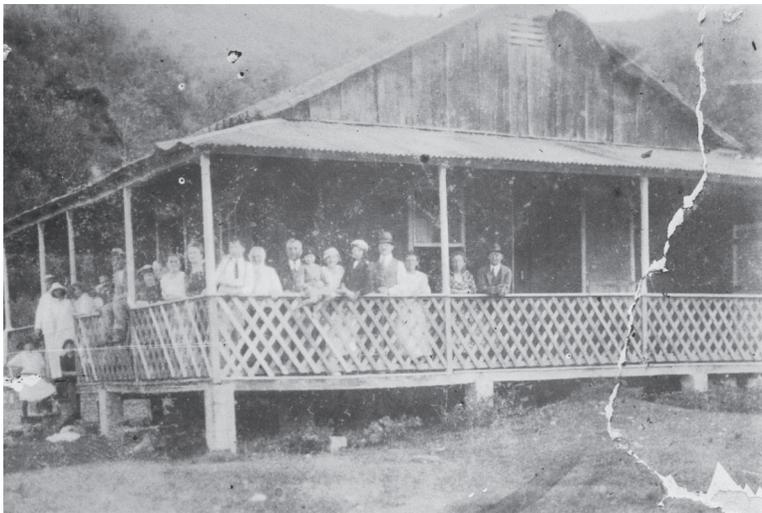


Figura 1 - Bangalô da família Bauer em Cabeçadas, década de 1920. Fonte: CDMH - Itajaí (062.13984).

Apesar da propagação dos bangalôs em todas as áreas das cidades: áreas centrais, subúrbio, campo, vilas operárias e bairros elitizados ou não, foi na beira-mar que teve maior sucesso, sendo considerado um tipo de habitação especializado para aquele local. Para Urry (1996, p.53) “houve no século XIX, uma ampla ‘bangalomania’ à beira-mar, de tal modo que, em certo sentido, no século XX o bangalô tornou-se sinônimo de beira-mar”. Esta bangalomania à beira-mar aconteceu em Itajaí, a partir da década de 1920, quando este tipo habitacional chegou ao Brasil. Em Cabeçadas, um dos primeiros balneários de Santa Catarina, bastante frequentado pelas elites do Vale do Itajaí, é possível encontrar diversos exemplares como os da família Bauer, família Malburg,

construídos respectivamente em 1924 e 1925 possivelmente, de Immanuel Currin, e Hotel Herbst. Estes primeiros exemplares eram construídos em madeira e as varandas eram extensas, circundando sempre a fachada principal e na maioria das vezes também a lateral. Com o passar dos anos os bangalôs passaram a ser edificados em alvenaria e não mais com uma varanda que acompanhasse toda a fachada, mas apenas metade dela indicando a entrada principal, aproximando-se mais do estilo californiano.

Estes bangalôs construídos em Cabeçudas não passaram despercebidos pela imprensa que fez questão de exaltar a iniciativa de seus proprietários e incentivar outros a seguirem esta mesma direção: “Ainda agora, a família Bauer acaba de construir um lindo “bungalow” na praia de Cabeçudas, e não é demasiado supor-se que este exemplo seja largamente imitado (...)” (LUZ, 1924, p.1), e depois de dez anos é possível ver ainda admiração por este tipo arquitetônico: “Que pena ver-se a praia tão suja, em completa desarmonia com a beleza dos muitos bungalows alinhados em toda a sua extensão que se descortina aos olhos dos visitantes” (PRAIA, 1939).

Foram os jornais e principalmente as revistas voltadas para o público feminino que exaltaram e divulgaram o bangalô pelo país. Na imprensa nacional a palavra *bungalow* foi encontrada a partir de 1915, sendo que a primeira nota refere-se a uma

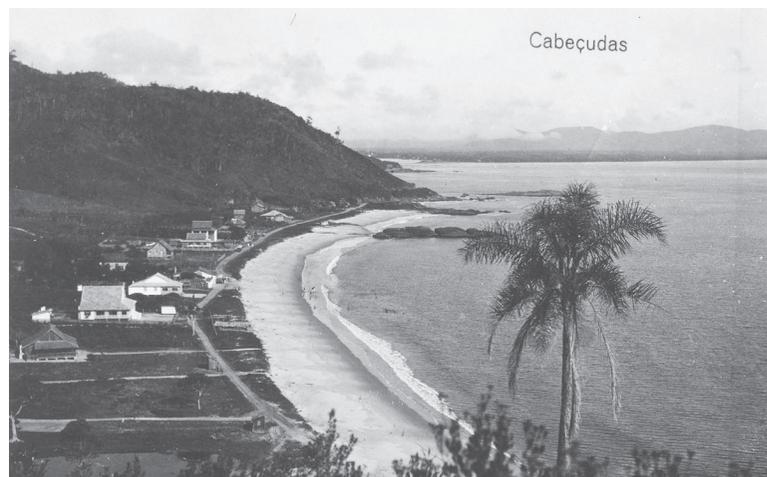


Figura 2 - Bangalôs das famílias Bauer e Malburg, possivelmente 1926. Fonte: CDMH - Itajaí (002.438).

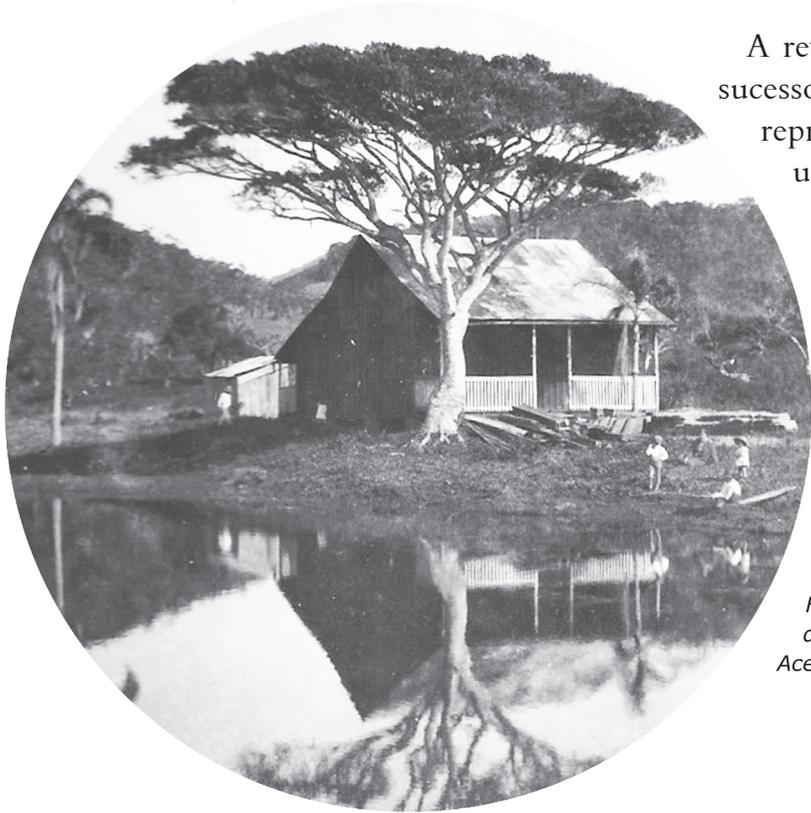
história infanto-juvenil na Revista “Tico-Tico” e vem acompanhada de seu significado: “Rabiscou algumas linhas, entregou-as a um de seus empregados e eu, guiado por esse último, cheguei ao bungalow (casa) de Mister Cogan, que me recebeu com toda amabilidade” (MAORI, 1915, p.17). Este romance foi escrito por um anglo-indiano e tal aventura se passa na Índia, o que explica a naturalidade do uso da palavra *bungalow*.

Foi possível encontrar também no jornal “O Paiz”, na coluna “Vida Social”, nota acerca de certo moço que deixou Petrópolis e era sempre admirado pelas senhoritas daquela cidade que ficavam na varanda de um bangalô admirando-o: “fazia gosto ver-se, todas as manhãs e todas as tardes, como aquela varanda que circunda o

lindo ‘bungalow’, ficava repleta de senhoritas, à espera dele (...)” (VIDA SOCIAL, 1918, p.3). Naquela década, entretanto, as notas acerca dos bangalôs são esparsas e não reforçam a possibilidade e necessidade de se ter um desses. Nas décadas seguintes, porém, principalmente entre 1920 e 1930, através da imprensa as leitoras são assediadas a desejarem morar em um bangalô, como nesta propaganda de 1923:

O maior desejo de uma mulher é ter uma casinha bem sua, que possa ser o ninho da sua felicidade. O modelo do “bungalow” americano adaptado às exigências do nosso clima, aparece nos nossos sonhos como o tipo ideal da casinha almejada. A companhia Brasileira de Imóveis e Construções tornou este sonho em realidade: Uma vez economizada uma pequena quantia para a aquisição do terreno, esta companhia voz edificará um lindo “bungalow” cujo pagamento será efetuado em prestações mensais com o próprio aluguel. (UMA CASA, 1923, p.3)

Ainda que coubesse ao homem da classe média sustentar o lar e tomar as decisões no âmbito familiar, a propaganda do bangalô era destinada às donas de casa, com um discurso romântico auxiliado pelo argumento do baixo preço na construção deste tipo habitacional, o que facilitaria sua transmissão ao esposo. Das revistas analisadas a que mais apresentou a palavra *bungalow* foi “Vida Doméstica: revista do lar e da mulher”, reforçando assim o assédio sobre as mulheres acerca desta habitação. Mas “Vida Doméstica” não investiu diretamente em um discurso romantizado acerca das casas, mas sim em uma arquitetura moderna, condizente com a moda da época: “‘O nosso amor e uma choupana’, romântica aspiração dos apaixonados de antanho, foi substituída pelo moderno ideal feminino: ‘um bom marido e um confortável bungalow’” (LINDA, 1930, p.10).



A revista procurava mostrar os artistas de sucesso do cinema em seus bangalôs como representação máxima de modernidade; um dos citados foi Philips Holmes que, entre as décadas de 1920 e 1930, apareceu em mais de 40 filmes: “Philips Holmes ‘tem um bungalow com trepadeiras nas janelas’. Aliás, quase todos os artistas de relevo o tem (...)” (FIP, 1932, p. 53). Outro artista citado é Leon Janney, na época com apenas 13 anos: “Agora, com oito contos semanais

Figura 3 – Casa de veraneio de Immanuel Currlin. Fonte: Acervo família Currlin. Fotógrafo: Immanuel Currlin.

Leon Janney esta fazendo construir um ‘bungalow’ dentro das vastas terras paternas” (VIDAL, 1932, p.36). Ainda que eles não façam parte da classe média e recebam altos salários, a moda é morar de forma confortável, singela e por um baixo preço.

Até mesmo os contos encontrados citam o bangalô com um tom de honraria a seus proprietários: “Aquele ‘bungalow’, de pequenas proporções, por sinal havia sido edificado com o fruto de esforçadas economias do casal... Tudo revestido de simplicidade internamente, mas denotando a mais perfeita ordem, trato, gosto” (FREITAS, 1939, p.150) e ainda outro conto: “Num pequenino ‘bungalow’, onde sorria a felicidade, moravam dois pombinhos. Ela, Carla, era a esposa ideal; simples, caseira e econômica. Ele, Fernando de Araújo, era o marido exemplar; carinhoso, trabalhador e honrado” (LIVÉRT, 1944, p.6). Ambos os contos associam o bangalô a proprietários que, apesar de baixas condições financeiras, têm bom gosto e qualidades honrosas.

Em vários exemplares de “Vida Doméstica” são oferecidos projetos arquitetônicos de bangalôs que vêm acompanhados de um breve texto caracterizando-os como singelos e confortáveis. Esta campanha em favor dos bangalôs iniciou na edição de novembro de 1921, quando a revista fez o seguinte artigo: “Por que não adotar o bungalow como tipo de vivenda nos arrabaldes do Rio?”. O objetivo deste texto era exaltar a qualidade dos bangalôs e incentivar os profissionais da área de arquitetura, engenharia e construção a sua utilização e, para que esta ação não fosse isolada, propõem manter em seus exemplares a apresentação de dois projetos de bangalôs norte americanos. O artigo foca nos bangalôs da Califórnia e afirmou que este tipo habitacional que apareceu há apenas 30 anos naquela região veio da Índia, mas sofrera diversas modificações “evoluindo da simplicidade indiana para o perfeito conjunto arquitetural que hoje existe” (POR QUE 1921, p.12).

Na edição seguinte ficou comprovado o sucesso do artigo sobre os bangalôs: “Nosso artigo recomendando a adoção do bungalow como tipo de residência nos arrabaldes do Rio foi excelentemente recebido, parecendo haver despertado gerais aplausos e vivo interesse (...)” (BUNGALOWS, 1921, p.9). A revista considerou que sua iniciativa prestava um bom serviço à estética da cidade ao conduzir e desenvolver o gosto de seus leitores. Na edição de 25 de agosto de 1923 foi publicado um projeto de bangalô realizado por escritório brasileiro de Niterói dirigido por Alberto Simonin de Mattos (O PROBLEMA, 1923, p.28); em março de 1924 também foi um escritório brasileiro que apresentou seus bangalôs projetados pelo engenheiro-arquiteto J. Cordeiro de Azeredo (BUNGALOWS, 1924, p.50). Já a edição de março de 1926 trouxe o projeto de um arquiteto do Recife, Abelardo Gomes, exaltando sua perfeita adaptação a praias e arrabaldes (ARCHITECTURA, 1926, p.90). Na maioria das apresentações de projetos exaltam-se a singeleza e conforto dos bangalôs, propícios para um casal:

Há pois, nas duas páginas de projetos que oferecemos hoje aos nossos leitores a soberba e custosa planta de um grande e luxuoso palácio, e também a graciosa fachada e planta interna de um modesto mas confortável “bungalow” servindo perfeitamente para a residência de um casal. (UM PALACETE, 1932, p.9).

A partir da década de 1940 as notas sobre os bangalôs vão desaparecendo e uma das últimas encontradas em “Vida Doméstica” não lhe atribui nenhum valor honroso e chama-o de “estilo estandardizado” (DANNATT, 1946, p.122). Suas décadas áureas no Brasil foram certamente as de 1920 e 1930, mas que não passaram sem algum enfrentamento com outro novo estilo utilizado no país, com forte apelo nacionalista, o neocolonial. Mario de Andrade, na Revista Ilustração Brasileira, já no ano de 1921, momento que os bangalôs ganhavam espaço no país, demonstra sua predileção pelo neocolonial:

Hoje o grego, o renascença de todas as épocas, o gótico, o manuelino, o arranha-céu e o bungalow – que o Sr. Licinio Cardoso se sentiu inclinado a considerar um estilo, na sua “Philosophia positiva da Arte - enfim, um sem número de estilos ostentam as suas linhas, curvas, retas, quebradas, retorcidas, numa promiscuidade de gostos e gestos.

(...) Mas o que há de mais glorioso para nós é o novo estilo neo-colonial, que um grupo de arquitetos nacionais e portugueses, com o Sr. Ricardo Severo à frente procura lançar (ANDRADE, 1921, p.12).

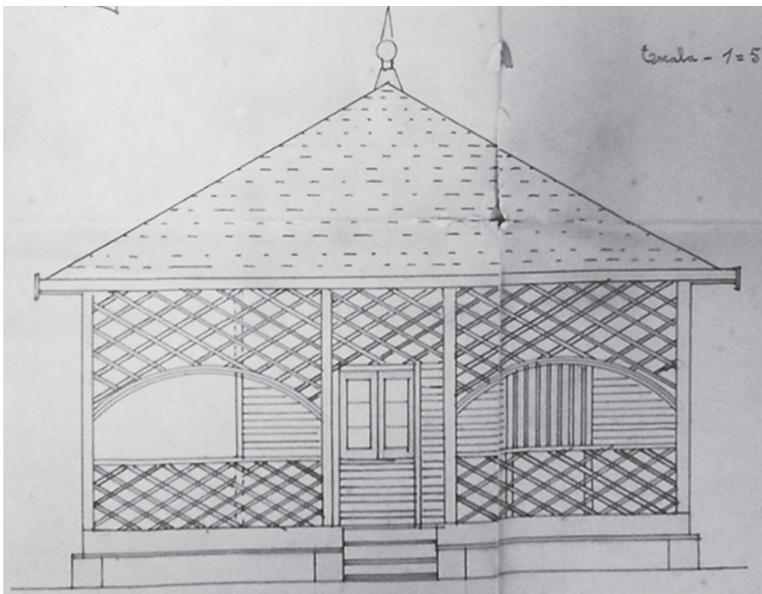


Figura 4 - Fachada principal de bangalô a ser construído para Paulo Theodoro Laux, em Cabeçadas, 1935. Fonte: Parte de projeto arquitetônico arquivado no CDMH - Itajaí.

A crítica de Mario de Andrade está direcionada contra os estilos estrangeiros. Ele acreditava que o país deveria apoiar-se no neocolonial por ser uma arquitetura genuinamente brasileira. Apesar desta detração do bangalô em favorecimento do neocolonial, sabe-se que o bangalô não é um estilo, mas uma arquitetura vernacular

que faz uso de outros estilos, e assim como suas fachadas foram adornadas com elementos do *Art Déco*, e do estilo dito missões, muitos deles apropriaram-se também do neocolonial. Outra crítica que se fez aos bangalôs ainda no início do século XX foi uma “bangalomania” que tomou conta do Rio de Janeiro e que eram feitos sem a menor noção do proprietário ou do construtor do que era um bangalô:

Somos muito amigos do exagero. Anda agora no espírito de muita gente, uma verdadeira mania de bungalows. Toda a gente quer ter um bungalow. Não conhece, nunca viu, mas quer ter um. Procura um construtor qualquer e diz-lhe: - Quero neste terreno construir um bungalow. O homenzinho que nunca ouvira falar em semelhante bicho, procura um dos desenhistas que trabalham nas imediações da Prefeitura e pede-lhe um bungalow. O desenhista ‘imagina’ um e zaz, pronto!

Assim, de há pouco tempo, a rua Bento Lisboa acha-se enriquecida com um bungalow. (RABISCOS, 1921, p. 93)

Observando as caixas de projetos arquitetônicos de Itajaí disponíveis no Centro de Documentação e Memória Histórica (CDMH) da cidade é possível perceber que há também lá, principalmente na década de 1930, esta mania de bangalôs. Não se tem conhecimento de críticas acerca deste tipo habitacional em favor do neocolonial ou outro argumento, mas sabe-se que ele chegou causando algum desconforto para o Superintendente Municipal devido às imposições do Código de Posturas da cidade serem ultrapassadas para a arquitetura que despontava.

A fagulha do embate em Itajaí acerca de um bangalô que seria construído na Vila Operária no ano de 1926 começou com o entrave do projeto pela Superintendência Municipal com a justificativa de que ele não estava de acordo com as leis municipais:

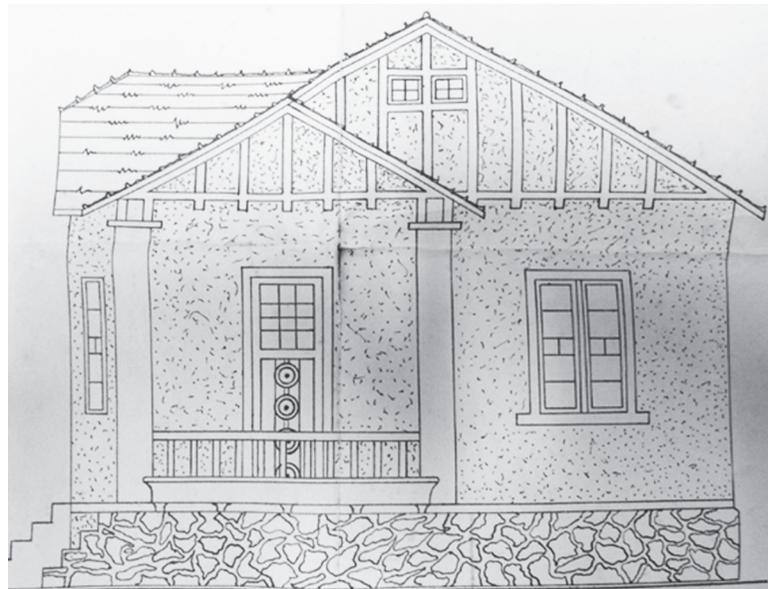


Figura 5 – Fachada principal de bangalô a ser construído para Nelson Schiefler, 1933.

Fonte: Parte de projeto arquitetônico arquivado no CDMH – Itajaí.

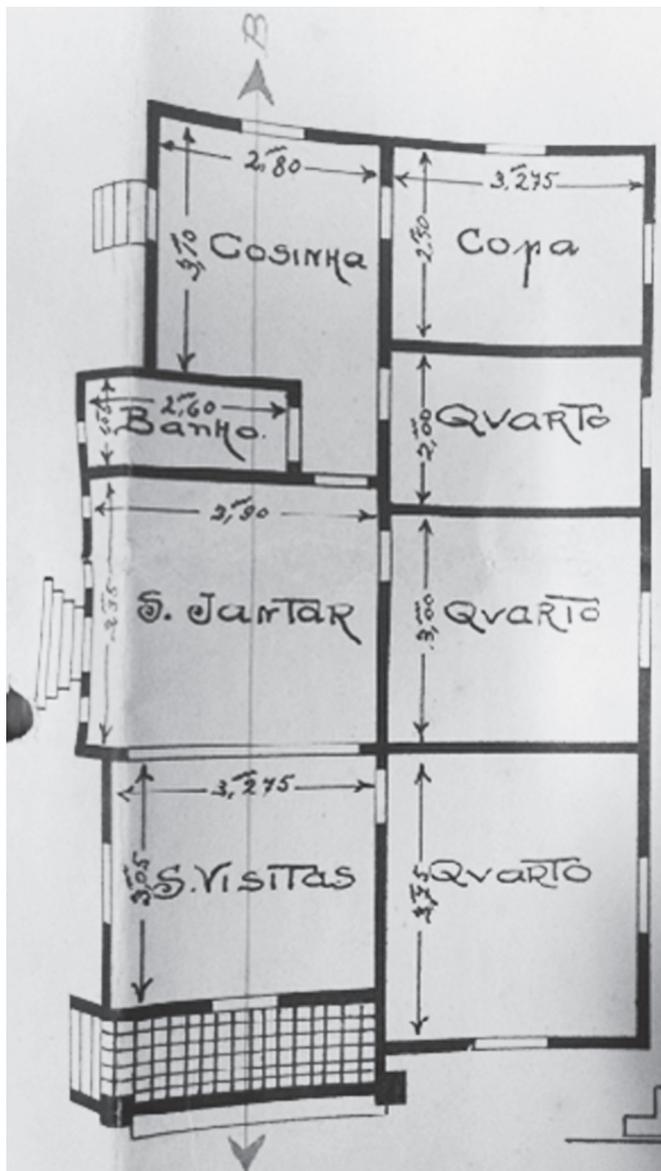


Figura 6 – Planta baixa de bangalô a ser construído para Nelson Schiefler, 1933. Fonte: Parte de projeto arquitetônico arquivado no CDMH – Itajaí.

o pé direito apresentado era de 3,50m, portanto, inferior à altura mínima permitida, que era de 4 metros. A Construtora Catharinense, responsável por esta obra, manifestou-se nos jornais mostrando a falta de vontade do governante da cidade em atendê-los, já que aquele Código de Posturas estava ultrapassado em relação às novas formas de construir: “Não é possível que haja um administrador que ignore que as construções no estilo denominado bangalôs obedecem a outras regras técnicas que não se enquadram nos arcaísmos de há 30 anos atrás” (O CASO, 1926, p. 2). Os argumentos tomavam um tom ainda mais exaltado por ser aquele bangalô cópia de um já construído em Petrópolis para o conterrâneo Bráulio Müller, e pela presença deste tipo nas cidades mais modernas do país:

Santos, Rio de Janeiro, São Paulo e Petrópolis, que apresentavam o pé direito até mais baixo do que aquele que foi utilizado no projeto da Construtora. A crítica no jornal mostrou que os projetos mais tradicionais “com platibanda” logo eram aprovados, mas aqueles que procuravam ousar com o bangalô ou o colonial não eram aceitos pela municipalidade. Terminaram sugerindo ao superintendente e conselheiros municipais que promulgassem uma lei que estivesse de acordo com as novas formas de construir.

Dois jornais publicaram a indignação da Construtora Catharinense: “O Commercio” e “O Pharol”, ambos estreitamente ligados a ela. O jornal “O Commercio” foi um dos primeiros a denunciar na cidade a necessidade de lotes menores na região central da cidade para construção de casas. Quando José Eugênio Müller lançou a ideia de criar a Construtora Catharinense sua propaganda foi realizada através daquele

jornal. Outros artigos seus lá foram publicados e o proprietário do jornal, Immanuel Currilin, tornou-se sócio daquele empreendimento. Outros membros da redação também passaram a compor o grupo, inclusive Juventino Linhares que foi diretor de “O Commercio” e posteriormente proprietário de “O Pharol”. Com a saída de Linhares de “O Commercio” assumiu como diretor em seu lugar Jaime Vieira, também ligado à construtora. Desta forma é possível compreender como ambas as folhas defendiam os atos daquela Construtora criada em 1924. Além disso, apesar de negarem, os dois jornais faziam oposição ao governo do Superintendente Marcos Konder.

O apoio aos atos da superintendência municipal vinha do jornal situacionista “Itajahy”, dirigido por Mascarenhas Filho. Este jornal, criado em 1922, era a continuidade do extinto “Novidades”, que foi orientado por vários anos pelos irmãos Konder. Os embates entre estes três jornais era constante e com rusgas duradouras, como foi esta, acerca do entrave do projeto do bangalô. Em defesa de Marcos Konder, Mascarenhas Filho compôs um texto com o título “Restabelecendo Verdades” no qual procurou mostrar que o superintendente estava sendo muito benévolo com a Construtora, pois por diversas vezes ela cometeu ilegalidades em suas obras que não foram penalizadas: construíram diversas casas na Vila Operária sem licença dos poderes públicos e raramente apresentavam previamente os projetos arquitetônicos, o que era obrigatoriedade (RESTABELECENDO, 1926, p.1). Diante destas ilicitudes, o Superintendente chamava o gerente da Construtora para solicitar a documentação necessária, no que acabava por não ser atendido.

No caso do bangalô, chegou a consultar o governante da cidade, certa comissão da Construtora, que acertaram com ele tomar as devidas providências para legalizar o projeto. O acordo foi até mesmo levado ao presidente do empreendimento que ficou satisfeito com a solução. Dias após, porém, o caso apareceu nos jornais insinuando ser Marcos Konder perseguidor da bem sucedida Construtora por ciúmes, e atrasado em relação à estética moderna da época. Sugeriu-se naquele artigo que a Construtora, ao invés de armar aquele “cavalo de batalha”, procurasse o Conselho Municipal para revisão do Código de Posturas acerca das regras de construção que eram inadequadas para a época. Além de defender o superintendente, Mascarenhas Filho também atacou a Construtora e seus membros dizendo, que aquela empresa que se dizia para fins humanitários e piedosos, permitir que os mais pobres adquirissem casa própria através de prestações baixas, na verdade foi criada com objetivos claramente políticos.

Não foram encontrados mais exemplares de “O Commercio” para que se soubesse sua posição diante das acusações de Mascarenhas Filho, mas em “O Pharol” Juventino Linhares defendeu a Construtora e procurou uma vez mais mostrar os casos de perseguição que sofreram da superintendência. As discussões continuaram por vários exemplares desviando do caso do bangalô e partindo para agressões acerca

da posição política de ambos, mesmo após o Superintendente lançar um decreto que colaborava para a legalização daquele projeto. Dias após os primeiros artigos lançados nos jornais sobre o caso do bangalô, Marcos Konder lançou o Decreto n.9, de 19 de abril de 1926:

Considerando que o nosso Código de Posturas antiquado não se coaduna com a evolução das construções modernas:

Considerando que, entre as disposições vigentes, a do pé direito, de quatro metros no mínimo, é por demais rigorosa para a construção de casas de madeira e dos edifícios chamados bungalows:

Considerando que pende do Conselho a decisão de um requerimento neste sentido, mas achando-se envolvido este assunto com outros de maior importância, não pode o legislativo dar ao caso dos pés direitos a solução imediata desejada:

Mas, considerando que a demora na solução deste assunto poderá constituir embaraço às construções em projeto:

Resolve ad. Referendum do Conselho, decretar o seguinte:

Art.1º: - Fica reduzido a três metros e cinquenta centímetros o mínimo do pé direito para as casas de madeira e as construções denominadas bungalows.

Art.2º: - Em qualquer dúvida que ocorrer entre os construtores e a Superintendência a respeito de detalhes de construções será ouvida a comissão de obras públicas.

Art.3º: - Estas resoluções vigoram, enquanto não for reformado o nosso código de posturas do capítulo “Construções”. (GAYA, 1926, p.1)

A atitude de Marcos Konder, ao não aguardar um posicionamento do Conselho Municipal e lançar um decreto para favorecer a Construtora Catharinense, diminuindo 10 centímetros a altura mínima do pé direito das construções de casas de madeira e bangalôs, mesmo após todos os insultos sofridos através dos jornais, induz a se pensar acerca da forte pressão política que vinha sofrendo. No Rio de Janeiro, em 1917, também houve algum reparo na lei necessário para a construção de um bangalô, mas que parece ter ocorrido sem tantos embates.

Esta lei, n.1823 de 24 de setembro de 1917, ignorada de muitos interessados, nasceu de um caso particular e típico: estrangeiro, do alto comércio desta praça, mandou projetar, na América do Norte, um elegante bungalow, no qual o arquiteto aproveitou um mesmo pé direito de 3 metros nos diversos pavimentos. Rejeitado este projeto na seção competente da Prefeitura, por não observar as disposições legais o proprietário dirigiu-se ao Conselho Municipal e obteve a necessária autorização (...). (BAHIANA, 1921, p.77)

A regra do pé direito mínimo de 4 metros nas construções se dava pelas condições de ventilação desejadas para se ter um ambiente salubre. Os bangalôs, entretanto, não necessitam desta altura para garantir ventilação e não se adequam bem a esta metragem, variando entre 3m a 3,50m. Essa discussão acerca da medida do pé direito das construções pode ser vista na Revista *Architectura* no Brasil em artigo de Gastão Bahiana, um dos fundadores do Instituto de Arquitetos do Brasil e arquiteto renomado no período. Uma das soluções por ele sugerida é semelhante a que foi adotada em Itajaí, o pé direito de 3,50m:

A minha experiência pessoal leva-me a considerar como mínimo desejável a altura livre de 3m.50, em qualquer pavimento, suprimindo de uma vez o porão habitável.

[...] Estou convencido que esta fórmula é atualmente a mais conveniente para se conseguir economicamente, sem prejuízo da estética, a solução do problema das habitações de tipos mais correntes. (BAHIANA, 1921, p.77)

Se em 1926 houve grande discussão em Itajaí para a diminuição da altura permitida do pé direito dos bangalôs, em 1934, o prefeito provisório Arno Bauer pareceu não ter problemas ao modificar tais regras. Ele passou a altura mínima do pé direito dos bangalôs para 3m, e nas ruas de terceira categoria, elencadas no “Regulamento para construções particulares”, permitiu o mínimo de 2,50m apenas. Estas variações podem ser observadas nos projetos arquitetônicos encontrados no Centro de Documentação e Memória Histórica de Itajaí. Foram encontrados apenas oito projetos que constavam em seu título a palavra *Bungalow*. Havia, entretanto, diversos outros que correspondiam a este tipo, mas não o acusam por escrito.

Os projetos arquivados no CDMH começam a ganhar volume a partir da década de 1930. Das décadas anteriores os exemplares são escassos; por esta ausência de documentos não foi possível encontrar projetos que possuíssem a palavra *bungalow* na década de 1920, momento no qual eles começaram a despontar em Itajaí. O primeiro deles com este título é de 1933 e o último de 1941, sendo que as caixas que arquivam os projetos foram analisadas de 1920 até 1952. Nem todos os projetos apresentam informações como o construtor, arquiteto ou desenhista, mas há frequência de Francisco Canziani e Primo Uller como construtores.

Francisco Canziani era natural do Paraná, nascido em 1892, formou-se em engenharia em Milão e não se sabe ao certo o motivo de sua vinda para Itajaí (FAGUNDES, 2014, p.203). Além desta profissão, nas décadas de 1950 e 1960 seguiu carreira política alcançando o posto de deputado estadual. Um de seus filhos foi prefeito de Itajaí. Sobre Primo Uller as informações são mais escassas, sabe-se que seu nome constava em um almanaque do Rio de Janeiro, entre os anos de 1918 a 1937, como construtor, carpinteiro e marceneiro e que havia construído a Igreja da Vila Operária de 1926 em Itajaí (FAGUNDES, 2014, p.206). Além desses dois construtores foram encontradas em diferentes projetos as assinaturas de Claudionor Uriarte e João Uriarte, possivelmente irmãos¹. João Uriarte consta como desenhista.

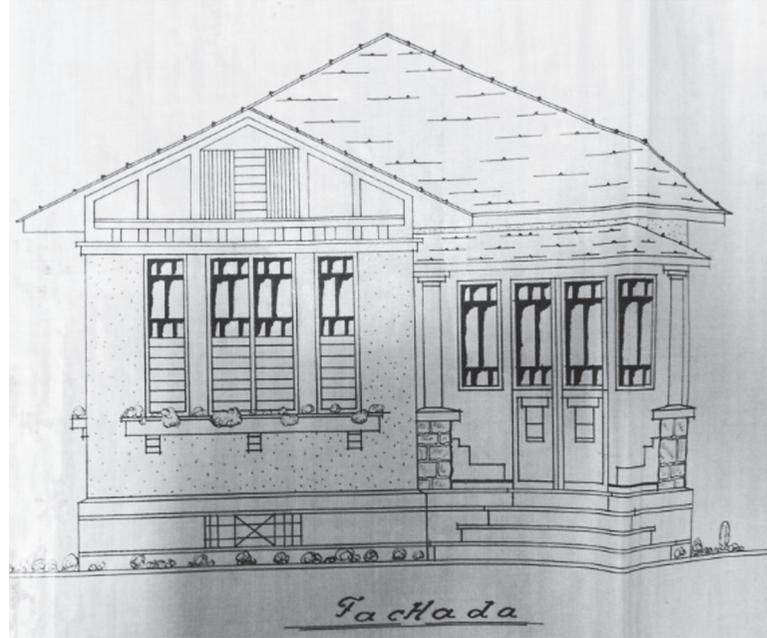
Nenhum destes projetos foi idealizado para o centro da cidade, mas todos, exceto um para Cabeçudas, estão em seu entorno, sendo um deles para a Rua XV de Novembro, outro para a Rua Silva, Rua Uruguai, dois para a Rua Camboriú, um para a Rua Felipe Schmidt e um último para a Rua Brusque. O bangalô de Cabeçudas, projetado para Paulo Theodoro Laux em 1935, possui planta bastante diferente dos demais, com apenas quatro cômodos que não foram detalhados, de madeira e com um avarandado na fachada principal seguindo pela fachada da esquerda com oito metros de comprimento, lembrando os bangalôs da década de 1920 das famílias Bauer e Malburg.

Quanto aos outros projetos, a varanda é restrita à metade da fachada frontal apenas marcando a entrada principal que dava para uma sala de estar. Desta sala era possível seguir para uma sala de jantar ou, à direita, na segunda parte frontal da residência, a um dormitório (apenas uma delas apresenta um escritório neste cômodo). Não havia corredores, um cômodo dava entrada para outros seguidamente. Os quartos variavam entre o número de dois ou três e só havia um banheiro. A cozinha geralmente está nos fundos dando acesso a um quintal. Esta descrição de planta baixa se assemelha a que foi definida por Santos (2016) como modelo típico dos bangalôs ao analisar estas construções em Bauru (SP):

De forma geral, os bangalôs se modelavam internamente da seguinte maneira: o acesso ao seu interior dava-se através de uma varanda - evidência marcante

¹ Conforme ROTHBARTH, 2005, p.179

Fachada principal de bangalô a ser construído para Antonio Rocha Andrade, 1940. Fonte: Parte de projeto arquitetônico arquivado no CDMH – Itajaí.



em um bangalô, que ingressava à sala, à sala de jantar e ambas a um, dois ou três quartos e também à cozinha, que dá passagem ao quintal, onde quase sempre se encontrava o banheiro junto ou não à casa. (SANTOS, 2016, p.99)

Acerca dos proprietários não se obteve informações relevantes, entretanto é possível observar que a maioria não fazia parte da elite econômica da cidade, mas possuía condições financeiras para a construção. A escolha do bangalô é realizada por seu baixo valor e oportunidade de pagamento em prestações ao construtor. Um estudo mais aprofundado acerca destes proprietários pode render considerações mais acertadas sobre o gosto pelos bangalôs; para este fim deixa-se registrado seus nomes: Nestor Schiefler, Salomão F. Simão, Manoel Baptista Carneiro, Paulo Theodoro Laux, Juvenal Garcia, Antonio Rocha Andrade, Joaquim Santana e Bruno Korman, sendo que há possibilidade de pequenas divergências na grafia devido a ilegitimidade de algumas assinaturas.

Partindo para considerações gerais acerca da presença dos bangalôs em Itajaí, é possível aferir que este tipo habitacional foi introduzido na cidade como residência de veraneio em Cabeçudas, realizados em madeira, com destaque para extensos avarandados em mais de uma fachada, e de propriedade de grandes industriais da região do Vale do Itajaí. Em seguida, começaram a surgir na área urbana da cidade, próximos ao centro, mas sofreram com o entrave da altura mínima do pé direito exigido para as construções através do Código de Posturas da cidade na década de 1920. Esta situação ficou marcada por uma disputa com intenções políticas entre a Superintendência Municipal, representada por Marcos Konder, e por membros da Construtora Catharinense fundada em Itajaí. Esta desavença foi exposta através dos jornais “O Commercio”, “O Pharol” e “Itajahy”, sendo

que os dois primeiros possuíam em sua redação membros da construtora e o último era favorável ao governo dos Konder.

A partir desta polêmica não restou ao Superintendente outra solução que não fosse o lançamento de um decreto para a devida autorização da altura do pé direito empregado pela construtora no bangalô a ser construído, concordando com o atraso do Código de Posturas da cidade em relação às novas técnicas modernas de edificação. Anos antes, no Rio de Janeiro, certo proprietário também fez solicitação de aprovação da altura do pé direito de seu bangalô, no que foi atendido gerando modificações das regras de edificação naquela cidade.

Assim, pode-se afirmar que a entrada dos bangalôs no país exigiu modificações das antigas regras de construção que possibilitou maior economia na aquisição de materiais através da diminuição de suas medidas sendo apreciado tanto por este motivo como pelo fato de ser rapidamente edificado e também pelo valor simbólico que lhe foi atribuído tanto considerado como tipo habitacional do homem moderno como lar romantizado para a figura feminina. Itajaí não ficou fora desta moda das décadas de 1920 e 1930, e assim como todo o país, viu ao longo dos anos seguintes o abandono deste tipo habitacional como ideal da família burguesa.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Mario de. De São Paulo. **Revista Ilustrada Brasileira**, Rio de Janeiro, p.12, fev. 1921.
- ARCHITECTURA. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.90, mar. 1926.
- BAHIANA, Gastão. Legislação: Os pés direitos na Legislação Municipal. **Architectura no Brasil**, Rio de Janeiro, p.77-78, nov. 1921.
- BUNGALOWS. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.9, dez. 1921.
- BUNGALOWS. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.50, mar. 1924.
- DANNATT, Trevor. Sonhos que se tornam realidade. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.122-123, jun. 1946.
- FAGUNDES, Thayse. **Enseada de Cabeçadas: a formação sócio-espacial do balneário**. 2014. 350 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128976>>. Acesso em: 03 fev. 2017.
- FIP-Dome-Pandia. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**. Rio de Janeiro, p.53, set. 1932.
- FREITAS, Lourdes Pedreira de. Inveja. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.150-151, out. 1939.
- GAYA, João. Decreto n.9, de 19 de abril de 1926. **Itajahy**. Itajaí, p. 1. 25 abr. 1926.
- JANJULIO, Maristela da Silva. Bangalô - subúrbio: a circulação intercontinental de uma nova cultura da habitação no início do século XX. **Oculum Ensaios**, Campinas, p.46-58, jan. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/view/140>>. Acesso em: 17 fev. 2014.
- LINDA e original planta de casa. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**. Rio de Janeiro, p.10, maio 1930.
- LIVÉRT, George. Felicidade redimida. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.6, jun. 1944.

- LUZ para Cabeçadas. **Jornal Itajahy**. Itajaí, p. 1. 21 dez. 1924.
- MAORI. O vencedor de um leopardo: na fronteira do Nepal. **Tico-tico**, Rio de Janeiro, p.17-18, 24 fev. 1915.
- [O CASO do bungalow]. **O Commercio**. Itajaí, p. 2. 08 abr. 1926.
- O PROBLEMA da casa. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.28, 25 ago. 1923.
- PRAIA de Cabeçadas. **Jornal do Povo**. Itajaí. 04 jan. 1939.
- POR QUE não adotar o bungalow como tipo de vivenda nos arrabaldes do Rio? **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.12-13, nov. 1921.
- RABISCOS. **Fon-Fon**, Rio de Janeiro, p.93, dez. 1921.
- RESTABELECENDO verdades. **Itajahy**. Itajaí, p. 1. 18 abr. 1926.
- ROTHBARTH, Marlene Dalva da Silva; SILVA, Lindinalva Deóla da. **Famílias de Itajaí: Mais de um século de história**. Itajaí: Ed. do Autor, 2005. 2 v. 360 p.
- SANTOS, Karla di Giacomo Dias Oliveira dos. **Bangalôs em Bauru: uma nova forma de morar para o século XX**. 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unesp.br/handle/11449/144654>>. Acesso em: 03 fev. 2017.
- UMA CASA que seja sua. **A Rua**. Rio de Janeiro, p.3, 12 jul. 1923.
- UM PALACETE acastelado em botafogo. **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**, Rio de Janeiro, p.8-9, nov. 1932.
- URRY, Jonh. **O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas**. São Paulo: Studio Nobel: Sesc, 1996. 230 p.
- VIDA SOCIAL: Petrópolis. **O Paiz**. Rio de Janeiro, p. 3, 11 abr. 1918.
- VIDAL, Barros. Leon Janney, aos treze annos, já triumphou no cinema!... **Vida Doméstica: revista do lar e da mulher**. Rio de Janeiro, p.35-36, out. 1932.



UMA PRECIOSIDADE QUE FICOU APENAS NA MEMÓRIA

ÉMERSON GHISLANDI - JORNALISTA

COSTUMAVA FREQUENTAR VEZ EM QUANDO o Bar da Trude, em pleno centro histórico da cidade, às margens do Itajaí-açú, tendo a ladeá-lo a antológica Praça Vidal Ramos. Próximo a ele descortinavam-se a Igreja da Imaculada Conceição e o formidável Casarão Malburg, um dos mais encantadores exemplares arquitetônicos que marcam a pujante presença da obra colonizadora alemã no Vale do Itajaí.

Ambos, a igrejinha e o casarão, permanecem em pé, como guardiões da memória das cada vez mais raras edificações que viram florescer os primeiros tempos de uma Itajaí que já não existe mais!

O Bar da Trude ocupava parte de um magnífico prédio construído em 1866 que, além do famoso ponto de encontro de médicos, advogados, empresários, prostitutas, turistas e da marujada proveniente de diversos países que ali se reuniam para brindar a noite, abrigou também o consulado alemão e o Bar e Snooker Brunswick, entre outros comércios.

A casa chegou a ser catalogada pelo patrimônio histórico estadual em 1991, mas não chegou a ser tombada. A briga entre o proprietário, historiadores e Ministério Público foi parar na justiça e se arrastou por anos.

Enquanto isso, a casa ruía, e com ela o Bar da Trude, para desespero dos noctívagos e boêmios da cidade. E claro, dos inúmeros marinheiros que aportavam em Itajaí. Afinal, era o último reduto que lhes restava depois da derrubada do Bar Dinamarca, ocorrido mais de uma década antes para dar lugar ao Edifício Genésio Miranda Lins - conhecido por Redondão, próximo ao ferry-boat.

Do Bar da Trude tínhamos uma visão privilegiada dos barcos pesqueiros no vaivém da pesca e dos colossais e iluminados navios que navegavam lentamente para atracar no porto. Dentro deles, dezenas de marinheiros ansiosos por alcançar a terra firme e finalmente afogar as semanas de isolamento singrando mares no divertimento proporcionado pelos bares e rendez-vous espalhados pela cidade. E o Bar da Trude era certamente

um local especial para afogar as mágoas e expandir a alegria aos goles!

Em 10 de janeiro de 2001, o proprietário botou o pouco da casa que resistia e muito da história no chão. Não só a história do sempre desprezado patrimônio arquitetônico, mas também a história imaterial, representada pelos causos contados em variados idiomas pelos divertidos marinheiros e aqueles contados pelos inúmeros frequentadores de Itajaí e região.

O Bar da Trude chegou inclusive a abrigar alguns eventos do Festival de Inverno promovido então pela Universidade do Vale do Itajaí, em meados dos anos 80. A Univali tentava resgatar o memorável festival artístico-cultural que fervilhou durante uma década e cuja derradeira edição havia sido realizada em 1982. E a Universidade escolheu para sede de boa parte dos espetáculos que constavam da programação justamente o Bar da Trude, que na época já agonizava!

Ambiente mágico e acolhedor que era, com suas bandeiras de nacionalidades diversas penduradas na parede, junto às fotografias em preto e branco dos mais assíduos frequentadores locais e estrangeiros, surpreendentemente também fez parte da decoração durante alguns anos um pôster representando num bico de pena o Cavern Club, lugar onde os Beatles tocavam quando foram descobertos por Brian Epstein, que viria a ser o primeiro empresário da banda.

O quadro tinha uma história. Aliás, como tudo ali. Fora presente de um

marujo inglês que o trouxera de Londres e dado a Trude. Muitas foram as ofertas para arrematá-lo, mas em vão. Trude não o vendia de jeito nenhum. Até que acabou dando-o de presente a um amigo.

É uma pena que tudo agora pertença apenas ao mundo da memória. Graças, como sempre, à desmedida e desenfreada especulação imobiliária, que ergue e destrói coisas belas!





DO SÉCULO XIX AO XXI a formação dos Acervos AFROS DESCENDENTES no MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ

MARCO ANTONIO FIGUEIREDO BALLESTER JUNIOR
HISTORIADOR, MUSEÓLOGO (COREM 5R 0054-I) E GESTOR DE POLÍTICAS PÚBLICAS

FORMAÇÃO DO MUSEU HISTÓRICO DE ITAJAÍ: SUA MISSÃO

NA CIDADE DE ITAJAÍ A DISCUSSÃO SOBRE PATRIMÔNIO museológico começa de forma efetiva no final da década de 1970, quando foi formalizada através da lei 1515/77 pelo poder público, a Fundação Genésio Miranda Lins. A referida instituição tinha como finalidade inicial de fazer a gestão do projeto de criação do primeiro museu do município.

O projeto teórico inicial dessa instituição era buscar o discurso dos grandes ícones da história da cidade, bem como da sua burguesia que ascendia. Nesse propósito, a sacralização desse espaço foi algo construído no processo do qual se tinha daquilo que era entendimento de história naquele momento, dos grandes nomes que compuseram o que seria a cidade de Itajaí.

Portanto, o então Museu Histórico de Itajaí não se distancia daquilo que foi criado nos grandes museus nacionais dos séculos XIX e XX, espaços que refletem uma parcela da sociedade e que tinham foco principal o público intelectualizado. Distante de outros setores da cidade, essa instituição pública começou sua nova trajetória com práticas antigas.

A proposta da criação do museu da cidade permeia realidades internas e externas. O país vivia naquele período um regime de exceção, onde as liberdades individuais estavam cerceadas e a valorização de ícones históricos nacionais era uma das maneiras de legitimar o grupo político que estava no poder. Nesse sentido, o incentivo de abertura e manutenção de instituições que fazem essa perpetuação da memória pública era de grande valia para uma política de Estado.

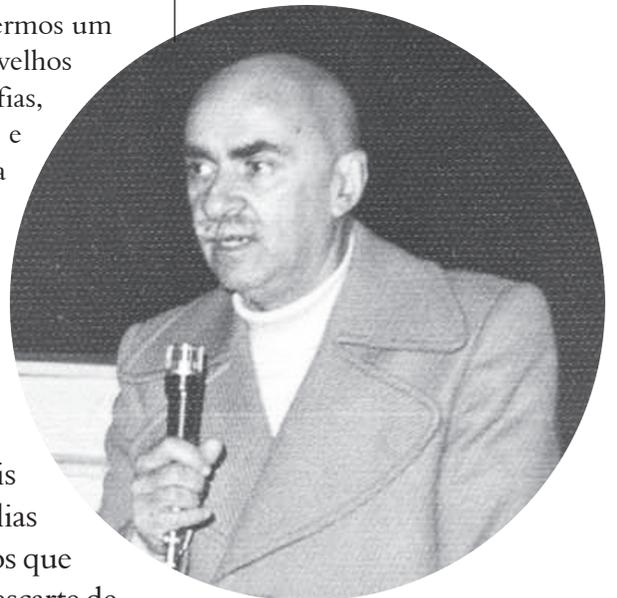
Nas décadas de 1970 e 1980 através da Política Nacional de Museus daquele período, aconteceu uma expansão dos museus no país, em especial nos municípios que diretamente ou indiretamente são influenciados por essa proposta de Estado, contudo

[...] para entender a questão dos museus no Brasil é preciso desenvolver uma reflexão sobre o próprio país, o tipo de sociedade aqui existente, as relações da sociedade brasileira com a cultura e os tipos de museus criados e mantidos por tal sociedade. É preciso, ainda entender, analisar o que vem a ser, no país, a museologia: quem cria os museus no Brasil? Quem os dirige, e como? Quem os mantém? Que relações tem o Brasil com a Museologia?¹

Em Itajaí, os primeiros discursos de museu surgem de forma inversa, começou pela sociedade intelectual da cidade, pessoas como Nóbrega Fontes demonstram o porquê da criação de um museu público.

Estamos na fase dos apartamentos e se tivermos um museu, para lá irão ser encaminhados os velhos móveis de inestimável valor, louças, fotografias, até roupas, sem contar documentos e mil e uma preciosidades que, mudando-se para apartamentos ninguém sabe o que fazer com tudo isto².

Nesse sentido, observando o que Nóbrega Fontes descreveu, a cidade naquele período estava crescendo e as moradias em processo de modernização. Vale ressaltar que em Itajaí, na década de 1970, o crescimento verticalizado foi muito forte na região central, mais especificadamente na Rua Hercílio Luz, onde as famílias com maior poder aquisitivo se deslocaram para os prédios que começavam a despontar, ocasionando em certa parte o descarte de bens móveis e lembranças que estavam nos casarios para um futuro museu da cidade, ou seja, peças que não serviam mais para os propósitos de uso cotidiano.



1 SCHEINER, Teresa. **Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil. Apontamentos Memória e Cultura.** Revista Mestrado em Administração e Centros Culturais, V4, N01 – Rio de Janeiro, UNIRIO, p14-34, 1994

2 **Jornal o Povo**, 24 de maio de 1975, nº 1876 P.1.



Aliado a esse cenário, o poder público, através de pessoas da sociedade itajaiense, começaram o movimento de possibilitar a abertura de uma instituição que abarcasse o futuro museu da cidade. O primeiro ato foi a criação de uma instituição que faria a gestão dessa proposta, nesse caso, a Fundação Genésio Miranda Lins. Após isso, entre os anos de 1977 a 1982, foram sendo coletadas peças para composição do acervo permanente; em paralelo a esse processo, o prédio que sediou a Prefeitura de Itajaí ia sendo adaptado para abrigar a primeira unidade cultural desta fundação.

A pessoa que encabeçou tal proposta foi João Amaral Pereira, primeiro Presidente do então Conselho Curador, que fez todas as tratativas de coleta direta e indireta das peças, bem como das obras do Palácio Marcos Konder, sede do Museu Histórico de Itajaí.

Os primeiros acervos coletados para a finalidade de abertura do primeiro museu de Itajaí retratam o tipo de personagens que são representados pela Espada do 2º Império (séc. XIX), Gravura representando Dama Europeia (início do séc. XX), Bíblia (séc. XVIII), Caixa para Transporte de Ouro (séc. XIX), Retrato de Militar do Corpo de Voluntários da Pátria (séc. XIX). A lista poderia ser maior, mas esses fragmentos de peças demonstram que nos seus primórdios o Museu Histórico de Itajaí era branco, europeu e militar, como foi a prerrogativa dos primeiros grandes museus modernos que buscavam exaltar as grandes personalidades que trouxessem um propósito de uma identidade nacional.

Essa proposta fica clara com o relatório do então Conselho Curador, um “acervo que corresponda aproximadamente ao espaço físico a ele destinado, e que se constitua de objetos condizentes a tradição da Casa e da Cidade”³.

Portanto, outras possibilidades e outras memórias naquele período se fechavam nos grupos tradicionais de Itajaí, nas famílias que compuseram política e economicamente a cidade. Entretanto, quais foram as memórias colocadas a parte, que deixaram de compor este “panteão”? Quais caminhos foram seguidos para a entrada de novos atores? Em seguida será demonstrado como foi iniciado esse processo, mais especificadamente sobre a comunidade afrodescendente de Itajaí e quais foram seus percursos e como foi a formação dos primeiros acervos dessa parcela da população no Museu Histórico de Itajaí.

³ **Jornal do Povo**, 16 de julho de 1977, nº 1958. P.16.

OLHARES SOBRE O MUSEU E SEU ACERVO

O Museu Histórico de Itajaí nasceu e cresceu dentro da proposta de construir um discurso da história da cidade através da cultura material. Essa proposta também traz a tona certos discursos sobre museus históricos do século XIX:

Os objetos guardados pelos museus deixam de ser fonte de ensinamentos entre gerações. O antigo passa a ter valor por seu aspecto de curiosidade e raridade em relação aos tempos modernos. Sob o pretexto de resolver problemas no futuro, a ação do presente ganha ascendência sobre o passado e o apropria segundo seus interesses. Ao mesmo tempo, o presente é considerado meramente transitório, e, como isso, indivíduos isentam-se de suas responsabilidades, intervenções e omissões.⁴

Portanto, objetos que não constroem discursos para pesquisa, bem como sua função social, ficam inertes na sociedade que os construiu. Museus que não demonstram essa prática também ficam omissos e perdem sua função pública.

O Museu Histórico de Itajaí, tendo em vista sua formação e os discursos de época de sua construção, baseado em Sepúlveda, seria um museu Narrativa;

[...] aquele que a narrativa histórica subordina a sua lógica o discurso do objeto. Nele há um claro distanciamento entre presente e passado, uma vez que o passado é apresentado por meio de uma crítica neutra e/ou ideológica - em ambos os casos uma postura distante da relação do passado⁵.

Nesse sentido, o Museu Histórico de Itajaí possui, na sua construção, o distanciamento da sociedade e esse processo também foi sendo discutido na face das novas políticas públicas de museus. Em 2003, com a inserção da Política Nacional de Museus (PNM), gradativamente surgem novos atores nos museus públicos; em Itajaí não foi diferente.

Dentre os eixos programáticos da carta de intenções criada pelo então Departamento de Museus (DEMU) do Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPHAN), temos o Eixo 2 que prevê a Democratização dos Museus. Esse item do PNM⁶ trouxe discussão de novas (e antigas) memórias no contexto expográfico e educativo em museus na cidade de Itajaí.

4 SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006 pag. 18

5 SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006 pag. 22

6 Brasil Ministério da Cultura. Política Nacional de Museus. Brasília: MinC, 2007.

Dentre as discussões suscitadas, a formação dos acervos oriundos da comunidade afrodescendente foi pauta nas décadas de 1990 e primeira década do século XXI. Quais foram as intenções de como introduzir os atores de época na discussão no Museu Histórico de Itajaí?

ACERVOS AFROS DÉCADA DE 1990

Com a abertura do Museu Histórico de Itajaí em 1982, a proposta expográfica de coleta de peças em Itajaí estava centralizada na missão daquele período de preservar a história das pessoas da cidade. Contudo, fica o questionamento: quais pessoas e história deveriam ser preservadas? Como foi descrito anteriormente, o museu tinha uma proposta clara de construir memórias de um determinado grupo da sociedade, branca, europeia e católica. Nesse sentido, outros grupos que estavam fora desse eixo programático e expográfico consequentemente não estavam contemplados.



Entretanto, com o final do período Ditatorial implementado no Brasil, a redemocratização ocasionou a inserção de novos discursos e atores em nível de ensino, dentre eles a inserção do ensino da história afrodescendente nas escolas públicas. Em Itajaí essa discussão entrou em pauta na década de 1990 com a publicação da lei 2830/93 que instituiu essa proposta no currículo municipal.

Nesse mesmo período, começam a ser formados os primeiros acervos dessa temática no Museu Histórico de Itajaí, antes deles a Fundação Genésio Miranda Lins possuía acervos dessa temática, contudo de suporte documental. Em referência a acervos tridimensionais eram inexistentes até o ano de 1993. Conforme o Gestor do Museu na época Edison D'Ávila, explica a seguinte situação.

A escolha pela compra na época era que o museu quanto a FGML possuía acervos nessa temática somente no suporte documental e iconográfico, tridimensional era inexistente. Nesse sentido a aquisição dos mesmos efetua-se por ser comum em várias partes do país onde aconteceu a escravidão si⁷.

O contexto de época referente a essa compra, segundo Edison D'Ávila, foi o fato das dificuldades, devido a escolha de tal tipologia de acervos, bem como a inexistência dos mesmos na cidade.

Uma dessas escolhas foi de acervo referente a escravidão que gerou uma

7 D'ÁVILA, Edison. **Depoimento Concedido a Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior**. Itajaí, 01/03/2016.

determinada polêmica. O lote em questão era advindo do Estado de Minas Gerais e por não serem procedentes de Santa Catarina não traduziam a realidade local⁸.

As peças que D'Ávila se refere seriam catalogadas na categoria 027, conhecida como Castigo. Segundo a documentação do Museu Histórico de Itajaí, dentre elas estão tronco, argola para correntes e algemas, procedentes do Estado de Minas Gerais e adquiridas pela mantenedora do museu.

Mesmo que no currículo de 1993 as escolas municipais estivessem imbuídas de demonstrar uma “história crítica”, conforme o artigo 3º, item II, da Lei Municipal 2830/93⁹, e o material didático fosse confeccionado com o apoio de organizações culturais, no Museu Histórico uma dessas organizações tiveram contato com o acervo em questão. Novamente D'Ávila relata esse momento;

Em 1988, devido os festejos da Lei Áurea, ocorreu pesquisa referente a essa temática, onde na pesquisa de campo, foi contatado o então Presidente do grupo organizado daquele momento, Movimento Negro Tio Marcos, devido a proximidade que foi feita naquele período teve contato com esse acervo quando o mesmo foi adquirido em 1993¹⁰.

Na entrevista não foi possível encontrar se o referido movimento concordava com a compra, contudo fica nítido que tinham conhecimento do mesmo. Nesse sentido, o Museu Histórico de Itajaí criou o seu primeiro discurso perante essa temática em acervos institucionais, onde Foucault auxilia na interpretação desse processo.

Ora, essa vontade de verdade, como os outros sistemas de exclusão, apoia-se sobre um suporte institucional: é ao mesmo tempo reforçada e reconduzida por todo um compacto conjunto de práticas como a pedagogia, é claro, como o sistema dos livros da edição, das bibliotecas, como as sociedades de sábios outrora, os laboratórios hoje. Mas ela é também reconduzida, mais profundamente sem dúvida, pelo modo como o saber é aplicado em uma sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e de certo modo atribuído¹¹.

Porém, esse não foi o único processo de formação de acervos afrodescendentes no Museu Histórico de Itajaí. Adiante, será demonstrada outra proposta de inserção dessa temática nos acervos tridimensionais nessa instituição.

8 D'ÁVILA, Edison. **Depoimento Concedido a Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior**. Itajaí, 01/03/2016.

9 COSTA, Moacir da, org. **Políticas de Inclusão: Leis Municipais de Itajaí para Inclusão Étnico/Racial na Educação**. – Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007.

10 D'ÁVILA, Edison. **Depoimento Concedido a Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior**. Itajaí, 01/03/2016.

11 FOUCAULT, Michel – **A Ordem do Discurso** – Edições Loyola – 07/2011 – São Paulo/SP



ACERVOS AFROS SÉCULO XXI



Desde a formação do Museu Histórico de Itajaí, a formação de seus acervos sempre foi efetivada entre a parte técnica e de gestão institucional. No entanto, no ano de 2003, surgem novas políticas públicas culturais que começam outros olhares para as instituições museológicas, como por exemplo a Política Nacional de Museus implementada pelo Ministério da Cultura através do Departamento de Museus (DEMU).

No bojo desse processo, a Fundação Genésio Miranda Lins começou a aproximação dessa Política de Estado. Dentre os mecanismos institucionais construídos, a criação de Comissões para averiguação de acervos no ano de 2006 e implementação de setores educativos nas unidades de gestão para aproximar comunidade escolar com as temáticas e acervos que se propunham o museu.

Nesse processo, foram criadas e elaboradas ações educativas que democratizavam o acesso das escolas públicas e também colaboravam com as políticas municipais da época que já previam o debate da cultura Afrodescendente na cidade. Esse processo fica claro referente a representação existente no Museu Histórico de Itajaí quando, em 2005, foram retirados os acervos adquiridos no ano de 1993.

Com a retirada desse acervo da expografia, entre 2005 até 2009 ficou uma lacuna da representação afrodescendente no museu, mas que foi impelido pelo Setor Educativo da instituição. Elizete Maria Jacinto relata o início desse processo:

Tudo começou pela ação educativa no Museu. Desde o momento que entrei como educadora em 2006, a figura do negro Simeão estava excluída da galeria de bustos e falar de personagens que contribuíram para a Fundação de Itajaí, dentro da influência econômica, política e religiosa sem refletir sobre o papel social do trabalhador na construção da 1ª capela da cidade, desencadeou a problematização da galeria de bustos junto aos estudantes. Era a minha função, problematizar para gerar uma mudança de atitude, levar a reflexões também fora do Museu, chamar o Movimento Negro para o debate, argumentar com os gestores da Fundação que era hora de fazer a intervenção já que durante os anos de 2007 e 2008, esse foi o questionamento: Onde está **Simeão**? Não por acaso, os gestores que criaram a galeria de bustos na década de 1980 sem Simeão, faziam parte do novo governo municipal em 2009, e diante da solicitação da comunidade escolar e engajamento do Movimento Negro local, buscaram corrigir esse “esquecimento”, e assim foi feito¹².

¹² JACINTO, Elizete Maria. **Depoimento Concedido a Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior**. Itajaí, 18/03/2016.

Com isso, o setor educativo do museu aproximou a discussão social da inserção do afrodescendente nos espaços expositivos sob uma ótica mais coerente, bem como a participação da sociedade nesse processo. Mesmo sendo uma representação tradicional de um busto de um homem responsável pela construção da primeira Igreja de Itajaí, foi a forma encontrada à época para comunicar visualmente a representação idealizada de um escravizado. Ramos (2004) depara essa situação de uma maneira extremamente próxima desse contexto quando;

Tornar-se necessário pensar na potência pedagógica de outra equação: sair da memória, entrar na história. Ao lidar com objetos que de alguma forma são memoráveis, o museu que não volta à memória corre o risco de perder sua especificidade de espaço expositivo. Se os objetos não podem ser tocados, não devem perder a qualidade de ‘tocantes’, de alimentar percepções marcantes, tarefa que somente a racionalidade da análise consegue¹³.

Portanto, através da ação educativa, o museu foi inserido dentro de discussões que margeavam sua temática e trouxe à tona o discurso pedagógico dentro de um caudal teórico que as instituições evitam em tocar, que nesse caso é a escravidão e seus processos de exclusão.

Nesse sentido, RAMOS (2004) auxilia a pensar que “A pedagogia do objeto gerador teria a missão de propor o desafio de fertilizar imbricações entre passado, presente e futuro”¹⁴.

Mesmo existindo o fomento estatal pela inserção de novas memórias, essa ação tornou-se isolada e a Fundação Genésio Miranda Lins não continuou essa discussão. Conforme Benjamin, “longe de querer o resgate da memória, o que interessa é a potência de futuro encontrada no passado”¹⁵. Mais adiante acontecerá a primeira entrada de acervos doados pela comunidade afrodescendente no Museu Histórico de Itajaí, ou seja, sem a intervenção estatal nessa discussão, o que propicia a população uma visão mais ampliada da participação desse grupo social no município.

O SAGRADO E O PROFANO AFRO NO MUSEU

Desde a abertura do Museu Histórico de Itajaí no ano de 1982, a inserção da comunidade afrodescendente no circuito expositivo ou no acervo institucional foi efetivada aos olhos do município, com discursos oriundos das políticas públicas nacionais.

13 RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino da história** – Chapecó: Argos, 2004

14 RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino da história** – Chapecó: Argos, 2004

15 BENJAMIN, Walter. **Teses sobre filosofia da história**. In: KOTHE, Flávio (Org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1991.

Mesmo que as duas intenções estatais de compor esse grupo no museu, a quantidade de peças sempre foi de forma reduzida e relegada a investimentos do município de Itajaí através da mantenedora do museu.

Contudo, a primeira tentativa de entrada de acervos oriundos da comunidade afrodescendente surge no ano de 2013. Judézia Maria Mello, filha da Mãe de Santo Cecília Florinda Rosa, segunda Mãe de Santo do Estado de Santa Catarina, doa um lote de peças referente a memória da senhora Florinda. Entre fotos, diplomas e objetos foi entregue ao museu 03 anéis de candomblé, que foram avaliados pela Comissão de Acervos do MHI e foi optada pelo aceite da proposta.

Pela primeira vez proposta oriunda da comunidade afrodescendente de inserção de peças no museu foi efetivada. Eliade nos faz pensar esse processo,

Retirado da vida religiosa propriamente dita, o sagrado celeste permanece ativo por meio do simbolismo. Um símbolo religioso transmite sua mensagem mesmo quando deixa de ser compreendido, conscientemente, em sua totalidade, pois um símbolo dirige-se ao ser humano integral, e não apenas à sua inteligência¹⁶.

Mesmo que o processo de musealização de uma peça objetive a retirada de um determinado fragmento de memória do espaço onde esse se encontrava para compor outro contexto, também pode significar morte desse objeto, dependendo como esse é abordado. Contudo, esse processo tem que ser validado pela sociedade e possui ritos onde “a morte de uma pessoa só é reconhecida como válida depois da realização das cerimônias funerárias”¹⁷.

Contudo, a musealização perpassa caminhos que demonstram questões estéticas, sociais, individuais e principalmente que tragam memórias tanto genéticas como cores, ideias e conceitos. Essa construção do acervo não pode estar dissociada da proposta do museu.

Esses objetos que foram entregues ao museu perpassam por processos internos que passam pela Política de Acervos institucional, sua relevância educacional e principalmente a possibilidade de estar ao público em alguma exposição. Eliade demonstra que mesmo o acervo sendo institucionalizado também perpassa pelos ritos onde

[...] as cerimônias de admissão numa sociedade secreta: a diferença mais importante reside no fato que todos os adolescentes são obrigados a enfrentar a iniciação da idade, ao passo que as sociedades secretas são reservadas a um determinado número de adultos¹⁸.

Portanto o acervo entra em outra esfera, que demonstra processos, ritos e principalmente o amadurecimento de uma sociedade que opta em preservar aquilo

16 ELIADE, Mircea. **O sagrado e profano** – São Paulo: Martins Fontes, 1992, pg. 109.

17 ELIADE, Mircea. **O sagrado e profano** – São Paulo: Martins Fontes, 1992, pg. 151.

18 ELIADE, Mircea. **O sagrado e profano** – São Paulo: Martins Fontes, 1992, pg. 152.

que lhe traz pertencimento. Os anéis doados propõe esse crescimento na temática afrodescendente dentro do museu, uma trajetória que começa com objetos de castigo, após com a personificação desse escravizado na figura de Simeão e agora com objetos de culto do Candomblé.

Nesse sentido, ficam os questionamentos: quanto o museu fez aprender com esse processo e como o mesmo pode ser melhorado?



CONSIDERAÇÕES

A temática afrodescendente foi institucionalmente trabalhada a margem de seus acervos. As políticas públicas tanto em nível municipal como federal auxiliaram a Fundação Genésio a se aproximar dessa discussão, mas sem uma avaliação das ações efetivadas e do quanto foram eficazes para sociedade. Nesse sentido, Ramos deixa claro,

Nossa Senhora da Imaculada Conceição é sincretizada a Oxum (N. do E.).

Como escapar à Memória dos pesadelos cristalizada pela História, deificada numa identidade, numa Pátria, numa Nação?... Recordar o futuro, concluem Deleuze e Guatarri, é o projeto da memória, da memória das falas e não da memória das marcas que asfixiam e congelam tudo. Uma segunda memória, no sentido nietzschiano, é uma memória fundada na palavra¹⁹.

O município foi determinante na formação dessa memória, fundamental no intuito de mostrar as facetas dos escravizados e as mazelas que esse grupo sofreu. Contudo, e vale frisar, os acervos adquiridos e aqueles doados criam uma trajetória, tanto teórica quanto institucional que deveria ser explorado na efetividade das propostas.

O Museu Histórico de Itajaí modernizou sua exposição com a busca de novos acervos que demonstrem a pesquisa e sensibilização de temáticas ainda não debatidas como, por exemplo, a formação do núcleo urbano da cidade e a busca de novas mídias para ampliar o conjunto de informações na sua comunicação com o público. Guarnieri nos propõe um alerta;

Assim o estágio atual dos museus fornece uma visão estrutural e uma visão prospectiva; a *visão estrutural*, refletida na preocupação com as unidades técnicas e de apoio, em termos de organização burocrática, ou seja, racional, legal; a *visão prospectiva*, que traduz duas preocupações diferentes: a que se refere ao Museu Prospectivo, projeção para o futuro (mais nítida e facilmente percebida nos

¹⁹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino da história** – Chapecó: Argos, 2004, p. 94.

museus de ciência, mas que não exclui e não deve excluir os demais) e a que se refere ao Aspecto Prospectivo dos Museus em Geral, inserida na filosofia de trabalho e na ação de tais museus como agentes de compreensão das mudanças qualitativas nos vários níveis de sociedade²⁰.

Podemos afirmar que o Museu Histórico de Itajaí deveria continuar sua aproximação com a sociedade, não somente a afrodescendente, mas abrir canais com outros grupos que possam utilizar o capital simbólico institucional para outras discussões, bem como buscar a profissionalização institucional e buscar outros parceiros (universidades, associações de classe, colégios, entre outras), para difundir e ao mesmo tempo aprender novas experiências.

Esse processo também afirmaria o conjunto de políticas públicas existentes e acrescentaria nos discursos da formação dos acervos existentes e aqueles que irão por vir. Dessa forma diminui o fardo institucional e constrói novas memórias a serem discutidas, dentro e fora do museu.

Com isso possibilita a fruição e troca de informações históricas entre os órgãos públicos de memória e sociedade civil, ficando mais transparente e profissional. Novamente Ramos auxilia nessa discussão;

Para o conhecimento histórico proposto através da museologia, não se trata de viver o passado, de sentir como se fosse possível voltar no tempo. O que se busca, no espaço do museu, é a história através dos objetos, uma poética material que abre inúmeras possibilidades de interpretação. Se estudamos através dos livros, também é possível estudá-la através dos objetos²¹.

Contudo, os museus são espaços públicos que necessitam ser constantemente atualizados e principalmente compartilhados para ter significado social, cultural, público e democrático. Não se fechando nele mesmo e com possibilidades ímpares de preservação, estudo e lazer.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. **Teses sobre filosofia da história**. In: KOTHE, Flávio (Org.). **Walter Benjamin**. São Paulo: Ática, 1991.
- Brasil Ministério da Cultura. **Política Nacional de Museus**. Brasília: MinC, 2007.
- BRUNO, org. Maria Cristina Bruno. **Waldissia Rússio Camargo Guanieri: textos e contextos de uma trajetória profissional** - São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.
- COSTA, Moacir da, org. **Políticas de Inclusão: Leis Municipais de Itajaí para Inclusão Étnico/Racial na Educação**. - Itajaí: Editora Maria do Cais, 2007.
- D'ÁVILA, Edison. **Depoimento** Concedido a Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior. Itajaí,

²⁰ BRUNO, org. Maria Cristina Bruno. **Waldissia Rússio Camargo Guanieri: textos e contextos de uma trajetória profissional** - São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010, p. 85.

²¹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto: o museu no ensino da história** - Chapecó: Argos, 2004, p. 94.



01/03/2016.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e profano** – São Paulo: Martins Fontes, 1992,

FOCAULT, Michel – **A Ordem do Discurso** – Edições Loyola – 07/2011 – São Paulo/SP.

JACINTO, Elizete Maria. **Depoimento Concedido a Marco Antonio Figueiredo Ballester Junior.** Itajaí, 18/03/2016.

Jornal do Povo, 16 de julho de 1977, nº 1958. P.16.

Jornal o Povo, 24 de maio de 1975, nº 1876 P.1.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A doação do objeto: o museu no ensino da história** – Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos.** Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SCHEINER, Teresa. **Sociedade, cultura, patrimônio e museus num país chamado Brasil.**

Apontamentos Memória e Cultura. Revista Mestrado em Administração e Centros Culturais, V4, N01 – Rio de Janeiro, 1994.



Museu Histórico de Itajaí - Palácio Marcos Konder

Construído em 1925 para abrigar os três poderes, a arquitetura eclética do Palácio encanta pela beleza da construção. Sede do Museu Histórico de Itajaí, inaugurado em 1982. Suas exposições temáticas (temporárias e permanentes) dão destaque para objetos de uso cotidiano, além de máquinas fotográficas, mesa de jogos, armas, indumentárias, obras de arte e de arte sacra. O Museu é responsável por um acervo de mais de 10.000 peças, as quais representam a história de Itajaí e região desde os tempos do Império.

HISTORICAL MUSEUM OF ITAJAÍ - PALÁCIO MARCOS KONDER

Built in 1925 to house the three local authorities, the eclectic architecture of the Palácio delights visitors with its beautiful construction. Home to the Historical Museum of Itajaí, it was inaugurated in 1982. Its themed exhibitions (both temporary and permanent) focus on objects of daily use, as well as photographic cameras, a games table, weapons, costumes, works of art and sacred art. The Museum has an archive of more than 10,000 pieces, representing the history of Itajaí and the surrounding region going back to Imperial times.

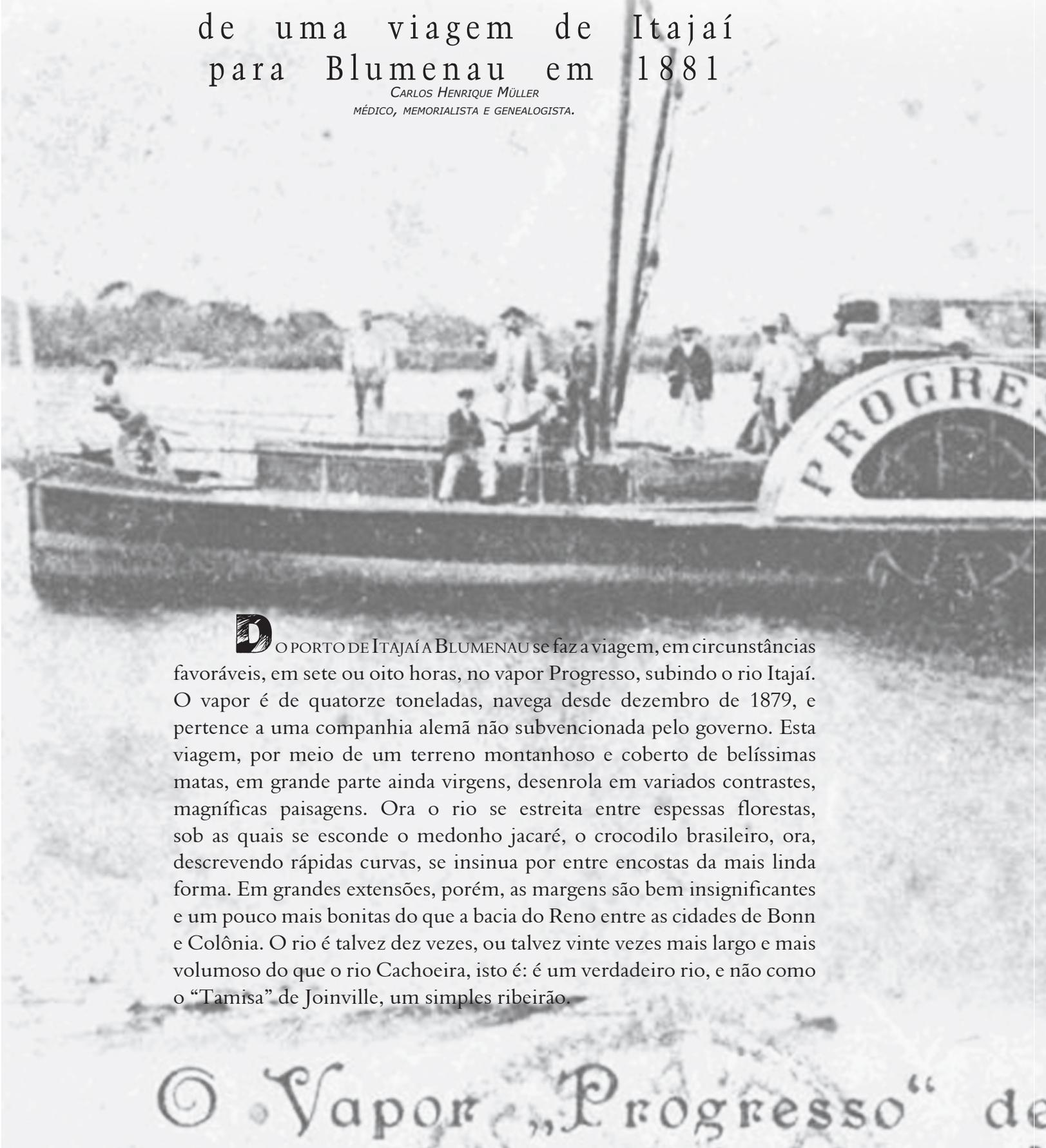


RUA HERCÍLIO LUZ, 681, CENTRO - ITAJAÍ/SC – CEP 88.301-001
TEL.: (47) 3348-1335

Narrativa

de uma viagem de Itajaí
para Blumenau em 1881

CARLOS HENRIQUE MÜLLER
MÉDICO, MEMORIALISTA E GENEALOGISTA.



DO PORTO DE ITAJAÍ A BLUMENAU se faz a viagem, em circunstâncias favoráveis, em sete ou oito horas, no vapor Progresso, subindo o rio Itajaí. O vapor é de quatorze toneladas, navega desde dezembro de 1879, e pertence a uma companhia alemã não subvencionada pelo governo. Esta viagem, por meio de um terreno montanhoso e coberto de belíssimas matas, em grande parte ainda virgens, desenrola em variados contrastes, magníficas paisagens. Ora o rio se estreita entre espessas florestas, sob as quais se esconde o medonho jacaré, o crocodilo brasileiro, ora, descrevendo rápidas curvas, se insinua por entre encostas da mais linda forma. Em grandes extensões, porém, as margens são bem insignificantes e um pouco mais bonitas do que a bacia do Reno entre as cidades de Bonn e Colônia. O rio é talvez dez vezes, ou talvez vinte vezes mais largo e mais volumoso do que o rio Cachoeira, isto é: é um verdadeiro rio, e não como o “Tamisa” de Joinville, um simples ribeirão.

© Vapor „Progresso“ de

As voltas do Itajaí são tão numerosas quanto às do rio Cachoeira, voltas que tornam dobrada a distância de Itajaí a Blumenau, a qual em rumo não tem mais de cinquenta e um quilômetros. A maré sobe até a cidade e o rio é navegável até lá para barcos de quatro a cinco pés de calado.

O terreno, em uma e outra margem até junto da colônia, apenas aqui e acolá se acha cultivado. Os seus proprietários pouco se importam com ele e jamais cuidariam em impedir que fosse ocupado pela gente vadia. Todas as palhoças, que se observam em ambas as margens, pertencem uma gente, que não o menor direito sobre a terra que habita, e entretanto, nem o Imperador seria capaz de expulsá-la. Esta população vive vegetando daquilo que um pequeno pedaço de terra produz, de um modo que mal pode se dizer, humano. É realmente notável como brasileiro pode viver muito mais parcamente do que o alemão.

Vai para cinquenta anos que os primeiros colonos de Joinville penetraram em São Francisco. Não havia então uma só vidraça nas janelas mas, simplesmente rótulas, e já mencionei que não existem em muitos lugares, mesmo aonde há hospedarias em estilo europeu. Por toda a parte, onde se apresenta uma cozinha alemã democrática mas, a vista da brasileira, altamente aristocrática, sabem os brasileiros apreciá-la e aproveitá-la com todas as forças. Mas, basta de digressão sobre minha viagem a Blumenau.

Era um domingo, quando eu subi o Itajaí, e de todos os lados havia casas, via-se uma multidão de mulheres e moças com seus vestidos bem lavados e seus paletós de chita, azuis ou cor de rosa, mas sem sapatos, descalças e sem meias e provavelmente, pois ventava tanto e tão forte, também sem o mais leve vestígio de saias ou calças.

As viagens do Progresso são o único meio mais cômodo de condução para Blumenau, porque as doze ou quinze horas de viagem em estreita canoa a remo

e Blumenau.

constituem um verdadeiro martírio e quanto às viagens a cavalo, além de serem arriscadas, não servem para um viajante que leve qualquer bagagem. Que a viagem pelo Progresso, entretanto, tem seu lado escabroso, é o que eu logo iria saber.

Em vez de sete a oito horas, tive de gastar vinte e duas, e quase morto de fome e de frio. Porque razão se houve por bem não partir senão as nove e meia horas da manhã e porque se demorou naquele lugarejo quase uma hora, quando ali não havia mais do que meia dúzia de volumes a desembarcar, foi sempre para mim um mistério. Mais misterioso foi ainda para mim quando, ao entrar da noite, subitamente paramos em um ângulo escuro como breu, e nos disseram que esperaríamos ali até aparecer o luar. A lua porém, não apareceu e no meio da minha sociedade de viagem, apareceu uma mesa a agitar a água, com seus competentes hinos movidos à pinga. Já durante o dia tinha me impressionado desagradavelmente esta espécie de colonos, que a moda americana, se deslumbrava comigo sem que eu compreendesse as suas tantas amabilidades, e mais desagradável ainda teria sido à noite, pois o sono era algo impossível no meio dessa algazarra, se não fossem o canto das cigarras, o barulho dos sapos ferreiros, e sobretudo, o canto de gigantescos vagalumes, que me serviam de passatempo e distração.

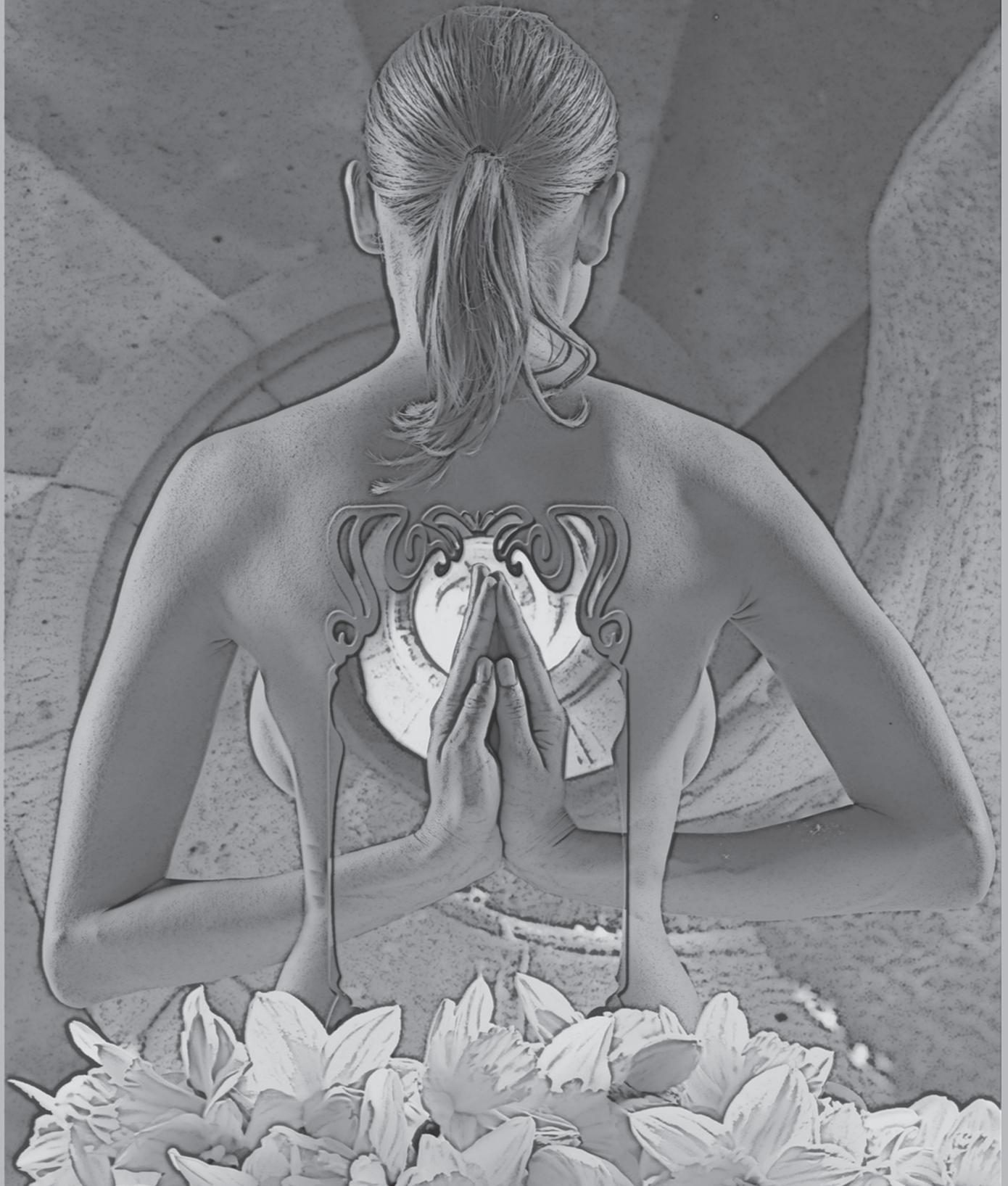
De madrugada prosseguimos a viagem através de uma passagem estreita, impossível de franquear por uma noite escura, e por volta das oito horas da manhã, entrei em Blumenau.

— Zöller, Hugo. DIE DEUTSCHEN IM BRASILISCHEN URWALD (“OS ALEMÃES NA FLORESTA BRASÍLICA”), Berlin/Stuttgart, 1883.





ॐ



A CAPELA DE SÃO JOÃO BATISTA DE ITAPOCORÓI

**sua importância histórica para a região de Itajaí
relatos históricos e genealógicos**

TELMO JOSÉ TOMIO
GENEALOGISTA, PROFESSOR E MÚSICO

SEGUNDO DOCUMENTOS

HISTÓRICOS, em 1739 já havia moradores na região de Itapocorói (na atual cidade de Penha, Santa Catarina). Foi nesse ano que se flagrou o desembarque clandestino de mercadorias que seriam contrabandeadas. Ora, se as mercadorias eram descarregadas aqui, e se havia lugar para guardá-las, é sinal que aqui morava gente. Isso foi a 02 de outubro de 1739.



Em 1759, o número de moradores havia aumentado com certeza, pois dois moradores, Bento da Silva Veloso e Tomé da Silva Coutinho se dirigiram ao Bispo do Rio de Janeiro pedindo permissão para levantarem uma capela. A autorização foi assinada no dia 27 de abril de 1759, e a capela foi por eles construída. Como diz Pedro Bersi, em seu livro “Mar e Sertão”, página 294:

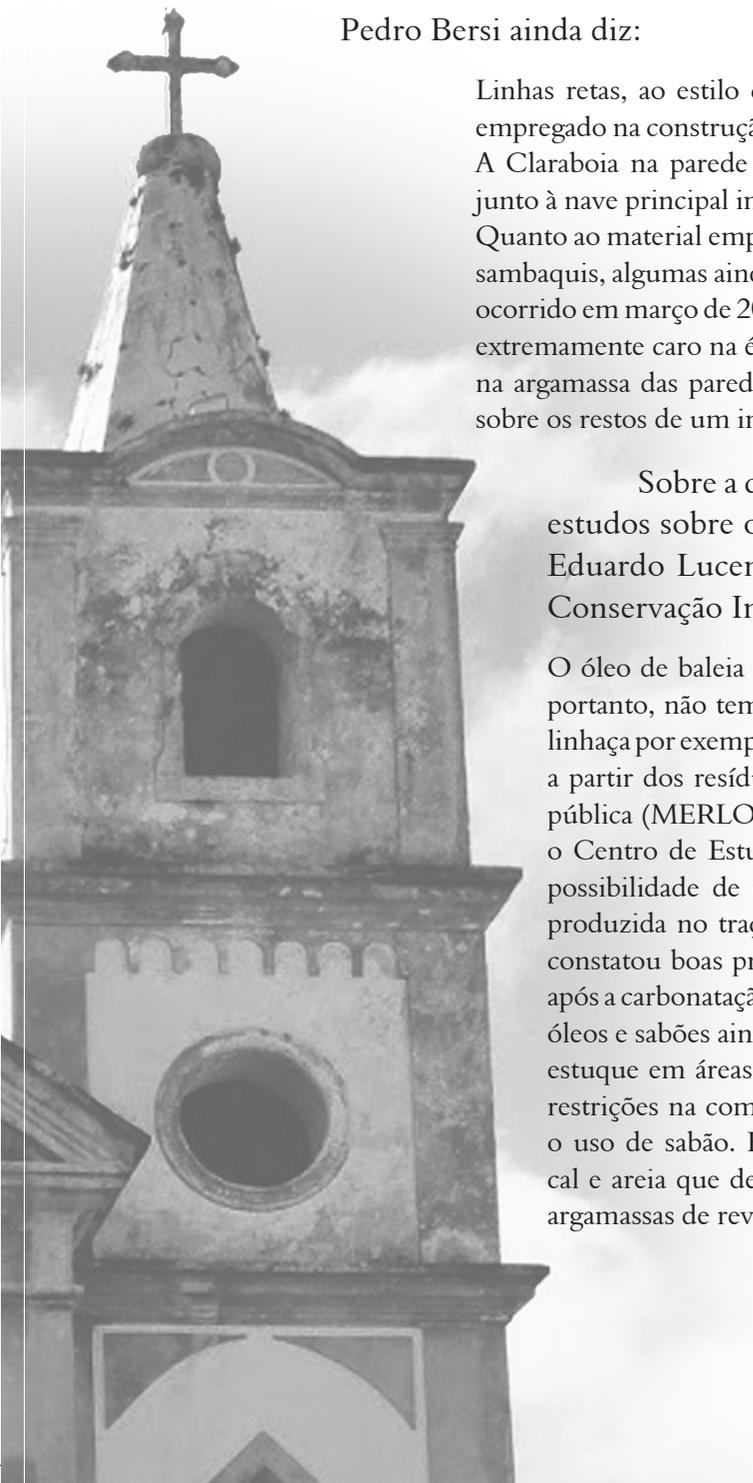
[...] construída em alvenaria de pedra ajuntada, com argamassa de cal do mar, barro e areia, a capela de São João foi erguida sobre uma pequena elevação junto à extremidade Sul da enseada de Itapocorói; a fachada principal está voltada para o mar. À volta da capela descortina-se amplo adro gramado.

Pedro Bersi ainda diz:

Linhas retas, ao estilo colonial da época, denotam o bom gosto arquitetônico empregado na construção da capela São João Batista (Arraial de Itapocorói, 1759). A Claraboia na parede frontal, os singelos adornos externos e o arco interior junto à nave principal imprimem leveza e personalidade à centenária construção. Quanto ao material empregado no reboco das paredes pouco se sabe. Conchas de sambaquis, algumas ainda intactas, vieram à tona logo após o inesperado incêndio ocorrido em março de 2005. A cal do mar, ao contrário do óleo de baleira (produto extremamente caro na época) aparentemente foi o principal material empregado na argamassa das paredes de pedra bruta ajuntada. A própria igreja foi erguida sobre os restos de um imenso sambaqui.

Sobre a construção utilizando-se óleo de baleia, há muitos estudos sobre o assunto. Um deles, escrito pelo arquiteto Jorge Eduardo Lucena Tinoco, do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, de Pernambuco, diz:

O óleo de baleia é um combustível, é considerado também uma graxa e, portanto, não tem propriedades aglutinantes ou secativas como o óleo de linhaça por exemplo. Inclusive, Faraday (1791-1867) extraiu dele o Benzeno a partir dos resíduos do aquecimento desse óleo utilizado na iluminação pública (MERLO, p.1, 2012). Em estudos e testes sobre os rebocos de cal, o Centro de Estudos de Conservação Integrada não verificou nenhuma possibilidade de endurecimento numa argamassa a base de cal e areia, produzida no traço 1:3, quando adicionado o óleo da baleia. Entretanto, constatou boas propriedades hidrofugantes quando esse óleo foi aplicado após a carbonatação sobre a argamassa. Fazer impermeabilizações utilizando óleos e sabões ainda hoje é comum quando se executam revestimentos em estuque em áreas molhadas. Só que, devido ao elevado valor e às severas restrições na comercialização do óleo de baleia, o mais prático e barato é o uso de sabão. Há um estudo sobre o óleo de baleia em argamassa de cal e areia que demonstrou não ser esse óleo apropriado para compor as argamassas de revestimentos como aditivo (SANTIAGO, p.34, 2007).



Então, por que se criou no Brasil o mito do óleo de baleia como elemento responsável pela excelência dos rebocos antigos?

Em 2005, o professor de Química do Curso de Gestão de Restauro do Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada, Antônio Alves Junior, teve a oportunidade de ver nas mãos do diretor do Museu de Igarassu, um documento do final do século XVIII que alude se utilizar parte do dinheiro da arrecadação dos impostos do óleo da baleia nos serviços de restauração da igreja matriz da cidade. Isso possibilitou se levantar a tese de que, a assertiva “foi feito com óleo de baleia” teria origem na utilização dos recursos financeiros advindos dos impostos da comercialização do óleo da baleia, o petróleo do passado.

Enfim, devemos ter em mente o seguinte: A Capela de São João Batista de Itapocorói foi construída em 1759. A Armação Baleeira de Itapocorói foi instalada em 1778, ou seja, 19 anos depois. Portanto, não havia extração de óleo de baleia nesta região na época da construção da capela. O óleo de baleia não faz liga com massa de cal e areia. Se trouxeram óleo de outro lugar, pode ter sido usado para impermeabilizar colunas, paredes e pedras. Talvez esse uso (de impermeabilização) tenha sido utilizado somente na construção da torre, ocorrida na década de 1920. Diante

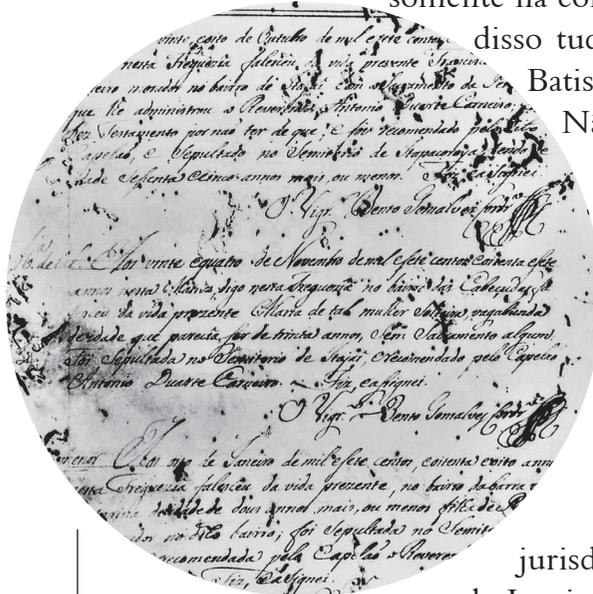
disso tudo, **não se deve afirmar** que a Capela de São João Batista de Itapocorói fora construída com óleo de baleia. Não há certeza disso.

VOLTANDO AO CONTEXTO HISTÓRICO:

Em 30 de julho de 1815, o arraial de Itapocorói foi elevado à condição de Curato. Neste dia, esteve fazendo visita pastoral (a primeira de um bispo no lugar) o Bispo do Rio de Janeiro, Dom José Cactano da Silva Coutinho.

A nossa região, por muito tempo, pertenceu à jurisdição eclesiástica da Diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro (que atendia desde o Rio de Janeiro até Colônia do Sacramento, no atual Uruguai). Depois, no final do Século XIX, passou à diocese de Curitiba. Em 1908, foi criada a Diocese de Santa Catarina, com sede em Florianópolis. Atualmente, Penha pertence à Diocese de Blumenau.

Com a construção da Capela de São João Batista, em 1759, toda a região entre Camboriú e Barra Velha era espiritualmente atendida pelo capelão responsável por essa capela, que era uma filial da Matriz de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco. Nossos ancestrais mais remotos daqui desta região têm seus registros de batismo,



casamento e óbito anotados nos antigos livros eclesiásticos dessa Capela de São João, a partir de 1791. Antes disso, encontramos registros nos livros de São Francisco. Esses livros, ou os que sobreviveram ao tempo, estão nos Arquivos Histórico-Eclesiásticos e Cúrias Diocesanas. Ao analisarmos esses registros de nossos ancestrais percebemos que eles vieram de outros lugares para cá. Percebemos famílias de pescadores paulistas que vieram para cá no início dos anos 1800, vindos de Iguape, Cananeia, Paranaguá, São Sebastião etc. Encontramos muitas pessoas que vieram diretamente de Portugal – do continente – para cá, geralmente marinheiros. E em grande número, vamos encontrar nossos açorianos e seus descendentes, vindos de alguma das freguesias de Santa Catarina, classificadas como núcleos primários de colonização açoriana. Vale lembrar que muitas famílias, na época da invasão espanhola, vieram da Ilha de Santa Catarina para a nossa região. Muitas outras famílias vieram do litoral paulista, de São Francisco e da Ilha de Santa Catarina, atraídas pelas oportunidades surgidas no período da pesca da baleia, já que tínhamos a Real Armação Baleeira de Itapocorói, fundada em 1778, arrendada ao fidalgo português Joaquim Pedro Quintella, sobrinho do falecido concessionário Inácio Pedro Quintela, protegido do Marquês de Pombal.

Como já vimos, os registros de Nascimento/Batismo, Casamento e Óbitos eram anotados nos livros dessa capela. Naquela época não havia cartório. Por isso, a capela de São João Batista de Itapocorói é muito importante no contexto histórico de nossas famílias luso-açorianas que foram se espalhando pelo nosso litoral e adentrando o interior. Até 1824, qualquer ato religioso entre Barra Velha e Camboriú era realizado na Capela de São João de Itapocorói.

Após 1824, com a criação do Curato do Santíssimo Sacramento de **Itajaí**, os atos religiosos entre o rio Gravatá e o rio Camboriú eram feitos em **Itajaí**. O Curato foi elevado à freguesia em 1833. Na Capela da Armação eram realizados atos religiosos dos habitantes que moravam entre o rio Gravatá e o rio Itapocu (entre as atuais Navegantes e Barra Velha). Em 1839 foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Penha, que passou a atender a região, suplantando o atendimento que era feito pela Capela da Armação. Com a decadência da armação baleeira, Nossa Senhora da Penha passou a ser o centro importante da região. Por volta de 1860, entrando em atividade o curato de São Pedro de Alcântara de Barra Velha, o padre de Penha atendia a região entre as atuais Piçarras e Navegantes. Porém, com a constante ausência de padre em Barra Velha, vamos continuar encontrando muitos registros de pessoas de lá nos livros daqui.

O livro mais antigo de registro de óbitos da nossa região é o da Capela de São João Batista de Itapocorói, do período de 1791-1835. Neste livro estão os nomes dos falecidos, a idade que tinham, em que lugar moravam, onde foram sepultados etc. É interessante notar que pessoas importantes eram sepultadas dentro da igreja. Vamos encontrar a indicação nos registros. Era um costume da época.

No Brasil, a primeira tentativa de proibição de enterros nos templos foi através da Carta Régia nº 18, de 14 de janeiro de 1808. A ordem era clara, cidades populosas deveriam construir cemitérios extramuros. Esta lei foi esquecida, tornando-se letra morta. Nova tentativa de sua aplicação ocorreu em 1825, quando Dom Pedro I tratou pela decisão número 265, de 17 de novembro de 1825, da transferência do cemitério da Matriz de Campos dos Goytacazes, na Província do Rio de Janeiro, para fora da cidade conforme recomendava a Carta Régia.

A lei imperial de 1º de outubro de 1828, que instituía as câmaras municipais do Império do Brasil, regulamentou entre outras questões sobre o sepultamento fora das igrejas. Neste primeiro momento, não ocorreu uma proibição, apenas uma recomendação para instituição dos cemitérios fora dos templos e que o mesmo fosse edificado sob a tutela da autoridade eclesiástica local.

Portanto, a lei não proibiu o enterro dentro das igrejas, apenas recomendou e permitiu que as Câmaras locais legislassem sobre o tema; cada vila ou cidade deveria adotar ou não a recomendação. Assim, de 1828 a 1862, seguiram outras leis imperiais tentando disciplinar o sepultamento dos mortos fora das igrejas.



O estigma do cemitério exerceu forte influência na população, que resistiu à lei imperial de 1828 e continuou com sepultamentos em locais impróprios e teve seu fim definitivo somente em 1927, quando o Código de Direito Canônico proibiu definitivamente esta prática. Não se sabe se permanece na história oral e na memória das pessoas da região da Armação de Itapocorói o fato de pessoas serem sepultadas dentro da igreja. Esse tipo de sepultamento acontecia também em São Francisco e **Itajaí**. Nas pesquisas genealógicas do Litoral Norte de Santa Catarina, fez-se a transcrição dos livros mais antigos de São Francisco, de Penha, de **Itajaí** e de outros lugares. No livro de óbitos da Capela de São João Batista de Itapocorói, foram encontrados, entre 1791 e 1835, 62 sepultamentos realizados dentro da igreja.

No livro de Óbitos de São Francisco, de 1783 até 1790, foram encontrados 58 registros que dão Itapocorói como lugar de sepultamento.

No livro de óbitos de São João Batista de Itapocorói, o primeiro sepultamento dentro da capela está bem no início do livro: foi aos 15 de janeiro de 1791 quando, aos 65 anos de idade, morreu Thomé da Silva Coutinho, casado com Joanna de Siqueira, encomendado e sepultado dentro da capela pelo Padre Antônio Duarte Carneiro. Esse Thomé da Silva Coutinho é o citado Thomé da Silva que, em 1759, havia se dirigido ao Bispo do Rio de Janeiro, pedindo licença para a construção da capela. Ele é ancestral de muitas pessoas da nossa região.

ALGUNS FATOS CURIOSOS NOS ÓBITOS DE ITAPOCORÓI:

+ 15.01.1791, aos 65 anos mais ou menos, THOMÉ DA SILVA COUTINHO, casado com Joanna de Siqueira, morador do Rio Cambri, sepultado no interior da Capela da Armação. [Foi o requerente da licença para a construção da capela em 1759].

+ 07.11.1797, JOÃO DIAS DE ARZÃO, casado com Maria do Rosário, morreu infelizmente afogado. Morador de **Itajaí**, sepultado no Cemitério da Armação. – Este é João Dias de Arzão, o Moço, falecido com cerca de 90 anos, filho do bandeirante paulista João Dias de Arzão – o Sesmeiro do Rio **Itajaí** (recebeu sesmaria em 1658). Esse falecido era pai de Mathias Dias de Arzão, que em 1794 recebeu sesmaria às margens do rio **Itajaí**. Embora o sobrenome Arzão tenha quase que desaparecido, a descendência é grande e leva os sobrenomes Dias, Dias da Costa, Nunes e Nunes da Silva.

+ 18.05.1806, Maria, aos 3 anos, filha de José Ignacio Borges, Sepultada dentro da Capela da Armação. – [Era filha do feitor da Armação da Pesca das Baleias, que era morador em **Itajaí**, onde foram batizados a maioria dos seus netos e escravos. Esse mesmo José Ignacio Borges foi um dos requerentes que a 05.01.1824 pediram a separação territorial e a criação do curato do Santíssimo Sacramento de **Itajaí**, juntamente ao Frei Pedro Antônio de Agote].

1797 – começam a aparecer sepultamento no lugar Piçarras, ou *sítio do pissarro*, *pissarras*, que é a atual região da Igreja Matriz Nossa Senhora da Penha.

Dezembro de 1800 – começam a aparecer sepultamentos em Barra Velha – Cemitério da Lagoa da Barra Velha.

+ 15.02.1811 - Maria de Quadros, 66 anos, viúva, a filha solteira Agostinha da Silva, 38 anos, a filha Águeda, também solteira, e o filho João da Silva, solteiro, 30 anos. Todos sem os sacramentos, infelizmente mortos pelo gentio bravo (índios). Eram moradores no lugar Piçarras e lá foram sepultados.

+ 03.03.1814, o tenente André Borges Pitta, 66 anos, casado com dona Joanna da Conceição, morador da barra do rio Cambri, sepultado dentro da Capela da Armação. [A grande descendência que ele deixou foi através de dois filhos homens que ele teve com a escrava Cecília. Os dois filhos foram: João Borges Pitta e o alferes José Borges Pitta].

+ 26.07.1820, Jacinto Alves, casado com Anastácia Alves, morreu desgrazadamente afogado no dia 24 para 25, juntamente a mais sete companheiros da lancha de arpoar. [Sua esposa Anastácia era da família Gonçalves Nogueira. Ele deixou descendência através do filho Joaquim Jacinto Nogueira].

Até agosto de 1821, os escravos da armação baleeira, falecidos, aparecem como pertencentes ao Real Contrato da Pesca da Baleia. Em setembro de 1821 começam a aparecer escravos falecidos como pertencentes à Nova Administração do Real Contrato da Pesca da Baleia, e à Antiga Administração do Contrato de Pesca da Baleia. Após a Independência do Brasil, em 1822, não aparece mais Real Contrato, mas, Administração do Contrato Imperial da Pesca das Baleias.

+ 14.06.1824 – Damião, idade 70 anos - *“Aos quatorze dias do mês de junho de mil oitocentos e vinte e quatro apareceu José Francisco da Silva que avisou ao administrador Miguel Gonçalves dos Santos Junior desta armação nacional, que no morro por trás da cisterna pertencente a esta, se achava parte da ossada e caveira de um corpo humano, e indo ali o dito administrador em companhia de Ricardo Tavares e Faustino da Luz, feitores desta armação, **achou-se a ossada do escravo Damião**, escravo desta armação da anterior administração do Rei, que havia fugido há dois meses desta armação e que se conheceu pelo chapéu e dentro dele suas ceroulas que estava ao pé da ossada e se supõe ter sido devorado por uma onça que por aqui andou no tempo da sua fuga. Seus ossos foram conduzidos ao Cemitério desta Capela e nele enterrado e lhe fiz sufrágios do costume. Faço o referido na verdade e para constar fiz este termo e assinei aos vinte de julho do mesmo ano nesta armação nacional de São João Batista. Frei Martin Joaquin de Oliden”.*

+ 19.08.1825 – Catharina, conga, 25 anos, casada com Luís, benguela, Escrava da Nova Administração. Morreu por ter caído em azeite a ferver. Sepultada no Cemitério da Armação.

Após 1828, os escravos da armação falecidos, aparecem como pertencentes a “esta Armação de Itapocorói”.

+ 30.05.1832 – Agostinho, de 70 anos mais ou menos, escravo desta armação. “Morreu sem sacramentos por morrer de repente, sendo tirado morto do pau em que estava amarrado, e não sei se morreu da surra que levou ou se de alguma moléstia interior”. Sepultado no Cemitério da Armação. Frei Bernardino José do Espírito Santo Ferreira.

NOS ASSENTOS DO LIVRO DE SÃO FRANCISCO, DENTRE AS CURIOSIDADES, O DESTAQUE É O EMPREGO DA PALAVRA BAIRRO, CONFORME SE PODE PERCEBER NAS SEGUINTESS TRANSCRIÇÕES:

+ 28.10.1787 - Francisco Alvarez, 65 anos mais ou menos, solteiro, residente no **BAIRRO** de **Itajaí**, onde morreu. Foi sepultado no Cemitério de Itapocorói.

+ 24.11.1787 – Maria de tal, de idade que parecia de ter 30 anos, mulher solteira, vagabunda, residente no **BAIRRO** das **Cabeçudas**. Morreu sem sacramento algum.

Foi sepultada no Cemitério de **Itajaí** e encomendada pelo capelão Padre Antônio Duarte Carneiro. Registro feito pelo Padre Bento Gonçalves Cordeiro, vigário.

+ 08.01.1788 - Catarina, 2 anos, menor, filha de Pedro Peres, do **BAIRRO** da Barra Velha, onde morreu. Sepultada no Cemitério de Itapocorói.

+ 17.01.1788 – Manoel, 5 anos, inocente, filha de João Ferreira Galhardo, do **BAIRRO** das Piçarras. Sepultado no Cemitério de Itapocorói.

Nota: Percebe-se que em 1787, Padre Bento Gonçalves Cordeiro escreveu a palavra Itajaí tal como ela é escrita hoje.

ÓBITOS DE ITAJAÍ

Analisando os registros do primeiro livro de óbitos da Capela de Itapocorói, percebe-se que em 1791 já havia cemitério na região da foz do grande rio **Itajaí**. O primeiro teria sido nas redondezas do lugar chamado Pontal, em Navegantes. O segundo cemitério de **Itajaí** teria sido atrás da primeira Igreja Matriz, aquela a qual hoje chamamos de Igreja da Imaculada Conceição. Dali o cemitério foi transferido para o lugar onde hoje está a nova Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento. E por último, o cemitério foi transferido para o seu lugar atual, no bairro Fazenda.

O Primeiro Livro de Óbitos da Capela de São João Batista de Itapocorói, Penha, abrange o período entre 1791 e 1835. São exatamente 400 óbitos, sendo que 46 deles fazem alusão ao termo **Itajaí**, e tiveram os dados transcritos no *Anuário de Itajaí – 2010 – Itajaí: 150 Anos*. São registros de encomendações e sepultamentos de moradores das margens do rio Itajaí. Muitos desses moradores foram sepultados no primitivo cemitério. Outros foram levados e sepultados no cemitério da Armação, ou Capela São João Batista de Itapocorói. Também foram relacionados os defuntos que moravam em outros lugares e que foram sepultados no cemitério *deste mesmo rio* de **Itajaí**. Sete exemplos desses registros que citam **Itajaí** estão transcritos abaixo, com o acréscimo de algumas informações:

+ 15.09.1792 – Antônio da Silva, com 70 anos aproximadamente, viúvo de Mariana Rosa. Moradores de Camboriú (*Rio Camberiasu*). Sepultado no cemitério do *Rio de Tajahii*. Padre José Antônio Martins. [Percebe-se aqui alguém que nasceu por volta de 1722. Morador da região de Camboriú, sepultado no antigo cemitério do rio de Itajaí, que seria aquele que existiu no lugar atualmente chamado Pontal, em Navegantes].

+ 28.04.1796 – Silvestre Nunes Leal, com 48 anos aproximadamente, casado com Josefa Antônia de Jesus. Moradores da *fronete da barra do Rio de Tajahy*. Sepultado no cemitério da Armação. Padre José Antônio Martins.

+ 20.08.1796 – Antônio Dias de Arzão, com 90 anos aproximadamente, viúvo de Anna Maria. Moradores às margens do *Rio de Tajahy*. Sepultado no cemitério da Armação. Padre José Antônio Martins.

+ 04.11.1797 – João Dias de Arzão (já citado numa página anterior), casado com Maria do Rosário, morreu infelizmente afogado. Moradores às margens do *Rio de Thajahii*. Sepultado no cemitério da Armação. Padre José Antônio Martins. [Esse João Dias de Arzão, chamado “o moço”, é irmão do defunto acima, ambos os filhos do bandeirante paulista João Dias de Arzão – o sesmeiro do rio **Itajaí**].

+ 06.10.1800 – Antônio Lamim, com 59 anos aproximadamente, bastardo, casado com Marta Rodrigues. Moradores às margens do *Rio de Itajahy*. Sepultado no cemitério da Armação. Padre José Antônio Martins. [Esse Antônio Lamim era o Antônio Gonçalves Lamim, nascido por volta de 1740 em São Francisco, casado com Marta Rodrigues Pinto. A família Gonçalves Lamim (hoje, assinando somente Lamim), está presente na foz do rio **Itajaí** desde o último quartel do século XVIII, sendo uma das mais antigas da cidade].

+ 20.03.1814 – Manoel Antônio de Miranda, com 33 anos aproximadamente, casado com Anna Maria. Moradores às margens do *Rio de Tajahii*. Sepultado no cemitério do mesmo rio. Padre José Antônio Martins. [Esse Manoel Antônio de Miranda, casado com Anna Maria Enriques, nasceu por volta de 1780. Era filho de Domingos de Souza de Miranda, falecido em **Itajaí** aos 09.05.1819, sepultado no cemitério do rio de **Itajaí**, e de Maria Gonçalves Lamim. Era neto do Antônio Gonçalves Lamim, comentado logo acima. Em **Itajaí**, há uma outra família Miranda, descendente dos Dias de Miranda, vindos do Rio de Janeiro].

+ 16.04.1815 – José Pereira, com 22 anos aproximadamente, casado com Leonor Francisca. Morreu de uma facada. Moradores de Camboriú (*Rio Camberiasu*). Sepultado no cemitério do *Rio de Tajahii*. Padre José Antônio Martins. [Esse José Pereira era o José Pereira da Silva, filho de Francisco Pereira da Silva, falecido em 1838, e de Joaquina Ignacia de Jesus, falecida em 1804. Era casado com Leonor Francisca, filha de Francisco Antônio Cardoso (da família Cardoso Gonçalves – vinda de Angra, na Ilha Terceira, Açores) e de Francisca Rosa de Jesus (da família Machado da Veiga, da Ilha Graciosa, Açores). O pai do falecido José Pereira, Francisco Pereira da Silva, era filho de José Luís de Souza Soares, vindo da freguesia de Nossa Senhora da Luz, Ilha do Faial, Açores. Esse Souza Soares é também o ancestral de uma grande família Costa que mora na Armação de Itapocorói, Penha].

Para concluir: Em 25 de junho de 1998, a Capela de São João Batista de Itapocorói, marco da fundação do povoado de Itapocorói, lugar de suma importância na história e formação da sociedade desta parte do litoral norte, foi declarada Patrimônio

Histórico do Estado de Santa Catarina. Atualmente, ela está sem manutenção, com grandes problemas e pouca preocupação por parte das autoridades competentes. Um monumento histórico com quase 260 anos merece respeito!

FONTES

ÁVILA, Edison d'. PEQUENA HISTÓRIA DE ITAJAÍ.

BERSI, Pedro. MAR E SERTÃO.

CARNEIRO, Victor Santos. IMPACTOS CAUSADOS POR NECROCHORUME DE CEMITÉRIOS: MEIO AMBIENTE E SAÚDE PÚBLICA.

GOULART, Mônica Krieger. DAS ARMAÇÕES BALEEIRAS AO TURISMO DE OBSERVAÇÃO EM SANTA CATARINA: A PRESERVAÇÃO DA BALEIA FRANCA – <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=3023> .

SILVA, José Ferreira da. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DA PENHA.

SILVEIRA, Felipa Augusto de Bernardi. SEPULTADOS SOB SOLO SANTO – <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/sepultados-sob-solo-santo> .

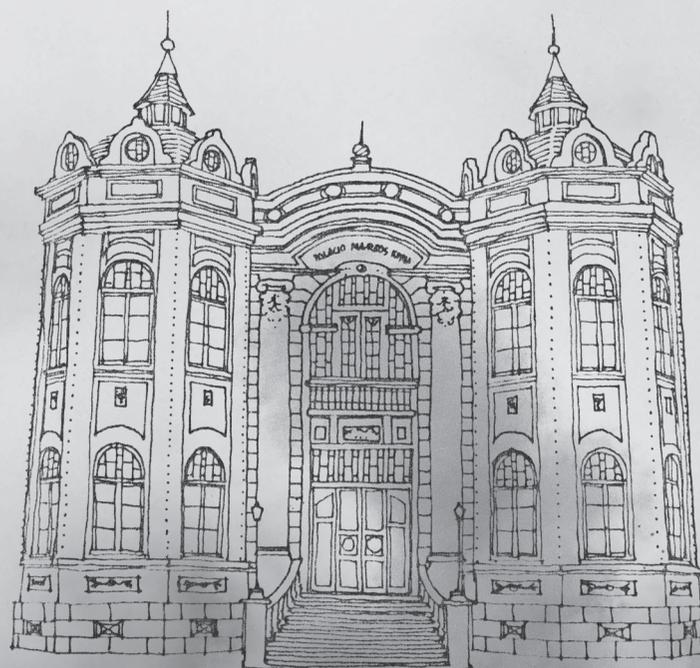
SOUZA, Fábio Willian de. FRONTEIRAS PÓSTUMAS: A MORTE E AS DISTINÇÕES SOCIAIS NO CEMITÉRIO SANTO ANTÔNIO EM CAMPO GRANDE – <http://www.ufgd.edu.br/fch/mestrado-historia/dissertacoes/dissertacao-de-fabio-william-de-souza> .

TOMIO, Telmo José (coordenador). LIVRO DE ÓBIOS da Matriz de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco 1783-1831, transcrição de dados.

TOMIO, Telmo José. LIVRO DE ÓBITOS da Capela São João Batista de Itapocorói 1791-1835, transcrição de dados.

TOMIO, Telmo José. OBITUÁRIO ITAJAIENSE 1791-1823 - em Anuário de Itajaí, 2010, FGML.





**FUNDAÇÃO GENÉSIO
MIRANDA LINS
1976 - 2016**



40

ANOS
PRESERVANDO
O FUTURO
DA CIDADE



PERSONAGENS FOLCLÓRICOS ANIMAM O COTIDIANO

ÉMERSON GHISLANDI - JORNALISTA

TODA CIDADE QUE PREZA PELA PRESERVAÇÃO de sua história não deve esquecer de guardar não apenas na memória, mas especialmente de forma documental - seja por vídeo, áudio ou escritos -, os personagens ditos folclóricos que fazem ou fizeram parte do cotidiano da população. São eles que costumam sacudir a letargia e trazer, cada um deles a seu modo, um pouco mais de alegria e divertimento à monotonia que normalmente predomina no nosso dia a dia.

Itajaí tem sido particularmente pródiga nesses seres cujo comportamento destoa da mesmice imposta pelas regras de convivência em sociedade. Os folclóricos se inserem num universo que os remete a protagonistas de uma intervenção lúdica na vida daquelas pessoas que têm o prazer e o privilégio de estar com elas ou simplesmente cruzarem-se ocasionalmente nas ruas e em lugares por eles frequentados.

Lembro-me de alguns desses personagens inusitados, como o saudoso Nego Dico, torcedor-símbolo do Clube Náutico Marcílio Dias: xingava muito o juiz, mas acompanhava o jogo quase sempre de costas para evitar ver o desempenho por vezes sofrível de seu time do coração. Certa feita o vi beijando afetuosamente o impassível rosto em bronze do marinheiro que dá nome ao clube - homenageado com um busto instalado desde a década de 1920 na entrada do Estádio Dr. Hercílio Luz -, para delírio de um grupo de torcedores que dava risadas e aplaudia frenética e prazerosamente o insólito ato. Foi, com certeza, muito divertido!

Outro personagem digno de figurar entre os folclóricos é o primo e companheiro de copo e de cruz Nego Buti, que durante um bom tempo chorou a morte do Nego Dico. E houve uma época que Buti ia com Dico ao estádio não como torcedor. Antes de cair no abismo do álcool Nego Buti foi, vejam só, jogador da equipe marcilista! Freqüentador assíduo das praias da Atalaia e de Cabeçadas, região onde era visto regularmente caminhando com uma garrafa de



pinga na mão, ele tem a risada mais folclórica da cidade. Soube que após recente tratamento clínico Nêgo Buti curou-se das beberagens. Melhor assim, perde-se o personagem mas fica o ser humano. Ambos - Dico e Buti - igualam-se na pureza de intenções e na bondade extraordinárias.

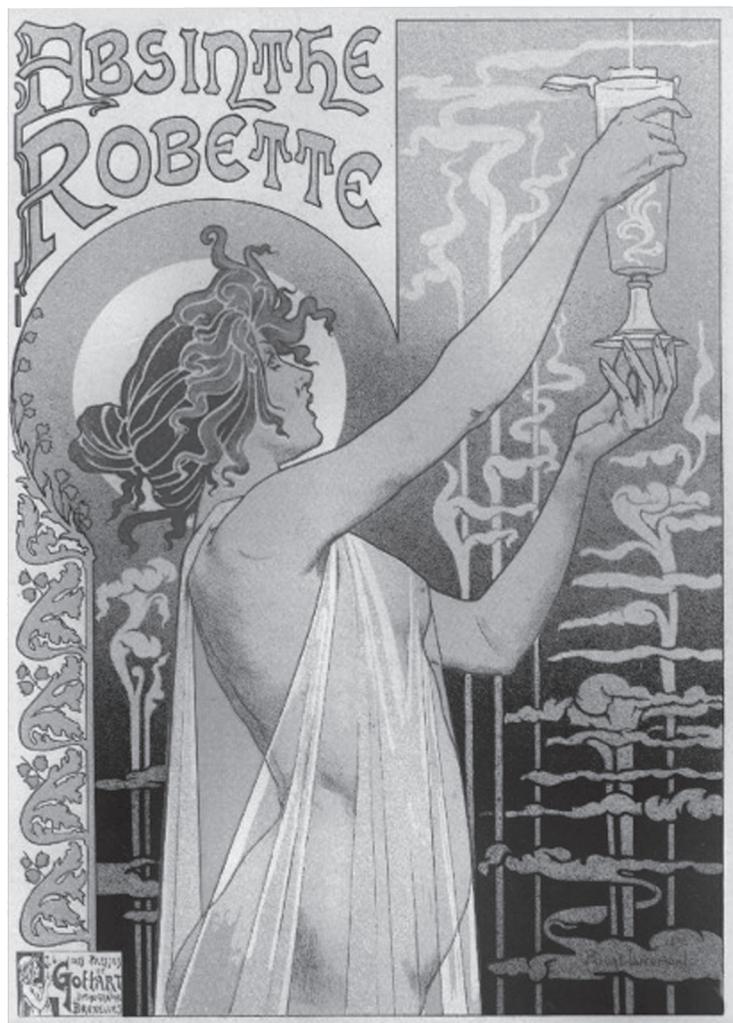


Um outro de coração imenso - e é aquele sobre quem posso me alongar mais por tê-lo conhecido melhor - é o Humberto Pereira, pessoa de muitas amizades e conhecido por Pirelli. Não me perguntem o porquê do apelido, mas desconfio que é pela paixão que ele nutria pelos carros e pela velocidade, já que Pirelli é uma marca famosa de pneus para automóveis. Ou talvez porque a palavra lembre de certa forma alguém pirado. E esta é, naturalmente, a característica principal daqueles que destoam da comum normalidade, ou seja, os iluminados, divertidos e irreverentes personagens folclóricos. Infelizmente, mesmo com incansáveis buscas, não consegui uma única foto do Pirelli. A família dispersou-se, sumiu, e dos companheiros de copo e divertidas conversas que sobrevivem, também não obtive êxito na empreitada investigativa que me levasse a alguma imagem dele. Pena!

Mas o saudoso Pirelli - ao contrário de Dico e Buti - não compunha um personagem com quem a gente esbarrasse nas ruas. Era mais reservado e costumava frequentar uma razoável variedade de bares de Itajaí. Éramos vizinhos e morávamos na rua Brusque, bem em frente da então famosa Sorveteria Seára, que para a alegria de Pirelli vendia não só os deliciosos sorvetes e picolés, mas também a 'mardita' cachaça, da qual acabou sendo mais uma vítima.

Já foi dito que o álcool é o líquido que mata os vivos e preserva os mortos. Muitos países têm leis severas em relação à graduação alcoólica de certas beberagens, incluindo o Brasil que não permite que sejam vendidas bebidas com teor acima de 60%. Mesmo assim, alguns fabricantes espalhados no planeta desafiam a legislação e o bom senso e colocam no mercado verdadeiras poções que derrubariam o mais destemido beberrão.

Das batidinhas, aquela que mais Pirelli apreciava era a losna. Na Grécia antiga era usada em homenagem à deusa da fecundidade e da caça Ártemis; daí derivou seu nome científico *Artemisia Absinthium*. Trata-se de uma planta medicinal usada no preparo de chá para os males do fígado, mas é também a erva utilizada na fabricação do absinto, bebida destilada de alta dosagem alcoólica. Comercializado no Brasil e em quase todo planeta, o absinto foi especialmente popular na França no final do século 20 e início do 21, sobretudo por sua ligação aos artistas parisienses Charles Baudelaire, Paul Verlaine, Arthur Rimbaud, Oscar Wilde, Toulouse-Lautrec e Edgar Allan Poe, que a chamavam de 'fada verde', em função do seu suposto efeito alucinógeno.



Era sagrado. No final da manhã e em especial ao término de cada dia, lá estava o Pirelli na Sorveteria Seára, encostando no balcão sua singular magreza distribuída em um metro e oitenta de altura e elegante postura. Penso que os dedos das mãos não seriam suficientes para contar a quantidade de doses de losna consumidas durante seu ritual alcoólico diuturno, entremeadas quase sempre pela cerveja, “para contrabalançar”, dizia ele. Era especialmente falante, de um discurso que contagiava. Sempre tinha histórias interessantes para contar ou notícias que amealhava aqui e acolá no seu périplo pelos bares da cidade.

Eu e meus irmãos, ainda crianças, nunca poderíamos esquecer da sua bondosa alma. Todos os anos, por ocasião do dia de São Nicolau, Pirelli trajava-se

rigorosamente de Papai Noel e, com um saco repleto de doces e guloseimas nas costas, passava a jogá-los pelas janelas da nossa casa e das residências próximas. Era quem mais podia jogar-se debaixo de mesas, sofás, armários e camas à cata dos deliciosos quitutes presenteados pelo inesquecível e divertido vizinho.

Também é difícil esquecer a dolorida surra de vara de marmelo que ele levou de seu pai, seo Rosendo, quando este descobriu que o filho Humberto não tinha como preferência sexual as mulheres. Os gritos lancinantes do querido Pirelli açoitado impiedosamente eram ouvidos penosamente por toda a vizinhança.

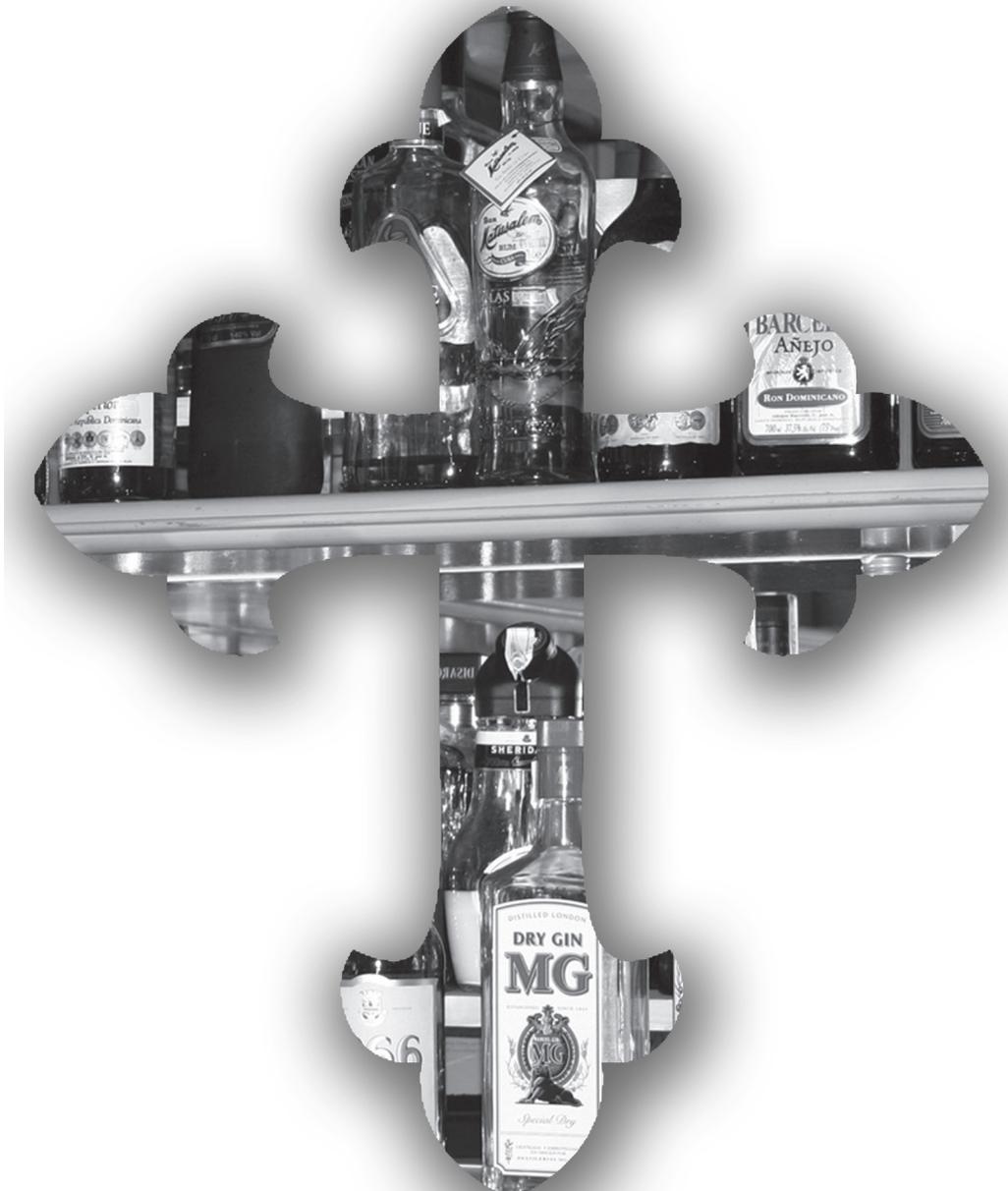
Depois do lamentável acontecido, Pirelli não mais foi visto em casa. Descobriu-se que ele havia ido morar com uma velha e abastada tia, no centro de Itajaí. Não muito tempo depois, ele reapareceu na Sorveteria Seára, elegantemente trajado e a bordo de um fulgurante puma vermelho. Sua tia tinha falecido, deixando para ele uma polpuda herança. Passava do meio dia quando, hipnotizado pelo vistoso automóvel, atravessei a rua Brusque para ver de perto a joia rara. Era início dos anos 70 e eu deveria ter catorze ou quinze anos de idade.

-Émerson, que tal ires comigo almoçar no Aero clube de Blumenau e depois darmos uma voada de teco-teco, indagou-me com um largo sorriso. Não resisti à tentação e lá fomos, voando baixo no possante e reluzente puma. Exímio motorista,

fazia manobras arriscadas mas pontuais na rodovia, ultrapassando sem pestanejar a todos que viajavam à sua frente.

Medo e fascínio misturavam-se às minhas juvenis emoções naquela desabalada carreira. Acho que em menos de meia hora chegávamos nós ao Aeroclube de Blumenau, onde Pirelli já era vastamente conhecido por todos. Foi alucinante! Voamos por terra com o Puma e depois nos céus de Blumenau embarcados em um acanhado teco-teco. Que viagem! Quanta aventura para um garoto num mesmo dia!

A exemplo do Nego Dico e de vários outros personagens folclóricos que alegravam os dias de Itajaí, Pirelli não teve uma vida longa, subtraídos que foram da existência pelos males provocados pela ingestão desmedida do álcool. Mas na memória daqueles que tiveram a oportunidade de conhecê-los eles permanecerão para sempre, iluminando nossas almas cansadas da fastidiosa rotina e ansiosas por algo que nos distancie da obriedade reinante. Descansem em paz!



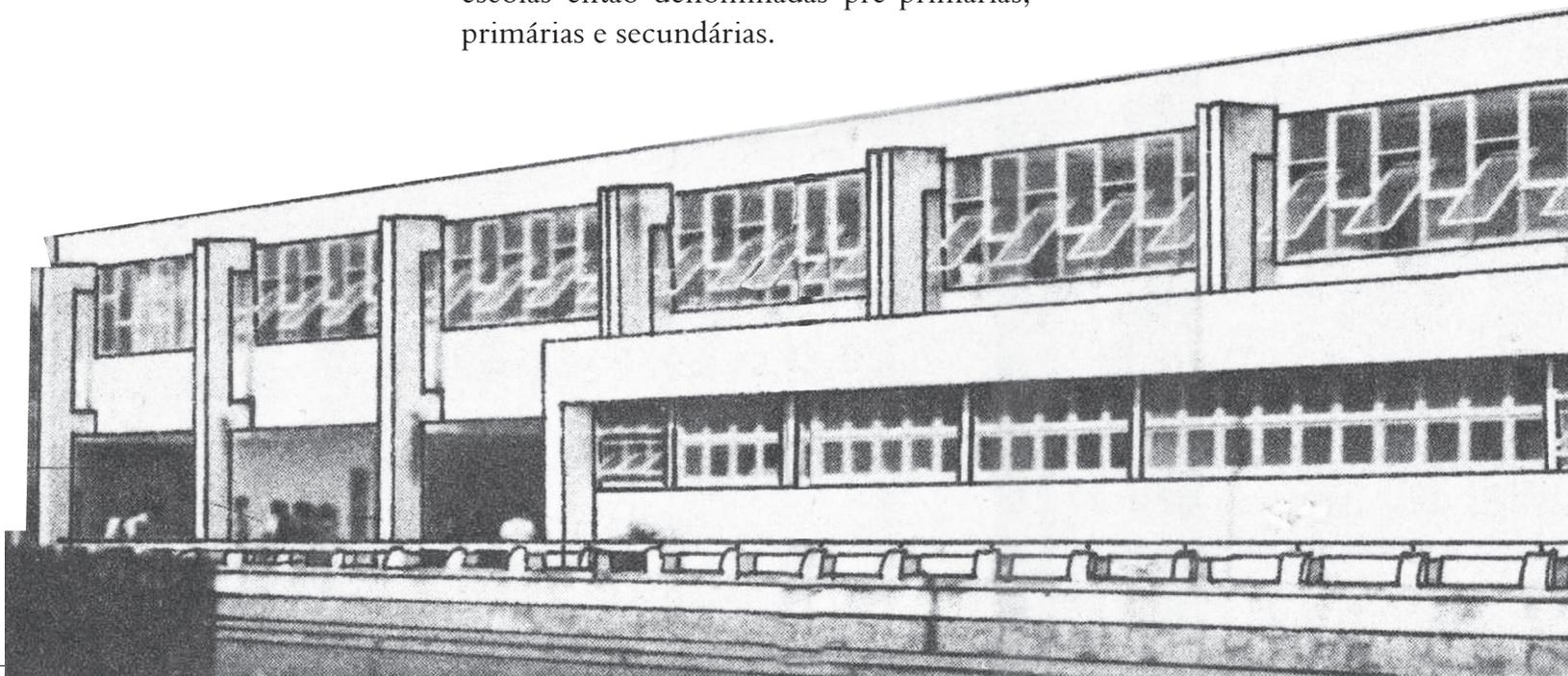
CRIAÇÃO DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO EM ITAJAÍ: 50 ANOS DO COLÉGIO NORMAL ESTADUAL DEPUTADO NILTON KUCKER

EDISON D'ÁVILA - HISTORIADOR

EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA E DE ITAJAÍ
NO COMEÇO DOS ANOS 1960



S ANOS DE 1960 SE INICIARAM em Santa Catarina com a decisão do governo estadual recém-empossado de adotar um inovador plano de educação, juntando recursos e esforços públicos e privados, que possibilitasse a absorção de cerca de duas centenas de milhares de novos alunos nas escolas então denominadas pré-primárias, primárias e secundárias.

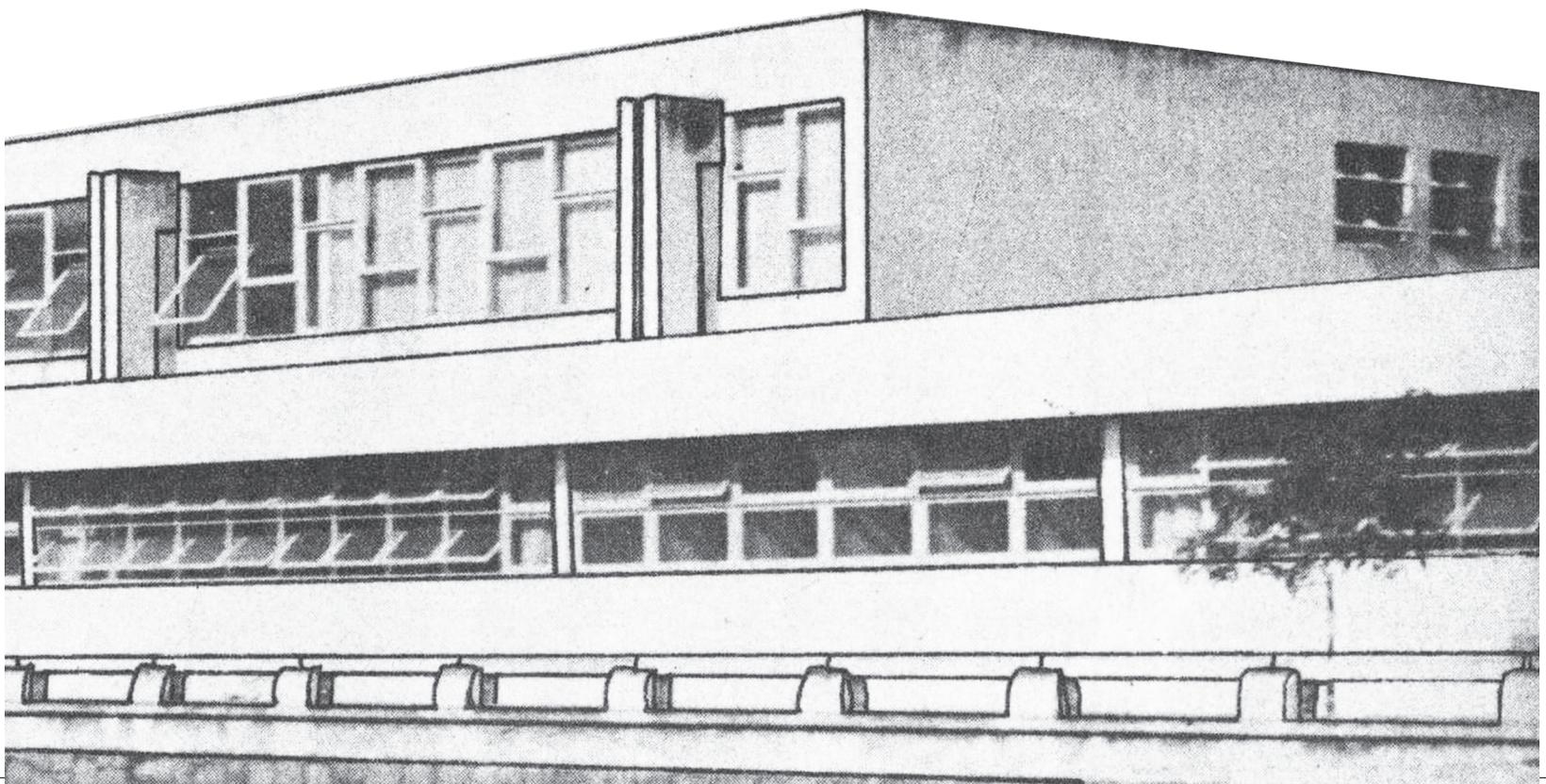


Esta decisão resultara de uma das recomendações do Seminário Sócio-econômico de Santa Catarina, realizado pela FIESC/Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, nos anos de 1959 e 1960, as quais serviram de base para o plano de governo de Celso Ramos (PSD), empossado governador do Estado em 31 de janeiro de 1961. Celso Ramos vencera Irineu Bornhausen, da UDN, e prometera um governo com modernização e desenvolvimento de Santa Catarina.

Desse modo, o novo governo juntou um grupo de técnicos qualificados e passou a agir planejadamente no tratamento dos assuntos educacionais. Para tanto, criou o Conselho Estadual de Educação em 1962 e implantou o Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina em 1963.

O diagnóstico que os novos órgãos de planejamento e educação levantaram à época sobre a realidade educacional catarinense, nos níveis primário, secundário e superior, como então eram denominados os três níveis do ensino, retratou uma situação de dificuldades nos municípios de Santa Catarina; inclusive, em Itajaí.

As constatações a que se chegaram não foram nada animadoras para um Estado que, em outros tempos, ostentara privilegiada posição nacional em termos de escolarização e qualidade do ensino. A escola primária estava organizada em três tipos básicos de estabelecimentos escolares: Grupos Escolares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas. Os Grupos Escolares se situavam invariavelmente em centros urbanos; as Escolas Reunidas, nas periferias das cidades; e as Escolas Isoladas, na zona rural. A escola primária tinha uma prática de ensino tradicional, camuflava a alta seletividade, apresentava taxa de reprovação de 40% dos alunos matriculados e atuava sem vinculação com o processo econômico desenvolvido no Estado.



Os melhores índices de aprovação obtidos pelas escolas primárias estavam na rede privada. No entanto, havia que se levar em conta que as escolas privadas trabalhavam com alunado de melhores condições econômicas e tinham práticas de ensino diferenciadas.

O ensino médio, compreendendo o ginásial e o colegial, estava majoritariamente em mãos da iniciativa particular (grande parte, confessional, católica e evangélica), participando a rede pública estadual em 1961 com dez estabelecimentos. Entre estes, o maior número, oito, era de escolas normais, formadoras do professor primário. Aliás, parece ter havido até o começo dos anos 1960 um acordo tácito entre governo e rede privada de ensino, para que ginásios e colégios públicos não fossem abertos onde já existissem estabelecimentos privados. A exceção ficava por conta das Escolas Normais estaduais.

Havia, na metade da década de 1960, 421 cursos de nível médio em Santa Catarina, que se distribuíam em 136 cursos secundários (ginásial e científico); agrícolas, 5; industriais, 12; comerciais, 69 e normais, 207. A disparata diferença do número de cursos normais revelava a distorção da política pública estadual de expansão do ensino médio, que aparentava reserva de mercado para a iniciativa privada, nos cursos ginásial, científico e comercial e se desinteressava pelo ensino técnico industrial e agrícola.

Outra constatação da realidade educacional dessa década era o raro entrosamento entre as instituições que ofertavam o ensino – Estado, Municípios e iniciativa privada – as quais tinham grande dificuldade de estabelecer áreas e planos conjuntos de ação. Este desentrosamento chegou ao paradoxo de municípios catarinenses, que fugiam das responsabilidades quanto ao ensino primário e secundário, aventurarem-se a patrocinar a criação do ensino superior.

A década de 1950 fora a que demonstrara maior crescimento econômico de Itajaí, puxado pela exportação da madeira no porto. Todos viam e registravam com satisfação este progresso. Então, na cidade (e acompanhando o que também acontecia no Brasil), por causa do grande crescimento das atividades portuárias, houve um desenvolvimento urbano-comercial-industrial e ocorreram mudanças que se refletiram em todos os segmentos da vida social. A modernização econômica e social se consolidou naqueles anos de 1950 e 1960, com o surgimento de uma nova classe média, que passou a reivindicar os benefícios sociais do progresso; em especial, mais educação.

Vale também observar que no cenário nacional, nessa mesma época, os governos nacional-desenvolvimentistas legitimavam discurso e ação



política de líderes sindicais e estudantis por todo país em favor de melhores benefícios sociais para trabalhadores, famílias de trabalhadores e estudantes.

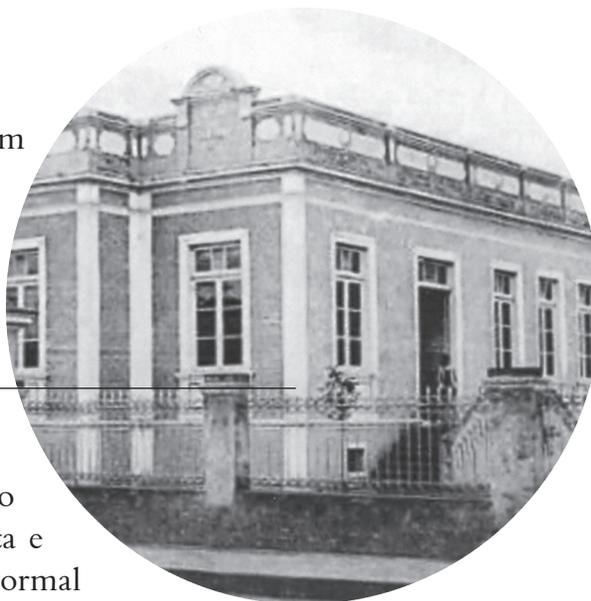
Em Itajaí, no início da década de 1960, a rede pública escolar era constituída de quatro Grupos Escolares estaduais (G.E. Victor Meirelles, no centro da cidade; G.E. Gaspar da Costa Moraes, no bairro Fazenda; G. E. Floriano Peixoto, no bairro Vila Operária; e G.E. Henrique Midon, no bairro Barra do Rio), dez Escolas Isoladas estaduais e trinta e nove Escolas Isoladas municipais; além do Curso Normal Regional Álvaro de Carvalho, anexo ao G.E. Victor Meirelles, destinado à formação de regentes do ensino primário. Não havia, portanto, nenhum estabelecimento público de ensino médio na cidade.

A iniciativa privada mantinha a Escola Normal São José (administrada pelas Irmãzinhas da Imaculada Conceição e compreendendo jardim de infância, primário, ginásio e curso normal), o Jardim de Infância Lauro Müller (fundado em 1956 e dirigido pela professora Izolde Luzie Frieda Blase, a Tande Lóli), o Ginásio Salesiano Itajaí (dirigido pelos padres salesianos de Dom Bosco), a Escola Técnica de Comércio de Itajaí (propriedade do Professor Moacyr de Társia Mourisco, que funcionava junto do G.E. Victor Meirelles, com o curso técnico de contabilidade, no período noturno). Ainda, na área do ensino informal profissionalizante, para atendimento de clientela feminina, funcionavam a Escola Profissional Madre Paulina, anexa à Escola Normal São José, e a Escola Profissional Sinhá Konder, criada pelo governo estadual em 1960 e extinta em 1961.

A avaliação do quadro educacional itajaiense nessa época, nos aspectos quantitativos e qualitativos, revelava um descompasso entre o desenvolvimento das demais áreas da cidade e a da educação, máxime da educação pública. Dizia o jornal O POPULAR, na edição de 5 de maio de 1961:

A instrução não progrediu em Itajaí no mesmo ritmo acelerado do avanço de outros setores das atividades locais. Existem muitas crianças sem escolas aí fora. Outras só a muito custo conseguiram ingressar, não raro, em estabelecimentos distantes das suas residências. Um sacrifício que poderia e deveria ser evitado se classes fossem suficientes.

A cidade crescera rapidamente e novos bairros surgiram populosos, como os bairros São João e Cordeiros, onde a educação pública se apresentava deficiente em quantidade de vagas e qualidade de ensino, pois ministrada em escolas isoladas estaduais e municipais, “sem conforto, sem higiene, orientadas por um professorado que necessita tanto quanto os alunos de sólida aprendizagem”, continuava o mesmo jornal.



Para certos setores da educação privada, por outro lado, desatentos dos reclamos da população por mais e melhor ensino público, a realidade lhes parecia outra. O diretor da Escola Técnica de Comércio, entrevistado em 1958, pelo jornal ITAJAÍ, ao ser perguntado se a seu ver Itajaí estava bem servida de escola, respondeu que “esta bela cidade está abundantemente servida de escolas, tanto de ensino primário, como secundário”! A afirmação peremptória do diretor e dono de escola evidentemente desconhecia até a carência de mais educação secundária, mesmo privada.

Mais educação secundária e, principalmente, o curso científico era o grande anseio também da classe estudantil, conforme se pode verificar neste depoimento do estudante Eugênio Ledoux Pereira, membro da diretoria da UESI/União dos Estudantes Secundários de Itajaí, ao jornal ITAJAÍ, em 2 de abril de 1960:

Só Itajaí é que contava com apenas um Curso Técnico em Contabilidade, único recurso para os que desejavam continuar os estudos pós-ginásiais... No IV Congresso Estadual dos Estudantes de Grau Médio de Santa Catarina é que fui ver quão atrás nos achávamos perante as demais cidades catarinenses, no que diz respeito a estabelecimentos para o ensino secundário, principalmente para o segundo grau.

Por sua vez, a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, denominação depois mudada para Campanha Nacional de Escolas da Comunidade/CNEC, em 1962, criou na cidade o Ginásio Pedro Antônio Fayal. Iniciativa de líderes sindicais, teve embate com a educação confessional católica e somente se concretizou com apoio do governo do Estado que lhe emprestou as instalações do G.E. Floriano Peixoto e com o compromisso de funcionar apenas à noite para não competir com os ginásios diurnos católicos.

Lideranças estudantis, líderes sindicais, porta-vozes da classe média, que eram aqueles que escreviam nos jornais ou se pronunciavam pelas rádios, clamavam por mais educação.

Todavia, a ofertada, acabava sempre sendo a escola particular. Embora criticassem os governos pela falta de educação pública, sua luta terminava por ser pela educação privada. Não ocorria à maioria desses debatedores questionar porque governos não cumpriam o imperativo legal de ofertar educação pública e gratuita para o povo. Somente Juventino Linhares, articulista de O POPULAR, por essa época, cobrava ação governamental em favor da educação popular:

Itajaí necessita, para solução imediata do seu problema escolar de mais três grupos escolares no perímetro urbano... O Governador Celso Ramos, para que



nenhuma criança ficasse, na Capital, sem os benefícios da instrução, mandou instalar, às pressas, escolas de emergência nas salas vagas que pôde encontrar... E nas escolas (de Itajaí) não se falou mais... E elas estão reclamando urgência para que, no ano vindouro, não permaneça a indesejável premência dos dias atuais... (O POPULAR, 5 de maio de 1961).

Não houve em toda imprensa itajaíense desse período – constituída por um jornal diário, três semanários e duas emissoras de rádio – qualquer registro de campanhas na cidade em favor da educação pública e gratuita para todos os níveis de ensino. Houve, sim, campanhas em favor da instalação do curso científico no Ginásio Salesiano Itajaí (afinal instalado em 1965) e pela criação do curso ginásial através da CNEG. Até lideranças comprometidas com a classe operária, como presidentes de sindicatos de trabalhadores e homens politicamente ligados à esquerda, lançaram mão da educação comunitária gratuita, organizada pela CNEG, para fundar o Ginásio Pedro Antônio Fayal, “empreendimento tão sonhado pelos dirigentes sindicais, ou seja, um ginásio gratuito para trabalhadores e seus filhos”; e confessavam desencantados: “estamos fazendo exatamente porque políticos jamais se interessaram pelo problema”, conforme declarações de Carlos Fernando Priess e Valdevino Vieira Cordeiro, presidentes de sindicatos de trabalhadores, ao JORNAL DO POVO, edição de 9 de julho de 1961.

Enfim, em 1962, no mesmo ano em que os líderes sindicais fundavam um ginásio gratuito, através da CNEG, para trabalhadores e seus filhos, o Governador do Estado Celso Ramos criou na cidade o Ginásio Industrial Presidente Nereu de Oliveira Ramos. Tratava-se do primeiro estabelecimento ginásial criado e mantido em Itajaí pelo Governo do Estado de Santa Catarina. A denominação do novo estabelecimento escolar não deixara de ser emblemática, porque na terra dos principais líderes da UDN, homenageava o principal nome do PSD catarinense, o falecido irmão do Governador. Talvez porque alguns udenistas daqui, com malícia, há tempo disseminaram que Nereu Ramos, quando governador, a um pedido de itajaíenses, teria respondido que a cidade não precisava de um ginásio, mas de uma delegacia de polícia; que mandara construir.

O ginásio industrial, conforme a Lei nº 3191/63, que dispunha sobre o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina, era o primeiro ciclo do ensino secundário técnico, que podia ser industrial, agrícola ou comercial, com duração de quatro anos. Havia disciplinas no curso ginásial industrial que eram específicas do ensino técnico; o que gerou certa resistência a este ensino profissionalizante, porque associado ao trabalho em oficinas e hortas.

A partir de 1962, o avanço da escolarização primária forçou o governo estadual catarinense a ampliar sua rede de ensino. Ele criou na cidade os primeiros ginásios normais, anexos a grupos escolares existentes que, destinados legalmente à formação do professor primário rural, acabaram se prestando para atender à demanda de ensino médio de primeiro ciclo, o ginásial, pela população escolar egressa dos cursos primários.

CURSO NORMAL REGIONAL/GINÁSIO NORMAL “ÁLVARO DE CARVALHO”
– MATRIZ DO ENSINO MÉDIO PÚBLICO

O Curso Normal Regional “Álvaro de Carvalho”, depois, em 1963, transformado no Ginásio Normal, teve sua origem na Escola Complementar, que funcionava anexa ao Grupo Escolar Victor Meirelles. As escolas complementares foram criadas pela Reforma Orestes Guimarães em 1911, juntamente com os Grupos Escolares e, a exemplo destes, deveriam funcionar nos maiores centros urbanos.

Estavam elas destinadas a atender os alunos egressos dos grupos escolares que, por falta de idade, não poderiam matricular-se na Escola Normal e também formar regentes do ensino primário para as escolas rurais. No entanto, a ex-aluna complementarista Rosa de Lourdes deixou este depoimento, a demonstrar uma outra importante utilidade do curso: “O curso complementar era também uma iniciação para o trabalho. Seus egressos preenchiam requisitos fundamentais para exercício no comércio, em bancos, escritórios de contabilidade e outros mais.”

Com a reforma do ensino catarinense de 1946, a escola complementar passou a se denominar Curso Normal Regional. Então, em 1º de março de 1948, a Escola Complementar, anexa ao Grupo Escolar Victor Meirelles, passou a denominar-se Curso Normal Regional “Álvaro de Carvalho”.

Pois, foi com este Curso Normal Regional, transformado pelo Decreto Nº SE/945, de 22 de novembro de 1963, em Ginásio Normal Regional “Álvaro de Carvalho”, que se buscava fazer a implantação do ensino médio público estadual, de primeiro e segundo ciclos (ginasial e colegial), na cidade de Itajaí.

O Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho” foi o primeiro estabelecimento do gênero criado em Itajaí e suas aulas tiveram início em 1º de março de 1964. Como se tratava agora de uma escola secundária, alguns de seus professores foram antes frequentar o Curso Intensivo de Aperfeiçoamento de Professores de Ensino de Nível Médio, ministrado pela Secretaria de Estado da Educação e Gabinete de Planejamento do Plano de Metas do Governo/Plameg, em Florianópolis, durante o mês de fevereiro de 1964. Desde o início do governo Celso Ramos, os órgãos técnicos da Educação e do Planejamento previram um plano especial de formação e aperfeiçoamento do pessoal docente dos diferentes níveis e técnicas para se alcançar as quantidades necessárias e a devida qualificação.

O primeiro corpo docente do Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho” era constituído pelas professoras Loni Lygia Kobarg Cercal (Português), também diretora da escola; Carmen Dorotéia Ern, (Português); Therezinha Araújo Capella, (Matemática); Gilda Silva, (História do Brasil e de Santa Catarina); Sylvia Heusi Seára, (Geografia Geral, do Brasil e de Santa Catarina); Mariza Beatriz Pereira, (Ciências

Físicas e Biológicas); Sônia Mirian Teixeira Moreira, (Música e Canto Orfeônico); Celeste de Souza, (Educação Cívica e Social e Educação Física); Ivone Rosa da Silva, (Artes Femininas e Industriais); Hilda Gonzaga Büchele, (Educação Física).

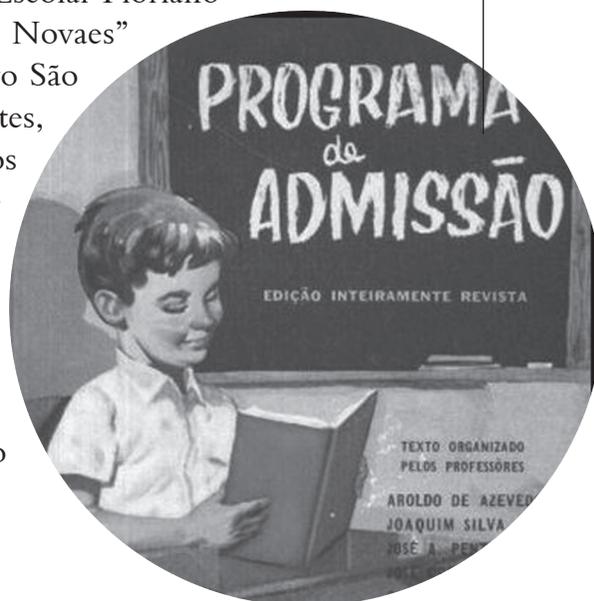
Neste primeiro corpo docente ainda não estavam incluídas professoras de Psicologia Educacional, Desenho Pedagógico e Didática e Prática de Ensino, disciplinas de preparação pedagógica que habilitavam os alunos como regentes de ensino primário para escolas rurais e que só eram ministradas nas terceira e quarta séries do curso.

Os documentos oficiais do governo reconheciam a necessidade de integração de mais de duzentos mil novos alunos no sistema educacional de Santa Catarina, mas a educação pública ainda era extremamente seletiva, porque reprovava em altas taxas aqueles que estavam estudando e, através do exame de admissão ao ginásio, segregava numerosos alunos da frequência no curso secundário.

Mesmo sem resolver ainda estas distorções e face à demanda por mais ensino ginasial, o governo se pôs a criar novos ginásios normais. O Professor Sílvio Coelho dos Santos, em sua obra “Um Esquema para a Educação em Santa Catarina”, de 1970, ao analisar o problema, assim se exprimiu:

Ocorreu a interferência de motivações sociais (e também políticas) que não haviam sido previstas e que vieram a esvaziar o conteúdo da programação. Assim, os Ginásios Normais que deveriam atender precipuamente à formação de professores rurais, transformaram-se em unidades de ensino destinadas a atender às necessidades de ensino médio da população escolar.

Em Itajaí, por exemplo, para prestar exame de admissão ao Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho”, em 1965, apareceram 503 alunos! Por isso, em 1966 foram criados dois novos Ginásios Normais na cidade; um no bairro Vila Operária, o Ginásio Normal “Lauro Müller”, a ser dirigido pela professora Maria Isabel Costa, (decreto de criação nº 3.882, de 16/2/1966), anexo ao Grupo Escolar Floriano Peixoto; e o Ginásio Normal “Laudelino José de Novaes” (decreto de criação nº SE3882 de 16/02/66), no bairro São João, anexo ao Grupo Escolar Henrique da Silva Fontes, dirigido pela professora Diva Vieira Abrantes; ambos postos a funcionar a partir de 1º de março desse ano. A expansão destes estabelecimentos de ensino continuaria ainda com a criação, pelo decreto nº 6.536, de 14 de março de 1968, do Ginásio Normal Heitor Liberato, instalado em 17 de abril do mesmo ano, dirigido pela professora Victória Tharcila da Índia Büchele Fernandes Schauffert e anexo ao Grupo Escolar Gaspar da Costa Moraes, no bairro Fazenda.



Estes quatro Ginásios Normais estaduais continuaram suas atividades letivas regulares até 1969, quando em 31 de dezembro desse ano, o Governador Ivo Silveira (sucessor de Celso Ramos), atendendo exposição de motivos do Conselho Estadual de Educação, pelo Decreto Nº SE 31.12.69/8828, aprovou o primeiro Plano Estadual de Educação de Santa Catarina. O Plano Estadual de Educação criou uma nova estrutura escolar para o Estado, composta de ciclo básico de oito graus (antigas séries do primário e do ginásio) contínuos e articulados, pondo fim ao excludente exame de admissão ao ginásio.

O Plano Estadual de Educação previu, como uma das metas de curto prazo, para o ano de 1970 o início da gradual implementação da nova estrutura escolar, com a criação do 5º grau (antiga 1ª série ginasial) nos Grupos Escolares, agora transformados em Escolas Básicas, e nos colégios; o que significou a também gradual desativação dos Ginásios Normais que lhes estavam anexos.

Na cidade de Itajaí, tal aconteceu com os Ginásios Normais “Álvaro de Carvalho”, “Laudelino José de Novaes” e “Heitor Liberato”. Já com o Ginásio Normal “Lauro Müller”, sucedeu algo diferente. Dada sua proximidade física com o novo prédio do Colégio Normal Estadual Deputado Nilton Kucker, que lhe era vizinho, no bairro Vila Operária, a ele ficou incorporado a partir de 1970.

A implantação do 5º grau do ciclo básico levaria à realização de outra meta de curto prazo prevista também no Plano Estadual de Educação, que prescrevia a extinção do regime de três turnos, visto que as escolas estaduais que ofereciam até então cursos ginasial e normal, via de regra, funcionavam com os malfadados turnos intermediários.

CRIAÇÃO DO COLÉGIO NORMAL ESTADUAL DEPUTADO NILTON KUCKER

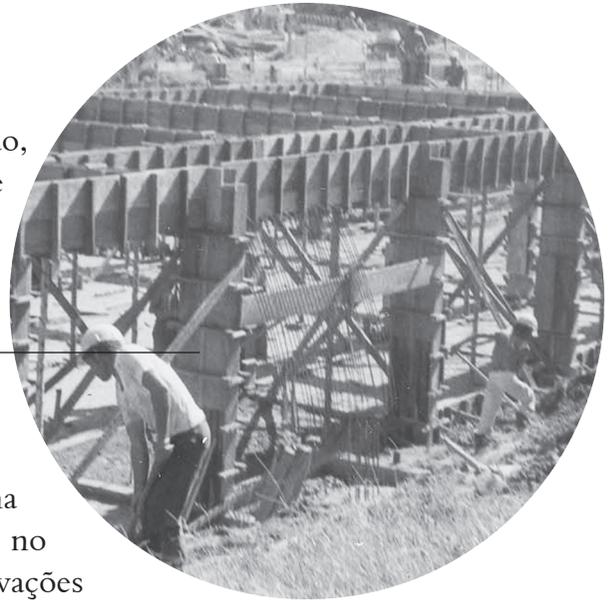
Quando líderes sindicais de Itajaí declararam desencantados e provocativos, em 1962, que estavam empenhados em criar um ginásio gratuito na cidade, “porque os políticos jamais se interessaram pelo problema”, Nilton Kucker já era político, porém tão somente vereador. Conectado com os anseios de diversos segmentos sociais e instigado por esta cobrança, a partir de 1963, ao se eleger deputado estadual do PSD pela primeira vez, ele logo quis dar atenção especial para as demandas da educação nos municípios que representava na Assembleia Legislativa de Santa Catarina.



Ele próprio, em entrevista ao acadêmico do Curso de História da Univali, Nilson Rodolfo Rocha, em 2005, assim se descreveu: “Eu fiz tudo pelo ensino. Eu fui intitulado na Assembleia Legislativa como Deputado da Educação; eu

despachava com o Governador assunto da Educação, como qualquer um secretário faz”. Para ele, desde então, poderia cessar a queixa de não haver em Itajaí político interessado pelo problema da Educação.

Obras de construção, reforma e ampliação de escolas e criação de novas unidades escolares, de fato, tornaram-se frequentes a partir de 1964, em Itajaí e região, por conta da iniciativa parlamentar do deputado Nilton Kucker. Também a campanha que na cidade se desenvolvia pela criação do curso científico, no Ginásio Salesiano Itajaí, deve ter sido uma das motivações do parlamentar para tomar providências com vistas a implantar o ensino secundário colegial público em Itajaí.



Além do que, conforme o deputado confessou na mesma entrevista, os gestores da educação estadual em Itajaí o auxiliavam no encaminhamento das demandas:

Eu tinha um corpo de auxiliar técnico na parte da Educação excelente, a dona Didymea Lazzaris de Oliveira, a dona Edy, o professor Reynaldo de Oliveira (N. A.: Inspectores Escolares, à época), um grupo de pessoas que me auxiliavam muito na Educação, então nós tínhamos base aqui em Itajaí para conseguir as coisas, porque eles passavam munição. Eu apenas era um atirador, eles passavam a munição. Diziam falta uma escola lá, falta uma escola acolá; e eu fiz.

Pois, a “munição” diferenciada com que o deputado Nilton Kucker se apresentou à Assembleia Legislativa, no dia 24 de fevereiro de 1965, fora o Projeto de Lei nº 28/65, que criava o “Colégio Normal de Itajaí”. A iniciativa tinha um diferencial, porque até então propostas de criação de novas escolas eram levadas pelo parlamentar ao governador do Estado que as implementava. Desta feita, o próprio deputado tomou a iniciativa de criar o Colégio de Itajaí. Não resta dúvida de que ele quis deixar sua marca digital na criação deste educandário. O projeto de lei tinha sete artigos e, além da criação do Colégio Normal, dispunha também sobre o curso científico que lhe funcionaria em anexo e criava cargos para docentes, pessoal técnico e administrativo da nova escola.

O documento legislativo, como de praxe, baixou à Comissão Permanente para análise e, em 15 de maio de 1965, o deputado relator, exarou parecer, excluindo os artigos nos quais se propunha a criação de cargos, por ser prerrogativa do Poder Executivo, mas aprovando a proposta de criar o Colégio Normal de Itajaí, que segundo ele era “iniciativa meritória sob todos os títulos. Efetivamente, Itajaí, por sua importância social e econômica e também cultural, comporta a criação do curso pretendido.”

Enfim, a cidade passaria a ter uma benfeitoria educacional que outras cidades catarinenses, de igual porte econômico, social e cultural, já tinham fazia anos.

O projeto foi aprovado na Assembleia Legislativa no dia 6 de dezembro e o Governador Celso Ramos o sancionou em 15 de dezembro de 1965, convertendo-o na Lei nº 3.743/65. O texto da lei continha três particularidades de resultados singulares para o futuro do recém-criado estabelecimento de ensino: estabeleceu o funcionamento anexo de um curso científico, desde que preenchidas as condições técnicas; deixou a cargo da Secretaria de Estado da Educação definir o local da instalação do Colégio Normal de Itajaí; e não lhe deu denominação.

O jornal A NAÇÃO, edição de Itajaí do dia 7 de janeiro de 1966, estampou a seguinte nota, sob o título:

Colégio Normal Itajaí

O sr. Celso Ramos, Governador do Estado, vem de sancionar lei oriunda da Assembleia Legislativa autorizando o funcionamento do Colégio Normal Itajaí, o qual virá, sem dúvida, prestar grandes benefícios aos estudantes. A criação do Colégio Normal Itajaí, segundo palavra de pessoas autorizadas, deverá encampar o Ginásio “Álvaro de Carvalho” que se encontra funcionando anexo ao Grupo Escolar Victor Meirelles. O que estamos dando conhecimento aos nossos leitores vem de encontro às necessidades do nosso município que agora poderá proporcionar aos estudantes maiores possibilidades para continuar seus estudos superiores.

A notícia do diário itajaiense merece atenção pelo que disse e também pelo que deixou de dizer. Assim, nem uma palavra sobre o autor do projeto de lei aprovado na Assembleia Legislativa e sancionado pelo governador, que fora o deputado Nilton Kucker. Havia razões para não dar a ele visibilidade naquele momento. Depois, pessoas autorizadas, que certamente deveriam ser os inspetores estaduais de ensino, já antecipavam o local da instalação e o funcionamento do Colégio. Por fim, a nota deixou claro que as necessidades esperadas por serem atendidas na nova unidade escolar seriam a oferta do ensino médio de segundo ciclo, o qual oportunizaria o ingresso dos estudantes aos cursos superiores. Este era o anseio das lideranças que se haviam movimentado anteriormente pelo curso científico. Nada, por isso, a destacar sobre a formação de professores normalistas, que era a finalidade precípua do Colégio Normal.



Sobre a primeira das três particularidades apresentada na Lei nº 3.743/65, ela estava expressa no Parágrafo Único do Artigo 1º, que dizia: “Anexo a este estabelecimento de ensino de nível médio do segundo ciclo funcionará, preenchidas as condições técnicas, um curso científico (Colégio Secundário), com currículo previsto

pelo Decreto nº 104/1963.” Parece óbvio que o legislador, ao propor a criação deste curso científico, atendia à campanha que na cidade pedira igual curso secundário para o Ginásio Salesiano.

No entanto, criado em lei o curso científico público, não houve nenhuma ação das autoridades da educação estadual em Itajaí, para que as condições técnicas de seu funcionamento fossem preenchidas e a prescrição legal restou como letra morta. Não se sabe as razões dessa omissão. Contudo se pode inferir que as precárias instalações em que o Colégio se locou não permitiriam preencher as exigências técnicas para funcionamento do curso, como por exemplo, um laboratório de ciências físicas, químicas e biológicas. Ou, mais uma vez, não se quis fazer concorrência com a escola privada católica.

Outra particularidade dizia respeito à instalação e ao funcionamento do Colégio Normal. A lei atribuiu à Secretaria de Estado da Educação a responsabilidade de tomar providências a respeito. A decisão e providências tomadas foram fazer funcionar nas dependências do Grupo Escolar Victor Meirelles o novo Colégio e vincular a ele o Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho”. Para tanto, construíram-se cinco salas emergenciais de madeira no pátio do Grupo Escolar.

A decisão da Secretaria de Estado da Educação levou a diretora do Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho” a oficiar ao Secretário da Educação, Dr. Galileu Craveiro de Amorim, para esclarecimento, “com a devida vênia e respeitosamente”, de como ficaria a situação dos professores e da própria direção do Ginásio Normal.

O questionamento tinha razão de ser, visto que a vinculação das duas escolas fora feita sem consulta prévia e a diretora do Ginásio Normal não havia sido convidada para a direção do novo Colégio Normal, como poderia ter acontecido; o que significaria, com a vinculação, que ela perderia o seu cargo de diretora.

A direção do Colégio Normal primeiramente fora oferecida à professora Edy Vieira Wendhausen Rothbarth, inspetora escolar e politicamente afinada com a situação pessedista estadual; mas ela declinou em favor do professor Reynaldo Euzébio Gomes de Oliveira. Com a decisão do diretor já encaminhada, as autoridades educacionais e o deputado Nilton Kucker então tomaram decisão salomônica; posto que em meio a sérias contrariedades. Mantiveram a professora Loni Lygia Kobarg Cercal como diretora do Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho” e indicaram o professor Reynaldo como diretor do Colégio Normal. Deste modo, também o Decreto nº SE 25.5.66/4114 que vinculava o Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho” ao Colégio Normal acabou por restar como letra morta.

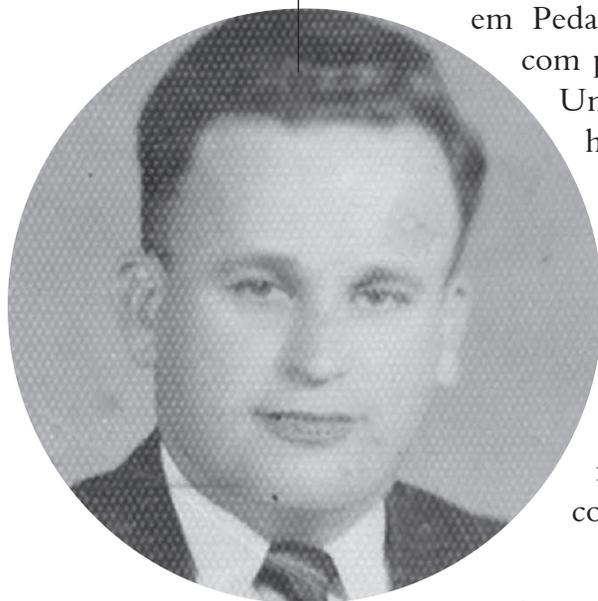
A escolha do professor Reynaldo Euzébio Gomes de Oliveira (1926/2003) fora uma escolha levada a efeito pelos comandos políticos, mas não resta dúvida de que recaiu num profissional experimentado da educação pública. Ele se formara professor normalista

no Instituto de Educação, em 1946, em Florianópolis, cidade onde nascera. Ingressou no magistério estadual em 1948 como professor do Grupo Escolar Almirante Tamandaré, de Guaramirim e já em 1949 ocupava cargo de carreira de diretor de Grupo Escolar; primeiramente, no Grupo Escolar Pe. Schuler, em Urussanga; depois, no Grupo Escolar Felipe Schmitt e Curso Normal Regional Luiz Gualberto, em São Francisco do Sul.

Nessa cidade, pela primeira vez exerceu função de auxiliar de Inspetor em 1950; ano em que se removeu para Itajaí, como diretor do Grupo Escolar Victor Meirelles. Na qualidade de diretor de escola e nas outras funções de direção e chefia que exerceu, o professor Reynaldo sempre se destacaria como profissional compenetrado, responsável e entusiasmado com o trabalho.

Em 1954, novamente retorna à função de inspeção escolar, respondendo pela 12ª Circunscrição Escolar em Tijucas; e neste mesmo ano foi nomeado inspetor escolar em Itajaí, função que exerceria até ser enquadrado no cargo de professor licenciado em 1980.

Na direção do Colégio Normal, o professor Reynaldo permaneceu até 1971, quando foi designado para orientador-chefe do Centro de Orientação Pedagógica da 4ª Coordenadoria Regional de Educação de Blumenau. Em 1976, por ato do governador do Estado, assumiu a direção da 13ª Coordenadoria Regional de Educação de Itajaí, cargo em que permaneceu até sua aposentadoria em 1983.



O professor Reynaldo Euzébio Gomes de Oliveira era licenciado em Pedagogia pela Universidade do Vale do Itajaí/Univali; com pós-graduação “latu sensu” em supervisão escolar, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1965, ele havia frequentado os cursos do Programa de Assistência Brasileiro-Americano de Ensino Elementar/PABAEE, em Belo Horizonte, Minas Gerais. O PABAEE foi resultado de um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, com objetivo de melhorar a educação do Brasil a partir do aperfeiçoamento de professores da Escola Normal. Para tanto, foi montado na capital mineira, um centro piloto para formação de professores, conjugando teoria e prática, com vistas a reformular as metodologias de ensino.

Durante grande parte de sua vida profissional, o professor Reynaldo foi um ensinante de professores primários, como exímio e dedicado professor de Didática e Legislação e Prática de Ensino, nos Cursos Normais Regionais, no Colégio Normal Estadual Deputado Nilton Kucker e no Colégio Normal Elpídio Barbosa, anexo à Escola Técnica de Comércio de Itajaí (posto a funcionar em 1966 no período noturno).

O primeiro corpo docente designado para o Colégio Normal, conforme Portaria 460, de 16 de maio de 1966, ficou constituído do seguinte modo: Reynaldo Euzébio Gomes de Oliveira (diretor), Didática, Legislação e Prática de Ensino; Dilson Serafim Alves, Matemática; Edy Vieira Wendhausen Rothbarth, História do Brasil e de Santa Catarina; Yvone Garrozi da Silva, Português; Marlene Dalva da Silva Rothbarth, Geografia do Brasil e de Santa Catarina; Elizabeth Lúcia Prange Hack, Sociologia Educacional e Legislação Geral; Dr. Edison Vilella, Higiene, Puericultura e Educação Sanitária; Júlio Elysio Batschauer, Ciências Biológicas; Rosina Cristofolini (Irmã Arnalda), Música e Canto Orfeônico; Ivani Carmo da Silva, Educação Física; Zilá Veríssimo, Artes Femininas e Industriais.



A terceira particularidade da lei que criou o Colégio Normal estava na ausência de um patrono, como nome oficial, já que o texto legal o denominara genericamente de “Colégio Normal de Itajaí”. Em verdade, tal procedimento não era uma novidade, quando o governo do Estado de Santa Catarina criava um novo estabelecimento escolar. O nome oficial, muitas vezes, era atribuído depois, ao se instalar a unidade de ensino.

Mas no caso do Colégio Normal de Itajaí, este procedimento se prolongou por três anos; inclusive uma outra denominação foi usada em documento da Secretaria de Estado da Educação e que não chegou a ser oficializada. A já citada Portaria 460, de 16 de maio de 1966, do Governador Ivo Silveira e do Secretário de Educação Lauro Locks, que contratou o primeiro corpo docente registra: “designar os professores abaixo relacionados para lecionarem no **Colégio Normal Estadual “Governador Celso Ramos”**, da cidade de Itajaí”. Todavia, na documentação do Colégio, não há nenhum outro papel que faça referência a esse nome; o que leva a supor que ele tenha sido suprimido, tendo em vista o propósito de se dar outra denominação.

Quem nos dá a explicação, é o próprio deputado Nilton Kucker, quando entrevistado pelo acadêmico já antes referido. Disse o deputado na entrevista:

O nome do Colégio iria ser Padre Pedro Baron, que eu reputo como um grande precursor da educação. O Padre Pedro Baron que construiu o Colégio Salesiano, era uma enormidade, excelente. No dia da inauguração do Colégio; no dia, poucos momentos antes, o Governador me disse que o Colégio ia levar o meu nome. E eu fiquei meio assim, até comovido, mais eu disse que já tem um projeto meu que vai ser Padre Pedro Baron. E ele disse não; é teu.

O nome do deputado Nilton Kucker já era vinculado ao Colégio Normal de

Itajaí desde sua instalação em 1966. Todavia, nestes primeiros anos do regime militar havia em Itajaí, da parte de adversários políticos do deputado e simpatizantes do regime de 1964, fortes críticas e rejeição a Nilton Kucker; inclusive, com acusações públicas e ameaças de cassação de seu mandato. Nenhuma das acusações tinha procedência. A razão era porque o deputado não se mostrara um entusiasta do movimento militar e sempre fora a favor de modos democráticos de fazer política.

Então, com o tenso clima político, autoridades escolares estaduais intentaram outro patrono para o Colégio Normal. O Governador, porém, acabou por não referendar, tendo em vista a consideração política que tinha pelo deputado. Quando, enfim, compuseram-se politicamente num único partido – a ARENA – os antigos pessedistas e udenistas de Itajaí, e o deputado entre eles, o Governador Ivo Silveira (ex-PSD), sem mais temores, no momento da inauguração do novo prédio do Colégio, a 19 de outubro de 1969, oficializou-lhe o nome: Colégio Normal Estadual Deputado Nilton Kucker.

Aliás, o anúncio do Governador só fez ratificar o nome do patrono, porque ele já era tido e havido como tal, tanto que na cerimônia de inauguração, no hall de entrada do novo prédio do Colégio Normal, foram descerradas as fotografias oficiais do Governador Ivo Silveira e do Deputado Nilton Kucker por suas esposas presentes, respectivamente Zilda Silveira e Avelina Veiga Kucker.

As novas instalações do Colégio Normal Estadual Deputado Nilton Kucker eram modernas e apropriadas ao funcionamento do ensino médio; com auditório, biblioteca, laboratório, sala de desenho/arte, salas de aula amplas, boa área administrativa e pátio coberto. Contudo, sua locação, sobre o antigo campo de educação física do Grupo Escolar Floriano Peixoto, prejudicou ambas as escolas que ficaram sem áreas livres para a prática da educação física e esportes. Na época, houve críticas na imprensa ao órgão de planejamento do governo estadual, o PLAMEG, pela má escolha do lugar da construção.

Logo a seguir, a estrutura escolar do ensino brasileiro sofreu alterações com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 5.692/71. Esta lei passou a denominar o primeiro ciclo da educação básica de 1º Grau e o segundo ciclo ou ensino médio, de 2º Grau. Além disso, determinou que todo o 2º Grau fosse necessariamente profissionalizante. Então, o Colégio Normal Estadual Deputado Nilton Kucker reorganizou o seu currículo para a implantação de dois cursos de 2º Grau, os Curso de Magistério e Curso Técnico de Análises Químicas, que era o que mais se aproximava do antigo curso científico. Já nesta ocasião, o Colégio tinha na direção o professor Renato André Wöhlke e a auxiliá-lo os diretores de 1º e 2º Graus, respectivamente, professores Lauro Tramontin e Edison d'Ávila.

Enfim, o processo de consolidação final, deste que foi o primeiro estabelecimento escolar público de Itajaí e região a ofertar Ensino Médio, deu-se com o Decreto nº 3.404, de 21 de setembro de 1977, do Governador Antônio Carlos Konder Reis e do Secretário

de Educação Mário Cesar Moraes, que incorporou a ele o Grupo Escolar Floriano Peixoto, passando a denominar-se, desde então, Colégio Estadual Deputado Nilton Kucker.

CONCLUSÃO

Ao se fazer o estudo da criação aqui do Ensino Médio público, a primeira constatação feita é o seu tardio estabelecimento em relação às cidades catarinenses de porte igual ao de Itajaí. Senão, vejamos: em 1963 já dispunham de ensino médio público, além da Capital, Joinville, Blumenau, Lages, Tubarão, São Francisco do Sul, Mafra e a pequenina São Carlos. O município de Itajaí tinha expressão econômica e já tivera enorme força política em nível estadual; faltara-lhe mesmo quem se empenhasse pelo seu desenvolvimento educacional.

O Ensino Médio público se estabeleceu em Itajaí, na segunda metade da década de 1960, na sequência de campanha movida por segmentos da sociedade em favor do curso científico no Ginásio Salesiano e pela criação de um ginásio gratuito para trabalhadores e filhos de trabalhadores, quando políticos foram cobrados pela negligência em atender a estas demandas da população.

A opção pelo estabelecimento de um Colégio Normal Estadual se deveu ao modelo de escola de Ensino Médio que era mais comum ao Estado de Santa Catarina implantar pelas baixas exigências técnicas para o funcionamento.

A ação do deputado estadual Nilton Kucker na concretização da escola de ensino médio em Itajaí foi valiosa, como intermediário e porta-voz das necessidades educacionais da cidade junto ao governo estadual, em que pese todas as condicionantes da interferência da política na educação.

Por fim, deve-se ressaltar a escola referencial que era o Colégio Normal Estadual Deputado Nilton Kucker, nos anos de 1960 e 1970, quando fora o único a ofertar educação pública e gratuita de ensino médio em Itajaí e cidades vizinhas. Nisto, fez história na educação regional.

REFERÊNCIAS

- COELHO DOS SANTOS, Sílvio. Um Esquema para a Educação Em Santa Catarina. Florianópolis, Edeme, 1970.
- DALLABRIDA, Norberto e TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. A Escola da República – Os Grupos Escolares e a Modernização do Ensino Primário em Santa Catarina (1911/1918). Campinas/SP, Mercado das Letras, 2011.
- D'ÁVILA, Edison. O Público e o Privado na Fundação do Ensino Superior em Itajaí. Florianópolis, dissertação (M), UFSC, 1995.
- ROCHA, Nilson Rodolfo. O personagem Nilton Kucker – Relações da História Política e Educacional (Itajaí – 1963 a 1971). Itajaí, monografia (conclusão de curso), Univali, 2007.

SANTA CATARINA. Lei nº 3191, de 6 de maio de 1963, cria o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

SANTA CATARINA. Lei nº 3743, de 15 de dezembro de 1965, cria o Colégio Normal de Itajaí, e dá outras providências.

SANTA CATARINA. Decreto nº SE 31.21.69/8828, de 31 de dezembro de 1969, aprova o Plano Estadual de Educação.

SILVA, Rosa de Lourdes Vieira e. Curso Complementar. In: O Grupo Escolar Victor Meirelles – 100 anos de Educação. Navegantes. Papa-terra Editora, 2013.

SOARES, Mariza Beatriz Pereira. Curso Normal Regional “Álvaro de Carvalho” – Ginásio Normal “Álvaro de Carvalho”. In: O Grupo Escolar Victor Meirelles – 100 anos de Educação. Navegantes, Papa-terra Editora, 2013

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. “Uma Vez Normalista, Sempre Normalista” – Cultura Escolar e Produção de um Habitus Pedagógico (Escola Normal Catarinense – 1911/1935). Florianópolis, Editora Insular, 2008.

Acervos

Arquivo Escolar/Escola de ensino Médio Prof. Henrique da Silva Fontes.

Arquivo Escolar/Escola Básica Gaspar da Costa Moraes

Arquivo Escolar/Escola de Educação Básica Deputado Nilton Kucker

Assembleia Legislativa de Santa Catarina. Florianópolis/SC.

Fundo Sob Custódia/Inspetoria Escolar de Itajaí/13ªUCRE/ Fundação Genésio Miranda Lins/Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica

PERIÓDICOS:

A Nação – edição de Itajaí – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins

Itajaí – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins

Jornal do Povo – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins

O Popular – Itajaí/SC – Arquivo Público de Itajaí/Centro de Documentação e Memória Histórica/Fundação Genésio Miranda Lins

ENTREVISTAS

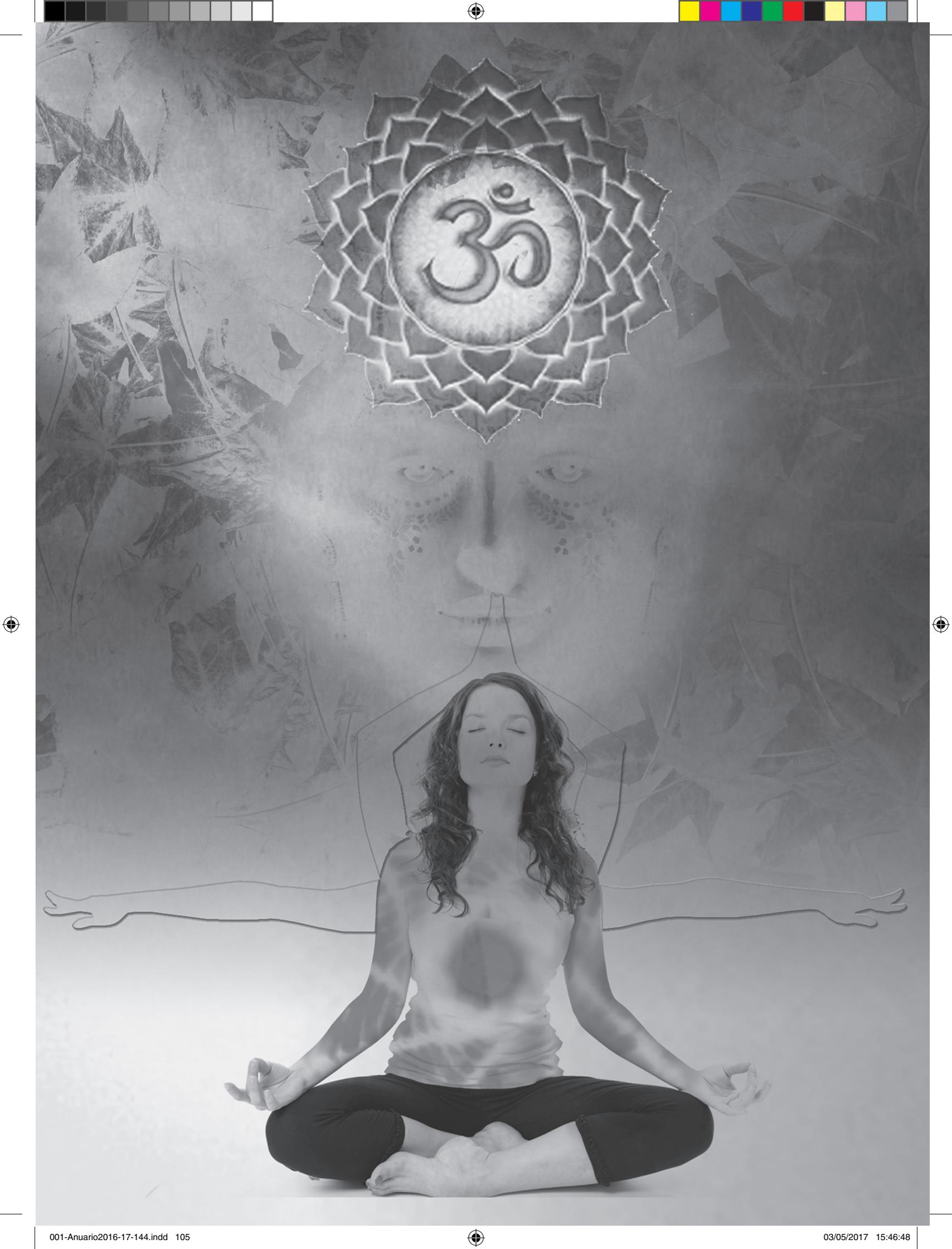
MARIZA BEATRIZ PEREIRA SOARES, 72 anos, realizada em Itajaí/SC, em 11/01/2017

ROSA DE LOURDES VIEIRA E SILVA, 83 anos, realizada em Itajaí/SC, em 20/01/2017

ROSANE WENDHAUSEN ROTHBARTH, 65 anos, realizada em Itajaí/SC, em 1º/02/2017

VICTÓRIA THARCILA DA ÍNDIA BÜCHELE FERNANDES SCHAUFFERT, 86 anos, realizada em Balneário Camboriú/SC, em 14/01/2017.

ZILDA HELENA DESCHAMPS BERNARDES, 82 anos, realizada em Itajaí/SC, em 10/01/2017.



Centro de Documentação e Memória Histórica

Instalado definitivamente em 2001 na Casa Lins e no prédio anexo, abriga o Arquivo Público de Itajaí (criado em 1985), composto pela Biblioteca de Apoio, Hemeroteca, Acervo Iconográfico e pela documentação pública de caráter permanente do Município, contando, ainda, com setores de Conservação e Restauro, Laboratórios de História Oral e Editoração e Educação Patrimonial. Local de pesquisa por excelência, atende a estudiosos e acadêmicos do Estado de Santa Catarina e de outros Estados da Federação que buscam fontes documentais para seus trabalhos.

Center for documentation and Historical Memory - Casa Lins

Definitively installed in 2001 in the Casa Lins and its annex building, it houses the Public Archive of Itajaí (created in 1985), comprising a Support Library, Newspaper library, Iconographic Archive and public Municipal documentation of a permanent nature. Its departments include Preservation and Restoration, Oral History Laboratories, Publishing, and Heritage Education. It is a research center par excellence, serving students and academics from the State of Santa Catarina and other States of the Federation, in search for documentary sources for their works.

RUA LAURO MÜLLER, 335 – CENTRO – ITAJAÍ/SC – CEP 88.301-400
TEL.: (47) 3348-1886



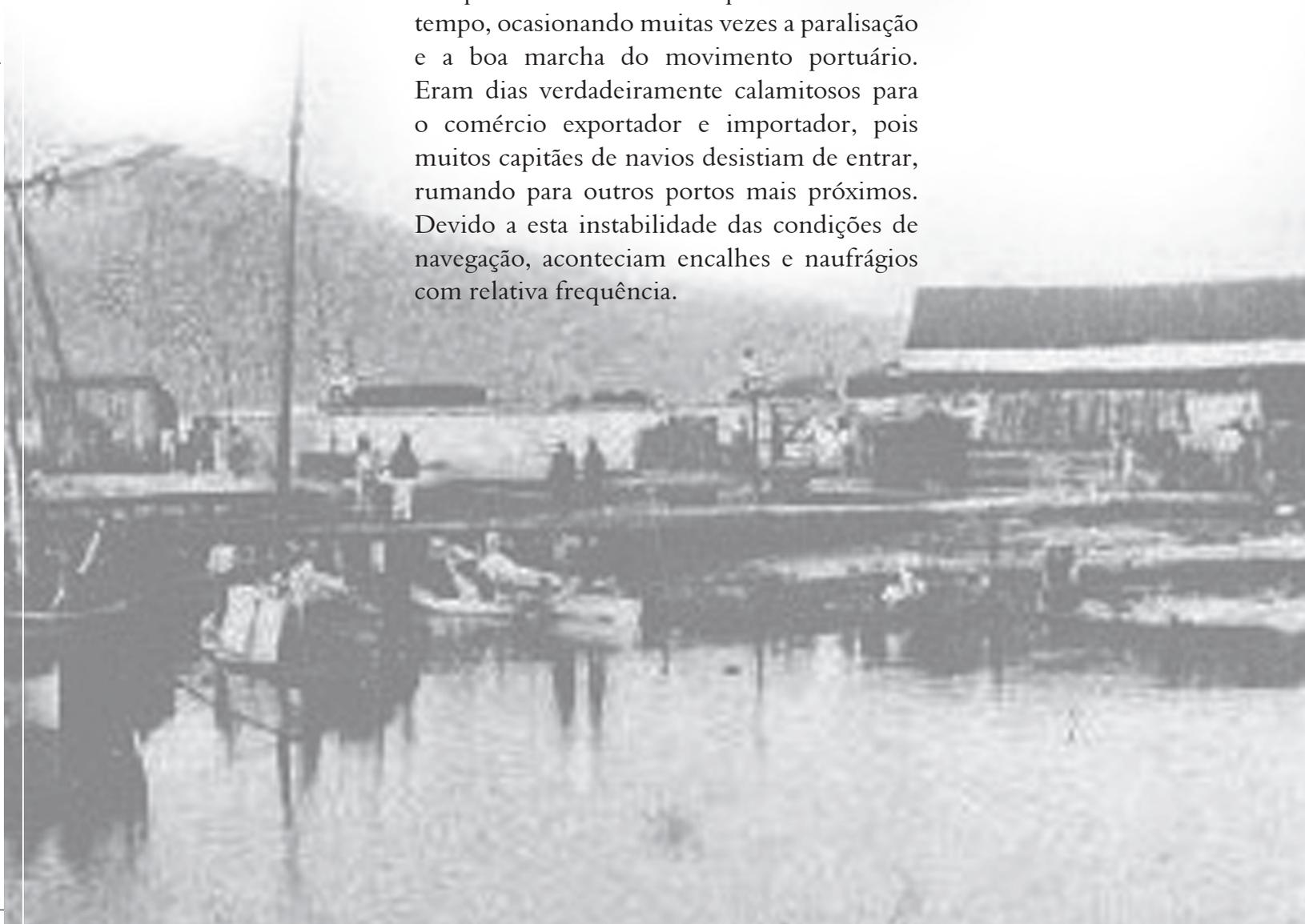
O PONTAL DE AREIA E A BARRA DO RIO:

CARLOS HENRIQUE MÜLLER, MÉDICO, MEMORIALISTA E GENEALOGISTA.

QUEM HOJE SEGUE PELA ESTRADA PARA CABEÇUDAS e enxerga aqueles molhes de pedra mar adentro, os quais asseguram a entrada e a saída dos navios, talvez não saiba dos riscos e das dificuldades que a barra oferecia para navegação no passado. O grande problema era sua instabilidade, a sua entrada e a sua saída. Já na década de 1890, o porto de Itajaí era um grande entreposto de madeira serrada, e também da produção oriunda das colônias do vale. Ali ancorava uma bela frota de navios à vela, a maioria pertencente aos armadores de Itajaí, os quais se incumbiam do transporte de cargas para a Praça de Santos, mas principalmente, para o Rio de Janeiro.

UM PASSADO REPLETO DE NAUFRÁGIOS

Existia na desembocadura do rio Itajaí Açu, a grande enseada da Fazenda, que oferecia sérios obstáculos à navegação, por causa das ressacas do mar na foz do rio que, naquela época, era mais larga e irregular que a atual. Os navios, a maior parte deles a vela, não podiam entrar ou sair quando havia mal tempo, ocasionando muitas vezes a paralisação e a boa marcha do movimento portuário. Eram dias verdadeiramente calamitosos para o comércio exportador e importador, pois muitos capitães de navios desistiam de entrar, rumando para outros portos mais próximos. Devido a esta instabilidade das condições de navegação, aconteciam encalhes e naufrágios com relativa frequência.



Alguns destes acontecimentos estão bem relatados, e mostram toda a dificuldade existente para os práticos do porto. Em 1869, o patacho “Delphina”, de 193 toneladas, da Praça do Rio de Janeiro, ficou encalhado no pontal de areia quando saía do porto, sem vítimas entre a tripulação. No ano de 1872, mais precisamente em 14 de abril, aconteceu o mais trágico episódio de todos. Um forte temporal assolou o litoral catarinense, e permaneceu durante alguns dias, sendo que em Itajaí, provocou a perda total de um patacho e de um iate, além de várias mortes. O primeiro barco, o patacho “Despique do Sul”, de 134 toneladas, Capitão Quintino José de Souza, da Praça do Rio de Janeiro, encalhou no pontal de areia, sendo severamente castigado pelas ondas do mar, que destruíram totalmente o seu casco, porém, foi salva a tripulação, constituída do capitão e três marinheiros, que puderam retornar após algumas semanas, de volta ao Rio de Janeiro.

A mesma sorte não teve a tripulação do iate “Voluntário”, uma embarcação bem menor, de 23 toneladas. O barco virou totalmente, ficando com a quilha para o alto, e sua tripulação, em um total de cinco pessoas, ficaram presas no convés, debaixo da água, e não foi possível resgatar ninguém com vida. O mesmo trágico destino tiveram os oito passageiros a bordo, entre eles Claudino José Francisco Pacheco, responsável pelas obras na estrada do morro do boi e João Borges Correia Feijó, morador e antigo inspetor de escolas de Comburui. No momento em que ocorriam ambos os naufrágios, partiram em botes, as tripulações do patacho “Tupá”, e da barca “Favorita”, em direção das embarcações atingidas. Um dos marinheiros da barca “Favorita” morreu afogado quando o bote virou, sendo seu corpo encontrado posteriormente na praia de Cabeçudas; Os capitães do “Tupá” e da “Favorita” ficaram feridos. Dois dias depois, apareçam três corpos de naufragos em Cabeçudas. O primeiro, o corpo de uma menina desconhecida, outro, o de João Borges Correia Feijó, e na praia brava, apareceu o corpo do mestre do “Voluntário”, José Martins. Ainda na mesma ocasião, outro navio, o iate “Amizade”, de 18 toneladas, conseguiu escapar da correnteza da barra e entrar na praia de Cabeçudas, sem sofrer danos. Mais de 10 anos depois, o trágico naufrágio do iate “Voluntário” foi lembrado na Assembleia dos Deputados da Província, onde foi citada como causa principal do número de vítimas, a precariedade de recursos existentes para a praticagem na barra, que não dispunha de recursos que pudessem auxiliar no regate das vítimas.

No ano de 1881, o mesmo patacho “Tupá”, de 186 toneladas, pertencente ao armador Guilherme Asseburg, sob o comando do Capitão Albert Stein, naufragou em condições semelhantes. Curiosamente, mais de vinte anos depois do naufrágio, em 1906, quando era extraído areia do rio para realização de aterros na cidade, foram encontrados os destroços deste navio. Anos depois, durante a revolução federalista de 1893, o navio “Pallas”, em posse dos revoltosos, naufragou após colidir com uma rocha perto do Pontal, no momento em que estava entrando na barra, não ocorrendo vítimas.

Em maio de 1901, aconteceu o naufrágio do patacho nacional “Joanna”, sob o comando do Capitão Jacobsen, o qual foi erroneamente citado como “Potosi” em um relato publicado muitos anos depois pelo senhor Fernando Müller, de Blumenau, o qual, trabalhando como prático naquela ocasião participou das tentativas de salvamento do “Joanna”. Oriundo do norte do país, o navio trazia um carregamento de sal, e entrou no porto de Itajaí a fim de realizar obras de reparo no casco e tinha como destino o sul. Quando os carpinteiros navais, calafeteiros e pintores concluíram os serviços, isto cerca de uma semana depois, o navio recebeu ordens de desocupar o porto. Quando o patacho era rebocado em direção ao mar, com as velas amarradas aos mastros, devido à força da correnteza, o cabo que ligava o navio ao rebocador “Jahn” rompeu e o navio foi ao encontro a uma rocha submersa, rompendo o casco e naufragando, apesar dos esforços de salvamento, ocorrendo vítimas fatais entre a tripulação.



Em abril de 1907, aconteceu o naufrágio do lugre Fidelidade, de 208 toneladas, pertencente a Felix Busso Asseburg. Navio trazia 250 sacas de sal para a casa Bauer Junior, oriundo do Rio de Janeiro. Faziam parte de sua tripulação, o Capitão Paulo Stein, filho do Capitão Albert Stein, e como praticante, o seu irmão Alberto Stein, o qual mais tarde seria Prefeito de Blumenau, além do piloto José Nicolau da Silva, do praticante Frederico W. Schmidt, os marinheiros Manoel Antonio dos Santos, José de Sousa Migueis, Luiz Demétrio de França, José Pereira dos Santos, Álvaro Dias Simão e o cozinheiro Frederico Lentz. Rudolph Krause e Arthur Scheeffler eram passageiros. O navio estava ancorado nas proximidades da meia praia, aguardando para entrar na barra no dia seguinte, quando à noite, iniciou uma tempestade, e a força das ondas rompeu as correntes das âncoras. Como tentativa para afastar o navio dali, foram içadas as velas. Porém, a força do vento não foi suficiente para levá-lo ao mar e o navio acabou lançado em direção ao pontal, sendo empurrado pelas ondas em direção a terra, onde encalhou e foi aos poucos sendo destruído pelas ondas. Os restos do naufrágio foram espalhados até as imediações do Gravatá. Não houve vítimas em decorrência do naufrágio, porém o navio e a carga não estavam segurados, sendo o prejuízo material total.

Dois eventos, com intervalo de apenas dois dias, ocorreram em 1915. O primeiro deles, no dia 19 de setembro, o naufrágio do lugre “Brusque”. Este navio era de propriedade de João Bauer, de Brusque, e da viúva Bauer Junior. Um lindo barco, de 261 toneladas, que fora construído na Noruega, todo feito em pinho de Riga, uma madeira nobre do leste europeu, e também todo pintado na cor branca, com alegorias e incrustações à proa e à popa, e em relevo, o nome que representava uma homenagem

à vizinha cidade do vale. Erguia três altos mastros, guarnecidos de velas que, quando soltas ao vento, lembravam imensas asas, justificando a denominação “cisne branco”, dada ao veloz barco. O seu capitão na época era Apolinário Marques Brandão. O rebocador “Santa Catharina” puxava o veleiro para dentro da barra, quando a força da correnteza arreventou o cabo de reboque. Sem apoio e ainda com as velas meio soltas, o lugre “Brusque” ficou a mercê do movimento do mar e impelido pelas ondas foi encalhar no pontal, onde ficou caído de lado. De nada adiantaram os esforços dos vapores “Santa Catharina” e do “Richard Paul”, que vieram de Florianópolis. Não houve vítimas, mas foi perdido todo carregamento de madeira e equipamentos a bordo e o navio nunca mais voltou a ter condições de voltar a navegar.

Dois dias depois aconteceu o segundo evento, o encalhe do paquete a vapor “Anna” da companhia Hoepcke, na época sob o comando do Capitão Caiado, o qual fazia uma linha regular entre Florianópolis e o Rio de Janeiro, passando por Itajaí. O navio pôde ser salvo, mas houve vítimas. Quando estavam seguindo em um escaler de bordo para a terra, faleceu o marinheiro Joaquim Santos e ficou ferido o piloto do paquete, ambos atingidos por um cabo de reboque que havia rompido. O paquete “Anna”, mais tarde, foi conduzido ao estaleiro da Companhia Hoepcke em Florianópolis, onde permaneceu em reparos durante alguns meses.

Existem vários outros registros de encalhes e naufrágios na barra neste período de tempo. No ano de 1874, o naufrágio do patacho “fidelidade”, de 140 toneladas, do Capitão José Luiz da Rocha, salvando-se a tripulação. Em 1895, aconteceu o encalhe e depois naufrágio do iate “Bom Jesus”, também sem vítimas fatais. Em 1906, aconteceu o encalhe do Vapor “Victoria” do Lloyd Brasileiro, que pôde ser resgatado. Como fatos curiosos, em 1884 era comemorada a chegada do Vapor “Alice”, que serviria de draga para desobstruir obstáculos na barra e, em 1904, a Capitania dos Portos de Santa Catarina foi autorizada a receber 200 quilos de dinamite do Arsenal da Marinha a fim de desobstruir a entrada da barra, tamanha era a quantidade de cascos de navios submersos.

Foi o ilustre itajaiense Dr. Lauro Müller, quando assumiu o cargo de Ministro da Viação, em 1902, quem enviou uma comissão de engenheiros para Itajaí, a fim de estudar o grave problema. Decorrido algum tempo, a comissão apresentou o plano de construção de um cais acostável, a começar pelo antigo trapiche Olimpio Miranda até a banca de peixe ao lado do mercado, para em seguida construir o comprido espigão de pedras, dividindo a enseada da Fazenda, até frontear-se com o antigo Hospital Santa Beatriz. Anos mais tarde, para a execução da obra, foram utilizadas as pedras dos



morros, começando além do antigo hospital até a entrada da praia de Cabeçadas. Com o afastamento das pedreiras, nas bases dos morros, nasceu a primeira estrada retificada e planificada para o balneário de Cabeçadas. Mas a conclusão das obras necessárias para dar segurança à entrada e saída dos navios seguiu além do final da década de 1930, entrando pela década seguinte.

REFERENCIAS

- JORNAL A Noticia. Rio de Janeiro, 24 de setembro, 1915.
- JORNAL A Regeneração. Desterro, 18 de abril, 1872;
_____. Desterro, 14 de agosto, 1883.
- JORNAL A República. Curitiba, 28 de junho, 1906.
- JORNAL Diário de São Paulo. São Paulo, 05 de outubro, 1869.
- JORNAL O Despertador. Desterro, 30 de novembro, 1872.
- JORNAL O Dia. Florianópolis, 23 de abril, 1907.
_____. Florianópolis, 24 de setembro, 1911.
- JORNAL Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 24 de maio de 1901.
- JORNAL Gazeta do Commercio. Joinville, 02 de outubro, 1915.
- JORNAL Itajahy. Itajaí, 17 de maio, 1884.
- JORNAL Novidades. Itajaí, 26 de setembro, 1915.
- JORNAL Pedro II. Fortaleza, 14 de maio, 1872.
- JORNAL Progresso. Itajaí, 25 de maio, 1901.
- KONDER, Gustavo. **Balneário de Cabeçadas**. REVISTA Blumenau em Cadernos. Blumenau, t.12, n.6, p. 108-109, 1971.
- LIBERATO, Celso. **O galdrope do leme**. REVISTA Blumenau em Cadernos. Blumenau, t.10, n.12, p. 233, 1969.
- MÜLLER, Carlos Henrique. **Catálogo de naufrágios ocorridos nos primeiros cem anos de Itajaí**. Arquivo pessoal do autor.
- MÜLLER, Carlos Henrique. **Embarcações, construtores navais, capitães de navios e armadores de Itajaí**. Acervo pessoal do autor.
- MÜLLER, Fernando. **O naufrágio do “Potosi”**. REVISTA Blumenau em Cadernos. Blumenau, t.11, n.2, p. 21-24, 1970.
- REVISTA Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro, Janeiro, 1905. Imprensa Nacional, p. 1175.





DE FUTEBOL SORVETE E CIRCO

ÉMERSON GHISLANDI - JORNALISTA

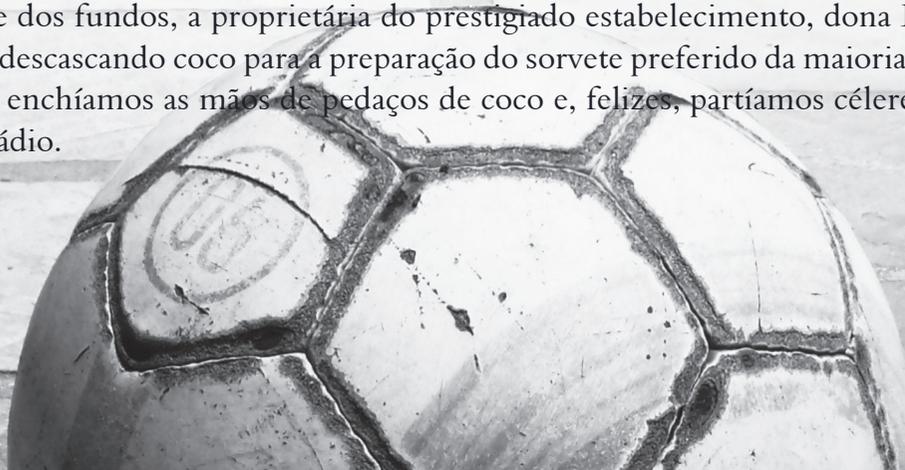
SOU BARROSISTA DESDE CRIANCINHA. Adorava ir aos estádios, ou do Barroso, ou do Marcílio Dias. Especialmente nos domingos de clássico, quando as duas equipes atraíam uma multidão de torcedores. Era uma verdadeira guerra, no bom sentido.

Naqueles tempos não existia toda a violência que presenciamos hoje. E os jogadores não ganhavam fortunas, jogavam mais por amor à camisa. Lembro, no Barroso da década de 60, do Edir Alves, do Mima, do Hélio. E no Marcílio Dias do Edésio, do Sombra, Maneca e Antoninho.

Eu e um amigo não perdíamos um clássico. Aliomar não era muito benquisto na vizinhança pelas traquinagens que fazia. Era mais conhecido por Capetinha. Como podem ver, juntei-me a ele. O espírito de aventura já me perseguia desde a mais tenra idade.

Morávamos na rua Brusque, imediações da então famosa Sorveteria Seára. A fórmula dos deliciosos sorvetes é guardada até hoje a sete chaves. Os bisnetos dos fundadores ainda continuam a fabricá-los e, vez em quando, vou matar a saudade daqueles sabores inconfundíveis na sorveteria que eles mantêm na rua Alberto Werner, perto da Prefeitura Municipal.

Antes de ir aos jogos, eu e Aliomar entrávamos sorratamente na sorveteria, onde, na parte dos fundos, a proprietária do prestigiado estabelecimento, dona Erica, passava horas descascando coco para a preparação do sorvete preferido da maioria. Um descuido dela enchíamos as mãos de pedaços de coco e, felizes, partíamos céleres em direção ao estádio.



Que delícia assistir o jogo comendo aquele coco fresquinho, recém descascado! Aquele burburinho, gritos e palavrões dos torcedores e nós ali, olhos arregalados, apreciando tudo. Assistíamos extasiados o embate no campo e nas arquibancadas. Tudo fervilhava! Tudo se transformava na mais pura emoção! Muito bom!

E era na frente do Seára que ficávamos, carinhas tristes, quando chegava a Itajaí algum circo ou um parque de diversões, que montavam sua estrutura no terreno do Zizo, perto do Hotel Vitória. Os frequentadores da sorveteria, conhecidos que éramos, já adivinhavam que estávamos buscando doações espontâneas para ver os leões, palhaços e trapezistas. Ou recursos para custear as brincadeiras na roda-gigante, chapéu mexicano ou tiro ao alvo.

Ainda me vem à memória a primeira vez que vi um desfile circense, com seus apavorantes leões, tigres e ursos trancafiados em jaulas inexpugnáveis transitando pela rua Brusque.

Hipnotizados, eu e Aliomar fomos seguindo a caravana, pulando e dançando atrás das jaulas. Parecíamos sim dois macaquinhos que pertenciam ao fabuloso mundo do circo. Quando dei por mim, vi que tínhamos exorbitado o nosso espaço habitual. Estávamos seguindo por caminhos desconhecidos. Ou seja: estávamos perdidos e assustados!

Situação horrível, perdidos e ainda ali, no meio de tigres e leões!! As lágrimas começaram, devagarzinho, a rolar. Só fomos reconhecer o nosso habitat quando a caravana, depois de desfilar por diversas ruas, chegou ao seu destino final: o terreno do Zizo. Que alívio!

Aprendemos a lição e, daí em diante, não mais seguimos caravanas de circo. Esperávamos a lona ser montada e, dependendo da arrecadação na frente da Sorveteria Seára, íamos a todas as sessões possíveis.

Clube Náutico Almirante Barroso, Marcílio Dias, circo e parque de diversões. E tinha ainda o pião, a funda, a bolinha de gude, a pandorga e o bilboquê. Tempos que não voltam mais e nostalgicamente nos invadem quando alguma inadvertida fagulha atiga a memória!



TRANSFORMAÇÕES DA URBE:

CENTRO ESPÍRITA
ANJO DA GUARDA
COMO PATRIMÔNIO
DA CIDADE DE ITAJAÍ



ANGELA LUCIANE PEYERL
*Especialista em História e Cidade:
Patrimônio Ambiental e Cultural
pela Universidade do Extremo Sul
Catarinense- UNESCO. Museóloga
formada pelo Centro Universitário
Barriga Verde- Unibave,
Conservadora e Restauradora de
Bens Culturais Móveis*

ITAJAÍ - 1925, O AUGE DO PERÍODO republicano está impresso na arquitetura do recente inaugurado Palácio Marcos Konder que abrigava os 3 poderes. A cidade estava expandindo seu traçado urbano, todos os caminhos indicavam a Praça da República onde a pedra fundamental da nova igreja matriz estava lançada. A Rua Hercílio Luz, que já abrigava o Colégio Victor Meireles e mais algumas casas de comércio, vinha se consolidando como a principal rua da cidade ou, como o próprio prefeito, em 1917, Marcos Konder a denominou, de “principal artéria urbana”.

Os anos que compreenderam de 1925 a 1927, Itajaí teve grandes transformações na urbe: em 1925 foi lançada a estaca da linha férrea na esplanada do Bairro Fazenda, local que também seria posteriormente construída a estação ferroviária que iria iniciar seus trabalhos somente em 1954. A amerissagem do hidroavião Condor em 1927 no rio Itajaí-açu deu início a mais uma forma de se locomover; a cidade e a modernidade a cada dia traziam novidades à pequena cidade às margens do rio.

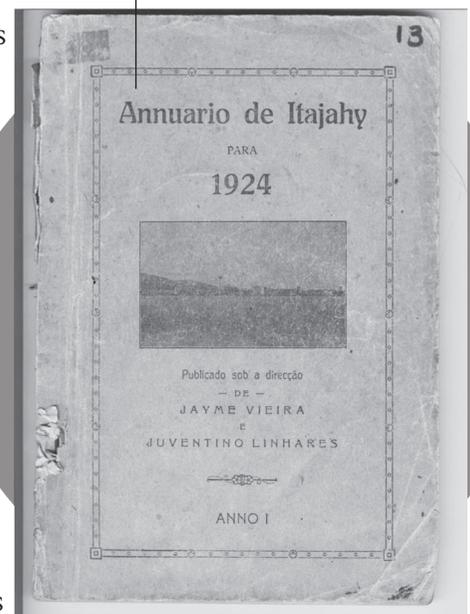
O surgimento de um povoamento, uma vila ou uma cidade, são fatos que cristalizam, no espaço, as forças sociais de uma época. À medida que estas evoluem, o espaço é recriado, moldando-se as novas características da sociedade. Espaços urbanos são os principais locais onde se concentram as forças sociais e, à medida que as forças produtivas mais dinâmicas [...] passam a adquirir características novas através da indústria [...] as cidades tornam-se os sítios onde dramáticas mudanças ocorrem nas relações humanas, reproduzindo no espaço as estruturas e contradições do capital industrial (MOREIRA, 2000. p.89).

No Anuário de 1924, Vieira e Linhares traziam dados do censo da época, tendo a população distribuída em área urbana e rural. Na região urbana da cidade havia 5.094 habitantes, o que nos mostra que o processo de urbanização ainda está em constante transição conforme os imigrantes que aqui estavam instalados e desenvolvendo o comércio no perímetro urbano. Na área rural a população era composta de 14.543 habitantes, tendo as condições climáticas e solo favorável para o plantio da cana de açúcar.

No centro da cidade, às margens do rio Itajaí-açu ergueram-se os estabelecimentos comerciais, as casas da elite, os hotéis, o acesso de mercadorias, o escoamento da madeira, etc. Tudo girava naquelas margens: a vida econômica e social dava o ar das experiências humanas que poderiam se “escrever”, afinal, a cidade é a materialização de sua própria história, é uma obra que vai se construindo coletivamente e desafiando até mesmo a natureza.

Nesse clima de transformações que acontecia no Brasil da década de 1920, a modernização que estava aportando no Rio de Janeiro, com os grandes edifícios e obras públicas, e em São Paulo na sua *Belle Époque* dava os ares de uma cidade cosmopolita e Itajaí não ficava atrás: o primeiro bairro dito modernizado e planejado - com ruas arborizadas, pistas duplas, energia elétrica e clubes sociais - se instalava ao Oeste da cidade. Esse era o início da Vila Operária, um bairro que foi implantado por José Eugênio Müller para abrigar a classe média e trabalhadora das fábricas.

E nesse contexto a cidade se civiliza, mas mantém uma credulidade ímpar: discute-se a transferência do campo santo para dar lugar a uma nova igreja Matriz da cidade; os velórios já não eram mais realizados nas igrejas e se ouviam histórias pelas ruas sobre aparições no meio da noite, barulhos estranhos, comunicação com mortos, fantasmas em árvores e até mesmo uma luz que aparecia para os moradores do outro lado do rio, no Arraial dos Navegantes.



Nesse choque do Brasil não querendo mais ser o Brasil, tomando ares de Europa, o catolicismo se apresentava como uma ponte para o dito sobrenatural, para outras crenças que já estavam aqui instaladas desde o período do Império.

Esses primeiros contatos com o outro lado já anunciavam o espiritismo. Nos anos 1850, as mesas volantes invadiram a Europa ocidental. Os sonâmbulos magnetizados deram lugar aos médiuns. Todas as hipóteses que tinham sido formuladas pelo magnetismo se aplicaram ao espiritismo: tratava-se de um fluido elétrico, universal? De espíritos bons ou ruins? Do Diabo em pessoa? O que contavam os mortos sobre o outro lado? (PRIORE,2014. p.28).

Não há uma sequer sociedade que não faça relação com o sobrenatural; a participação direta dos vivos e dos mortos dentro da cultura humana é tão inerente quanto a compreensão de mundo e da existência. A necessidade que temos em ter alguma religião ou ter algum credo, mesmo que esse credo seja em alguma força da natureza, é essencial para o equilíbrio da vida humana.

É com esse pensar que surgiu essa proposta de estudo que pretende afirmar o papel social do Centro Espírita Anjo da Guarda como um espaço de memória dentro da cidade, sendo que o mesmo existe como instituição desde 1927, porém, desde 1925 há registros de que na residência do Sr. Angelo Pavan, na Rua Blumenau, número 26, já ocorriam reuniões semanais de um pequeno grupo formado por cinco pessoas: as chamadas “Sessões de Mesa”, onde conversavam com os Espíritos e tratavam de pessoas doentes. As mesas volantes surgiram na Europa por meados do século XIX, vindas diretamente dos Estados Unidos. Nesse período, os espíritos se manifestavam não só por batidas em paredes ou chão: apareciam para pessoas que estavam reunidas em torno dessas mesas ditas volantes e, quando pensamos nessa relação entre vida e morte, ela vai além do século XIX, pois os celtas já acreditavam que a alma poderia reencarnar em outro corpo.

Com os dogmas de “reencarnação” e da “pluralidade de mundos”, os estudos espíritas tomavam conta do Brasil, em especial com a abertura dos portos, o que facilitava a chegada de novos hábitos e costumes que proviam da França. As primeiras mesas volantes foram datadas de 14 de junho de 1853 e foram noticiadas em jornais do Rio de Janeiro, no Diário de Pernambuco e no diário Cearense.

O país mudava. Orientadores em assuntos sobrenaturais, magnetizadores e depois médiuns tomariam o lugar dos feiticeiros. O término no tráfico negreiro tinha injetado dinheiro nas capitais, que se modernizavam (PRIORE 2014. P.67).



Nesse contexto histórico de Itajaí e dos acontecimentos referentes à evolução da doutrina espírita no Brasil, com as ideias liberais e de livres pensadores fizeram com que no dia 13 de setembro de 1927 o grupo de frequentadores das mesas volantes resolvessem oficializar a criação de um Centro Espírita e denominá-lo de CENTRO ESPÍRITA “ANJO DA GUARDA”, com o intuito de estabelecer ligações com o plano espiritual em busca da cura dos doentes.

A Sra. Rosalina Maria Braga, que era acometida de processo obsessivo e considerada louca pela Medicina convencional, foi curada através dessas reuniões no grupo. Após esse episódio, a Sra. Rosalina, que viveu 105 anos e seu esposo, Sr. Domingos, passaram a buscar a doutrina espírita e a fazer parte do grupo, abrindo a porta de sua casa para as reuniões, afinal, sua residência oferecia melhores e maiores acomodações. Então, em maio de 1935, o CEAG se instala em uma casa de madeira na Rua Silva, onde ganha um terreno doado por Rosalina e Domingos.

Mesmo com as instalações do CEAG temporariamente alocado na loja maçônica em 1942, aqui abre-se um parêntese para afirmar que neste período as lojas maçônicas estavam passando por tempos difíceis, o mundo estava em plena guerra e foi inevitável o arrefecer, por curto período, do CEAG, o qual esteve neste espaço arcando com as despesas mensais, por ter a incerteza de quanto tempo ainda iria ficar nesse espaço começa então a preocupação de querer adquirir um terreno no centro da cidade para ter uma sede própria.

No começo de abril de 1950, com a transferência do Sr. Gil Miranda para a agência do Inco no Rio de Janeiro, o mesmo colocava a venda os móveis e imóveis de sua propriedade. Foi neste momento então que a direção do CEAG o procurou e sinalizou o interesse na compra do terreno para a construção da sede-própria do Centro Espírita.

Como todas as ações do Centro são feitas em caráter de gratuidade com o intuito de ajudar as pessoas necessitadas e correndo o risco de a qualquer momento ter que desocupar o prédio da maçonaria, o Sr. Gil Miranda, no dia 24 de abril de 1950, ficou sensibilizado com o trabalho realizado pelo Centro e vendeu o terreno para o mesmo; sendo assim, as partes interessadas assinaram a escritura de propriedade, com o reconhecimento no registro de imóvel, e nesse momento então começa a se pensar e a trabalhar para a construção da sede própria.

Ao aproximar o CEAG da transformação urbana da cidade de Itajaí, também se compreende



que ele foi um dos agentes formadores da religiosidade na cidade para que se possa pensar a patrimonialização de uma instituição que permanece institucionalizada a mais de 80 anos e em pleno funcionamento.

O Centro Espírita Anjo da Guarda está localizado na Rua 15 de Novembro, 405, no centro da cidade e, desde então, sempre esteve presente na comunidade Itajaiense, promovendo atividades voltadas para a disseminação da doutrina espírita e acolhimento dos mais necessitados. Até hoje as ações desenvolvidas são as palestras públicas, passes, desenvolvimento mediúnico, biblioteca, atendimento a gestante, grupo de estudo do “Livro dos Espíritos”, seminários, palestras com debates, atendimento fraterno e livreria.

Pensando patrimônio e memória, sendo a memória aqui abordada como coletiva, de acontecimentos e interpretações do passado que se quer salvaguardar, uma tentativa consciente de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais, a memória é algo móvel e marcado por diversas camadas, algo social que é partilhado coletivamente, mas que também tem perspectivas individuais, pontos de vista de determinadas versões.

A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa. As preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória. Isso é verdade também em relação à memória coletiva, ainda que esta seja bem mais organizada. Todos sabem que até as datas oficiais são fortemente estruturadas do ponto de vista político (POLLAK, ano 1983 p. 4).

A importância de preservar e de conservar um bem cultural é reconhecer seu significado, envolvimento de toda complexidade de construção de uma sociedade, reafirmando sua identidade. Os bens culturais estão impregnados de marcas de diferentes épocas de nossa história. Se pensarmos na etimologia da palavra patrimônio, é tudo aquilo que é herdado ou herança paterna, recebemos diariamente referências e mais referências de mundo e de espaço, todos os dias criam-se referências de patrimônio através dessas discussões geradas em torno do que é e o que não é patrimônio. Pensar o CEAG não somente um espaço de religião, mas também como um espaço de resistência, pois, segundo se ouve falar, durante o período da ditadura militar o Centro foi um espaço para abrigar perseguidos políticos.

O apagamento das lembranças reflete uma pilhagem na memória social, um roubo sem resgate. Assim como a retenção do passado sem o filtro de escoamento natural dos depoimentos [...] (CASTRO, ano 2010, p.49)

Quanto indivíduo, ao herdar ou colecionar, é convidado a criar vínculos que perpassam as histórias de vida, é inerente o uso da memória para perpetuar a vida humana, propiciando ao homem uma história futura por meio dos seus descendentes e da sua recordação.

A doutrina espírita é um terreno onde todos podem colocar-se, seja qual for sua crença. Não há uma disputa religiosa e dogmática. O espiritismo está presente desde a antiguidade na evolução da humanidade, sempre há registros em escritos, crenças, monumentos; não há sequer algum momento na história em que não vemos essa ligação entre planos espirituais.

Numa cidade que cultua suas religiões e sua fé com tanta veemência é claro ver a possibilidade do reconhecimento do Centro Espírita Anjo da Guarda como um espaço de memória, de um espaço que acompanhou as transformações da cidade, que foi espaço de resistência e agiu diretamente na sociedade.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. A modernidade, In: _____ **A modernidade e os modernos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
- BRAGA, Orlando. CENTRO ESPÍRITA “ANJO DA GUARDA” - Sua Fundação – Sua Tradição – Sua História.s.d
- CASTRO, Ana Lúcia Siainesde. Memórias Clandestinas e sua Museificação. Rio de Janeiro: Revan, 2007. p.210.
- Centro Espírita Anjo da Guarda - 80 anos de fidelidade a Jesus. Disponível em: <http://terceirarevelacao.blogspot.com.br/2007/08/centro-esprita-anjo-da-guarda-80-anos.html>. Acesso em: 05/02/2017
- D'ÁVILA, Edison. Evolução e Mobilidade Urbana em Cem Anos de Município de Itajaí. Anuário Itajaí, p.95-111, 2015.
- MOREIRA, Márcio.R.T. Apontamentos para a Formação Sócio Espacial de Itajaí: Vila Operária: Uma Tentativa de Industrialização. Anuário Itajaí, p.89-92, 2000.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992, p.200-212. Acesso bibliotecadigital.fgv.br >Pagina inicial>Vol.5.No 10 (1992) > Polla
- PRIORE, Mary del. Do Outro Lado: A História do Sobrenatural e do Espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014. 181 p
- ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 2. ed..São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988.



PERIÓDICOS

- Anuário de Itajahy 1924. Itajaí:1924.
- Anuário de Itajaí 2000. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2000.
- Anuário de Itajaí 2009. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2009.
- Anuário de Itajaí 2015. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2015.

MUSEU ETNO-ARQUEOLÓGICO DE ITAJAÍ - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA ENGENHEIRO VEREZA

O Museu Etno-Arqueológico de Itajaí, inaugurado em 2010, dedica-se às temáticas de arqueologia sambaquiana e etnografia da área rural do Município, evidenciando as manifestações culturais da comunidade local. O prédio abrigava a antiga Estação Ferroviária Engenheiro Vereza, que funcionou até 1971, quando foi desativada a Estrada de Ferro Santa Catarina. Com ampla praça de recreação e eventos culturais, o museu ainda dispõe de moderno laboratório de arqueologia e espaços educativos para atender seus visitantes.

ETHNOGRAPHIC AND ARCHEOLOGICAL MUSEUM OF ITAJAÍ – ENGENHERO VEREZA RAILWAY STATION

The Ethnographic and Archeological Museum of Itajaí, inaugurated in 2010, is dedicated to the sambaqui archeology and ethnography of the rural areas of the Municipality, showing the cultural manifestations of the local community. The building was once home to the old Engenheiro Vereza Railway Station, which functioned until 1971, when the Estrada de Ferro Santa Catarina (Santa Catarina Railway) was deactivated. The museum has a large space for recreational and cultural events, as well as a modern archeological laboratory and educational spaces, where visitors are received.



AVENIDA ITAIPAVA, 3901 – ITAIPAVA – ITAJAÍ/SC – CEP 88.316.301
TEL.: (47) 3346-5715

Ontem e hoje: pálido bosquejo da inundação do Itajaí

) Fernando Alécio – jornalista

BIBLIOGRAFIA

Blake, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

Cordeiro, Antonio Xavier Rodrigues. **Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para 1882**. Lisboa: Lallemand Frères Typ., 1881.

Piazza, Walter. **Dicionário Político Catarinense**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1985.

Portal Catarina. Disponível em: <<http://www.portalcatarina.ufsc.br/autores/?id=13769>>. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

IMAGENS:

CAPA ALMANACH. Crédito: <http://almanach.hol.es/>

Pg 139 e pg 140 a 141. Crédito: Acervo do autor.



POETA ALFREDO THEOTONIO DA COSTA nasceu a 5 de dezembro de 1849 em Desterro, atual Florianópolis, onde viria a falecer em 24 de novembro de 1909. Entre outros cargos públicos que ocupou, foi nomeado professor no “arrayal de Itacoroby” (1869) e elegeu-se ao mandato de deputado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 22ª legislatura (1878-1879). Seus trabalhos literários estamparam as páginas de diversos periódicos da capital catarinense, tais como “A Esperança” e “O Beija-Flor” de 1867 a 1868; “A Perseverança” em 1868; “O Mercantil” em 1869; “Regeneração” de 1870 a 1877; “O Conservador” de 1878 a 1879; e “O Despertador” em 1880.

Conforme registra o “Dicionario Bibliographico Brasileiro”, editado em 1883 no Rio de Janeiro, Alfredo Theotonio da Costa foi autor da composição poética intitulada “Hontem e Hoje: pallido bosquejo da inundação do Itajahy”. A obra saiu publicada nas páginas 139 a 141 do “Novo Almanach de Lembranças Luso-Brazileiro para 1882”, lançado no ano de 1881, em Portugal. Através de contatos com a Universidade de Lisboa, foi possível ao autor deste artigo ter acesso ao conteúdo integral da obra de Alfredo Theotonio da Costa sobre a catastrófica enchente de 1880, que assolou o Vale do Itajaí. A seguir, a reprodução com a ortografia na forma como a obra foi originalmente publicada no século XIX:

HONTEM E HOJE

Pallido bosquejo da inundação do Itajahy

Elevaverunt flumina fluctus suos,
a vocibus aquarum multarum.

(PSALMO XCII, V. 8).

I

Se é grato descrever da patria amada
os dias de prazer, de ingente gloria,
dos heroes registrar em letras d'ouro
altos feitos nas paginas da historia ;

Se o peito s'entumece jubiloso
e noss'alma s'expande radiosa,
ao vêr que triumphante ella caminha
do progresso na senda esplendorosa :

Que d'angustias, acerbos sofrimentos
irão no coração do que estremece
o dilecto torrão em que ha nascido,
ao vêr os duros males que padece ? !...

Co'a mente conturbada, o peito oppresso,
embalde tentarei d'esses horrores,
de que foi presa um povo todo inteiro,
traçar o negro quadro d'amargores...

II

Na placidez da ventura
que a benefica natura
dá ao sólo brasileiro,
na plaga catharinense
o povo itajahyense
era todo prazenteiro.

Qual a não que se deslisa
impellida pela brisa
sobre o mar unido e quedo,
assim corriam seus dias
entre as doces harmonias
d'um viver feliz e lêdo.

Do trabalho a lei superna
era ali divisa eterna,
desejada promissão ;
a lavoura progredindo,
as artes iam seguindo
seu luminoso clarão.

E quando a noite descia
e aos lares recolhia
o ditoso agricultor,
da choupana no terreiro
logo via elle primeiro
os seres do seu amor.

No firmamento irradia
o fulgente astro do dia ;
e, qual adormido infante,
no seu leito transparente
se deslisa mansamente
o caudaloso gigante.

A ridente natureza
imponente na grandeza ,
s'ostentava então ali ;
era tudo amenidade,
vida, amor, felicidade
no valle do Itajaby

III

Dos mortaes é bem triste a varia sorte!
onde domina a vida impera a morte!

tristuras e prazeres...
os gozos e deleites são fugaces,
e só no mundo as dôres são vivaces
para os humanos seres!

Parece que, ciosa a natureza
de haver seus bens doado com largueza,
os quer arrebatat;
e privando da pösse os seus senhores,
em permuta dos risos dá-lhes dôres,
para vêl-os chorar!

Tal é do Itajahy o caso triste
que a minha rude penna inda persiste
em carmes referir;
successo, que no novo continente
não encontra outro igual que se apresente
e possa competir.

Das reprezas saindo impetuosos
s'estendem pelo espaço borrascosos,
devastadores ventos;
negras nuvens em sequito os cortejam,
e os paramos celestes já negrejam
em horridos concertos.

Sem detença condensam-se os vapôres...
a luz desaparece... só fulgôres
tem a feia procella!...
enormos catadupas lá se geram,
e vindo sobre a terra logo operam
a dôr, e a morte n'ella!...

O gigante, que então ali jazia,
levanta-se do leito em que dormia
e altivo o cóllo eleva;
o egypciano irmão além divisa...
vê d'elle a inundação que fertilisa,
e a terra sobreleva!...

Horriavel espectaculo se offerece
então as tristes incolas! Parece
o globo liquefeito!

Veloz conduz no dorso a correnteza
tudo quanto a benigna natureza
ali houvera feito!...

Nas ruidosas aguas, qual falúa,
do infeliz colono além fluctúa
a cara habitação!
já perdido tem elle o manso gado...
e o thesouro que a terra lhe ha dado
destroe a inundação!

Agora ennegreceram tristes côres
o luctuoso quadro de amargôres
difficil de pintar!
do immortal Alencar a illustre penna
esta tão afflictiva e mesta scena
só podéra narrar.

Ao longe se destaca no horisonte
um volume, que indica ser do monte
desprendido torrão...
sobre o dorso caudal eil-o vogando...
ahi vejo dois entes definhando
em penosa afflictção!...

Aqui ora fluctua fragil berço,
cujo dono talvez já esteja immerso
no seio da corrente!

Mas... não!... escolheo Deos aquelle asylo
para n'elle salvar, como no Nilo,
um gentil innocente!...
e aquelles, que no vórtice das aguas
se debatem além entre mil mágoas,
dos dias são-lhe auctores...

D'elles hontem gosou inda as ternuras,
e, tão tenro, já trava hoje as agruras
do calice das dôres!...

.....
Tal é do Itajahy o caso triste,
onde a pobreza agora só existe,
o pranto, o assolamento...

A obra em tanto tempo levantada
de todo destruída, aniquilada
foi em breve momento!!!...

Alfredo Theotônio da Costa (Santa Catharina — Brasil).

CHARADA XXXV (NOVISSIMA)

1 — 2 — É grande e serio este principe soberano.

P. M. (Lisboa).

141

Magrave

UMA ENCHENTE QUE TRANSFORMOU VIDAS

Emerson Gislandi - Jornalista



FORAM DIAS CINZENTOS QUE SE SUCEDIAM e teimavam em persistir, **chuvosos e intermináveis naquele fatídico ano de 1983.** A princípio, significavam apenas um incômodo na rotina dos habitantes de dezenas de cidades. Afinal, foram nebulosos meses de água descendo do céu e encharcando a terra, morros, encostas e até a alma.

Porém, semana após semana, aos poucos o rio Itajaí-Açu e seus afluentes enchiam, elevando as águas a níveis preocupantes. Findava a primeira quinzena de junho e o perigo de uma enchente de grandes proporções já se mostrava inevitável. E assim foi. A tragédia anunciada após o longo período de chuva quase intermitente se revelou com toda a sua incontrolável força nos primeiros dias de julho.

O desespero era visível no semblante de toda a gente. E não era para menos. A grande enchente de julho de 1983 acabou devastando o Vale do Itajaí e atingiu 135



idades em Santa Catarina, deixou quase 200 mil pessoas desabrigadas e pelo menos 50 mortos. Durou 32 dias, tornando-se a mais longa e destruidora da história de Itajaí.

Os municípios mais castigados foram Rio do Sul, Blumenau e principalmente Itajaí, onde 40 mil pessoas ficaram desabrigadas. Cinco mil animais morreram afogados, a grande maioria bois e vacas, encurralados nos pastos na terrível agonia das águas que subiam, subiam e transformavam a verdejante paisagem num fatal e impiedoso rio.

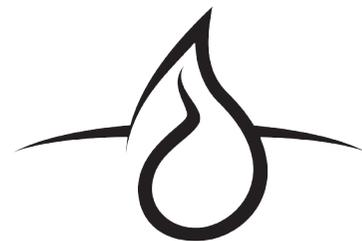
O então prefeito Arnaldo Schmitt Júnior, em início de mandato, movia céus e terras em busca de ajuda dos governos estadual e federal e de quem mais pudesse aliviar o sofrimento da população. Sensivelmente abalado, não suportou ver a cidade ilhada, a água subindo cada vez mais, e chorou. Mas não esmoreceu em momento algum. Persistiu incansável trabalhando dia e noite.

O resultado foi a solidariedade de todo o Brasil. Empresas, instituições, governos e cidadãos, todos comovidos com a atroz tragédia, não relutaram em auxiliar. Campanhas humanitárias se sucederam de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Algo surpreendente. Até outros países sensibilizaram-se e colaboraram.

Caminhões abarrotados de mantimentos, roupas, calçados, água potável e medicamentos chegavam às dezenas em Itajaí. Não lembro, em toda a minha vida, ter visto tamanha mobilização, e a minha crença de que o senso de humanidade persiste acima do egoísmo, me fez acreditar que a miséria do mundo tem solução. Pensei comigo: - que bom não é, nem tudo está perdido! Basta querer e agir, todos, unidos e em sintonia. Ilusão? Talvez. Mas voltemos aos trilhos!

Profissionalmente, eu participei de todo o desenrolar da tragédia. Era repórter do Jornal de Santa Catarina e estava trabalhando na cobertura da enchente, percorrendo várias cidades da região atingida em companhia do fotógrafo blumenauense Jandir Nascimento, destacado pelo jornal para produzir as imagens das inúmeras reportagens que realizei na cobertura jornalística da enchente.

O nosso empenho não foi em vão. Eu, ele e todos os profissionais que trabalharam para levar aos leitores as informações necessárias sobre a calamidade, fomos agraciados com o cobiçado Prêmio Esso de Jornalismo, o mais importante na área da comunicação em todo o Brasil.

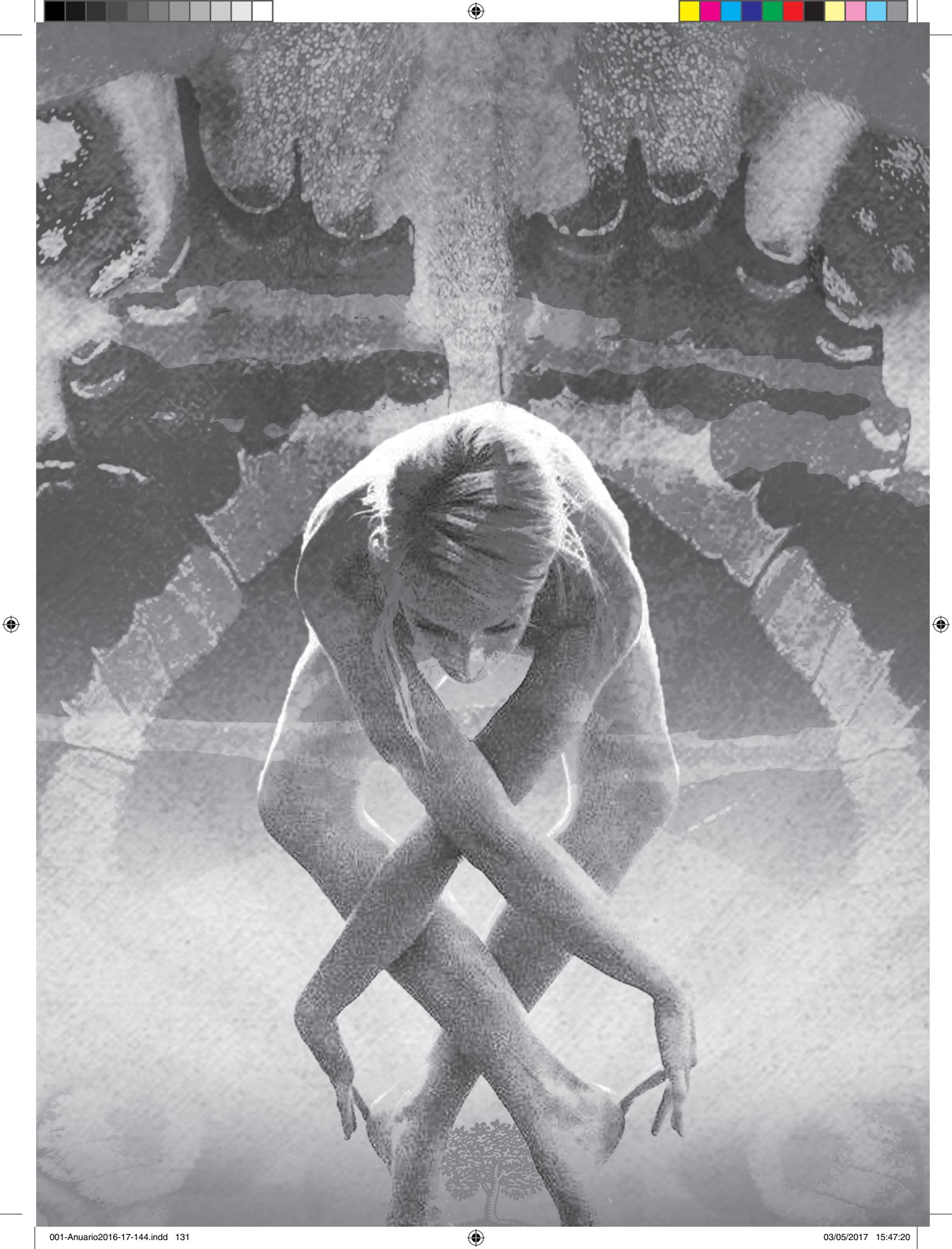


Eu morava no bairro Cordeiros naquela época. Logo no início, quando soube que a água subia rapidamente naquela região da cidade, de imediato dirigi-me para lá, chegando a tempo de retirar minha esposa, grávida de 3 meses, já com a água alcançando-lhe na mesa da cozinha, onde havia subido para se abrigar.

Infelizmente, sobreveio-lhe dias depois a rubéola, doença que determinou que nossa filha, Carolina, nascesse sem o maravilhoso sentido da audição. Maldita enchente! A água ultrapassou o teto da casa. Nunca mais voltei lá e a casa foi a leilão.

Só fomos descobrir a surdez de nossa filha no aniversário de um aninho dela. Som alto, muito barulho e ela dormindo docemente em seu berço. Estranhei e a levei ao médico no dia seguinte. E veio o diagnóstico atroz. Nunca mais fui o mesmo. Certos reveses da vida marcam para sempre!







A eleição municipal de 1930 em Itajaí

FERNANDO ALECKO - JORNALISTA

MARCADA PARA 14 DE SETEMBRO, a eleição municipal de 1930 elegeria um novo prefeito para Itajaí depois de 15 anos de sucessivos mandatos do coronel Marcos Konder. Foi o terceiro pleito eleitoral realizado naquele ano. Em 1º de março, houve votação para presidente da República e no dia 3 de agosto para presidente (governador) de Santa Catarina. Foram eleitos, respectivamente, Júlio Prestes e Fúlvio Aducci, ambos apoiados pelo grupo então reinante na política da cidade. Passadas as eleições presidencial e estadual, o eleitorado itajaiense voltou suas atenções para a disputa no município.

OS CANDIDATOS

O próprio Marcos Konder, presidente do diretório local do Partido Republicano Catarinense (PRC), conduziu o processo de escolha do candidato à sucessão. Reunidos no Palacete Municipal, na noite de 30 de agosto, os membros do partido aprovaram por unanimidade o nome de Irineu Bornhausen como candidato oficial para a chefia do Executivo. Tratou-se de mera formalidade, pois a campanha de Irineu Bornhausen, cunhado de Marcos Konder, corria a todo vapor desde o mês anterior, quando seu nome foi conclamado como candidato a prefeito, no dia 12 de julho, durante um jantar oferecido em homenagem ao ex-governador Adolpho Konder, então candidato ao Senado.



Do outro lado, a oposição lançara a candidatura de José Eugênio Müller, chefe da Aliança Liberal em Itajaí, “sobrinho de Lauro Müller e um misto de político e empresário com forte preocupação social” (LENZI, 2002, p. 104). O candidato oposicionista era adversário de Marcos Konder desde 1924, quando criou a Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada Construtora Catarinense, empresa fundadora do bairro Vila Operária. “Desde o começo da Sociedade Cooperativa, Marcos Konder e José E. Müller estavam em campos opostos, ali começando uma disputa política cujos desdobramentos somente culminariam na revolução de 1930” (MOREIRA, 2002).

Na esteira da contenda presidencial que confrontou Júlio Prestes e Getúlio Vargas, considerada uma das mais violentas da história brasileira, a campanha municipal foi marcada pelo clima de animosidade exacerbada. A influência do embate nacional no cenário itajaiense intensificou ainda mais as já acalentadas querelas e rixas político-partidárias locais.

A campanha eleitoral para a sucessão do Presidente Washington Luís teve em Itajaí ampla repercussão. A enfrentar a situação republicana, formavam os oposicionistas da Aliança Liberal um bloco aguerrido, capitaneado por José Eugênio Müller. Aliás, por iniciativa deste foi Itajaí a primeira cidade brasileira não pertencente aos Estados aliancistas de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul a lançar a candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República. (D'ÁVILA, 1982, p. 60).

A IMPRENSA

A imprensa participou ativamente da atmosfera eleitoral que predominava na cidade. Enquanto o jornal **Itajahy**, de Cyro Mascarenhas Passos, defendia a candidatura

de Irineu Bornhausen, o jornal **O Pharol**, de Juventino Linhares, era abertamente favorável a José Eugênio Müller. No dia 20 de julho, circulou o primeiro número do jornal **A Ordem**. Dirigido por Cyro Mascarenhas Passos e Francisco Rangel, a publicação foi lançada com o objetivo de atuar como instrumento de propaganda da campanha situacionista.

Como anedota, cabe o registro de que em uma de suas edições o jornal **A Ordem** publicou que José Eugênio Müller viajaria ao Rio de Janeiro para “fixar residência”. Também publicou depoimentos de cidadãos que, embora tivessem assinado uma lista de apoio a José Eugênio Müller, afirmavam que votariam em Irineu Bornhausen. O voto não era secreto nessa época, o que deixava os eleitores vulneráveis às pressões:

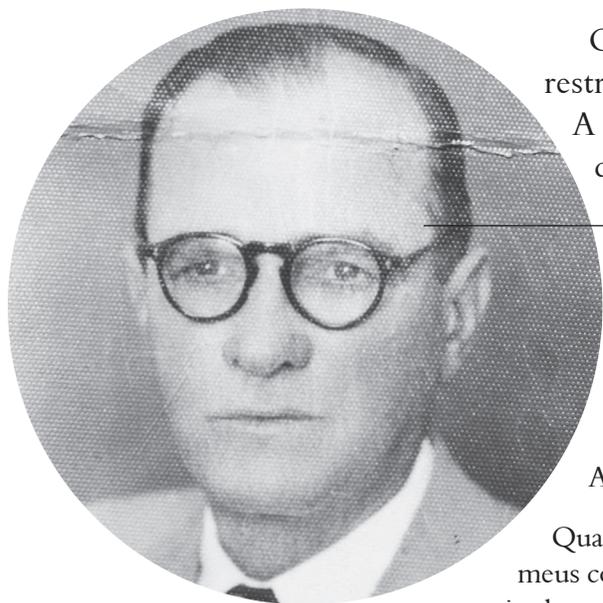
A elite itajaiense utilizou diversas estratégias para manter o poder, servindo-se em especial de instituições como o coronelismo, clientelismo, filhotismo, cunhadismo, apadrinhamento (batizado, casamento, primeira comunhão, filiação partidária, indicações e candidaturas), sem falar em expedientes de controle do eleitorado, tais como o voto de cabresto (FLORIANO, 2004).

A DESISTÊNCIA DA OPOSIÇÃO

O acirramento dos ânimos da campanha não ficou restrito à retórica dos candidatos e às páginas dos jornais. A oposição denunciou casos de violência e abuso policial contra seus apoiadores, especialmente na área rural do município. José Eugênio Müller retirou sua candidatura alegadamente como forma de protesto contra tais fatos e outras situações de intimidação de seus eleitores. O anúncio da desistência se deu através de uma carta do candidato publicada na edição de 10 de setembro de 1930 do jornal **O Pharol**:

Ao povo de Itajaí

Quando a tirania se fez sentir, ainda uma vez, em nossa terra, devo aos meus conterrâneos agradecer as muitas provas de solidariedade política e amizade pessoal que me foram dispensadas. A resolução tomada na reunião do dia 6 do corrente, pelo voto unânime dos oposicionistas presentes, e que vale pelo melhor protesto que poderia ser lançado à face de homens que não tivessem perdido toda dignidade política, foi também a que melhor consultou aos meus desejos. É que eu não sentia mais forças para continuar a assistir às cenas degradantes desenroladas no interior do Município, com particular ferocidade no distrito de Luiz Alves, onde a polícia, obedecendo, segundo afirma publicamente, a ordens superiores, deixou as ameaças que desde o começo desta campanha vinha fazendo insistentemente, para entregar-se à prática dos atos mais revoltantes. Vi, passadas já



trinta e seis horas, três humildes lavradores gemendo ainda sob as dores do açoite com que foram barbaramente espancados na prisão. Seu crime – e fosse qual fosse o crime praticado, nada justificaria esse procedimento da polícia – era o de terem assinado o manifesto que apresentou a minha candidatura à Prefeitura Municipal. Vi ainda um homem que foi chamado a dar explicações pelo simples fato de ter praticado a “irreverência” de jogar fora um papelucho que trazia o clichê do meu competidor. Outros estavam inscritos em uma lista que continha mais de cem nomes, dos quais alguns já haviam sido chamados e advertidos de que deveriam abandonar a campanha. Outros ainda já tinham sido presos. Muitos estavam e estão foragidos e outros aguardavam acabrunhados a sua vez.

Senti então que toda minha boa fé, acreditando nas promessas de um pleito livre, havia sido ludibriada, porque, acima mesmo dos princípios de humanidade, os meus adversários colocavam o orgulho imenso de vencer as eleições, mesmo que para tanto novas e maiores violências tivessem que ser efetivadas.

Se na campanha presidencial mantive-me forte ante uma série inominável de violências é que ali eu defendia uma causa nacional, enquanto que nesta estava em jogo o meu nome, e minha resistência cedeu diante de uma pobre viúva, de setenta anos de idade, alquebrada, que, abraçada comigo, chorava convulsivamente, apontando para seus dois filhos que haviam sido açoitados de modo que nem os grandes malvados fazem aos próprios cães.

Tudo isto levei ao conhecimento do governo do Estado e as providencias mais prontas tomadas foram o envio, no dia seguinte, de mais dez soldados para aquele distrito.

Estamos possivelmente sob o jugo de um verdadeiro despotismo que não é mais que o reflexo do que ocorre por todo o Brasil. Nestes dias tristes em que as liberdades públicas e os direitos dos cidadãos são frases ocas para iludirem os incautos, ser oposicionista é faltar com o respeito às autoridades, fazer propaganda comunista, anarquizar as instituições republicanas. Manter a ordem, fazer respeitar as autoridades, acatar os direitos políticos, é ter um uma mão o açoite e na outra a carabina, para arrancar do trabalho da terra ou da banca da oficina aquele que tiver a veleidade de pensar que o voto do cidadão é livre, que a justiça não é um mito com o qual se enganam os ingênuos e se castigam os humildes.

Crer na justiça dos homens, no Brasil de hoje, é crer na carícia do felino que esconde as unhas para melhor nos inspirar confiança e para nos atraiçoar no primeiro momento. A justiça dos homens públicos do Brasil é esta. A outra, a que se faz respeitar pelo aparato da toga, é também por vezes falha; por vezes emaranhada nas tramas dos políticos profissionais.

Mas, se em nossa terra assim não é, aguardemos ainda a ação dos que, acordados por este grito de dor, sem mais poderem alegar ignorância dos fatos, tomem o caminho da honra e façam castigar os responsáveis pelas misérias que torno a denunciar.

É preciso que os homens públicos do nosso Estado deixem de desvirtuar a verdadeira missão do soldado, transformando-o em espantinho do povo, quando a

sua simples aparição em qualquer lugar deveria a tranquilidade a todos os espíritos. O soldado da polícia de hoje, a mando desses politiquinhos, é por vezes mais infeliz do que mesmo aqueles aos quais é obrigado a aplicar castigos infamantes.

Com a nossa renúncia, blasonem os nossos adversários prestígio político, porque tudo devo esperar hoje dos que se fizeram surdos aos meus apelos de paz e de concórdia. Humilhem-se, porém, diante da minha resistência às seduções com que me acenam, para que eu, abandonando os meus amigos, me envaidecesse com uma posição qualquer. Humilhem-se, porém, diante de quem prefere cair com a gente da sua terra, até que dias melhores surjam para um povo que não quer viver escravo. E se ainda lhes resta a consciência do mal que estão fazendo, ou se é que não tem responsabilidade dos fatos ocorridos, venham ao meu encontro e façamos a paz na família itajaíense, mas a paz que seja cimentada pelo respeito a todos os direitos. Resigne o meu competidor o cargo para o qual só será eleito pelo prestígio da polícia e volte a disputar comigo, em uma eleição leal, a suprema ventura em política, de administrar a terra em que nascemos. Só assim terá provado que não teme a livre manifestação do eleitorado e que reprovou tudo que ocorreu. Só assim poderá resgatar erros cometidos e tornar-se credor da estima de todos os seus concidadãos.

Se o não fizer, respeite pelo menos os que se afastaram da luta para evitar maiores sofrimentos aos seus conterrâneos. E receba no dia 14 os votos, ainda mesmo daqueles que seguem para as urnas como os escravos seguiam, outrora, para o eito.

Por sua vez, a chapa governista criticava a conduta da oposição. Entre outras queixas, denunciava que os cabos eleitorais oposicionistas tentavam comprar votos de agricultores no interior do município com ofertas de bois e arado para lavoura. Também atribuía aos seguidores de José Eugênio Müller a responsabilidade pelos episódios violentos, acusando-os de “insuflar exemplos de violência e de arbítrio, de deslealdade e de mentira, a ponto de, muitas vezes, provocarem a urgência de medidas repressoras por parte das autoridades policiais” (A ORDEM, p. 1, 30 jul. 1930).

A INAUGURAÇÃO DA PONTE

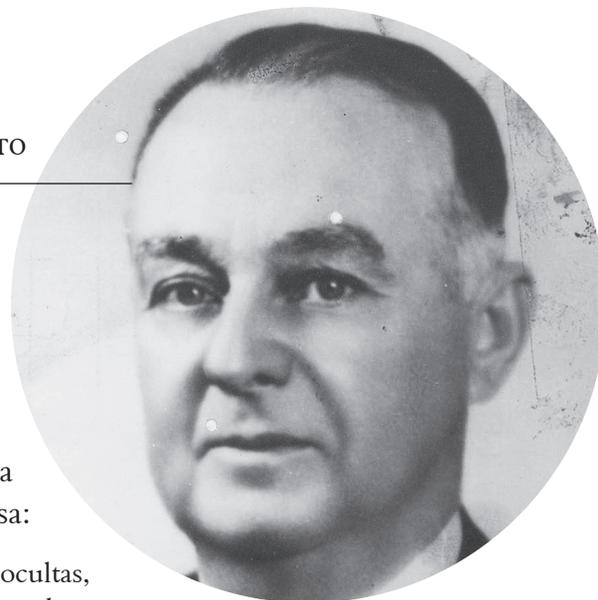
Entre os eventos que marcaram aquela campanha, o mais significativo ocorreu no dia 10 de agosto, quando inaugurada a ponte de cimento sobre o rio Itajaí-mirim, na Barra do Rio.

Na época a lei não vedava a participação de candidatos em inauguração de obras públicas e a cerimônia se converteu em grande comício. A ponte foi batizada com o nome do próprio prefeito que a inaugurou: Marcos Konder. No mesmo dia, também foi inaugurada a sede da Intendência Distrital de Luiz Alves. Ambos os eventos foram prestigiados por líderes estaduais do PRC como o governador Bulcão Vianna e o senador Adolpho Konder.



O PLEITO

No dia 14 de setembro, o candidato situacionista Irineu Bornhausen, concorrendo sozinho nas urnas, obteve ampla maioria dos votos e foi eleito prefeito de Itajaí para o quadriênio 1931-1934. Uma carta publicada no jornal **O Pharol** dez dias depois da eleição, intitulada “A perseguição de um número” e reproduzida abaixo com a grafia original da época, analisa o resultado do pleito municipal de 1930 de forma curiosa:



Mucio Teixeira, meu mestre em sciencias ocultas, costumava fazer suas profecias à sombra das sete palmeiras do mangue. O numero sete, effectivamente, é o algarismo que nesta sciencia se presta admiravelmente para desvendar o futuro. Ora, o nosso municipio – Itajahy – tem tambem sete letras. De um modo que os versados no occultismo são capazes, eu, no dia 14 de agosto (duas vezes sete) desvendei todo o resultado das eleições municipaes. Quiz ter um testemunho disto e contei confidencialmente ao Nagenoli os resultados a que cheguei. Alinhando as cifras encontrei o que a “Ordem” depois publicou: Numero de eleitores, 3077; Comparecimento às urnas, 2154; Votos obtidos pelo sr. Irineu, 1777; Resto que ficaria para o sr. José Müller, 377.

Ainda mais sr. redactor: o numero sete nesta eleição, sempre andou em actividade. O numero do automovel do candidato vencedor é 14 (duas vezes sete). O dia da eleição, quatorze de setembro (duas vezes sete). Os santos que mais protegeram a candidatura official: S. Honorio e S. Nicolau, ambos com sete letras. Os postos de capitão e tenente, os dois officiaes da policia que fizeram a eleição, tambem se escrevem com sete letras. O calculo feito pela “Ordem” tem sete setes. Tirando a prova dos nove das somas encontramos uma sobra de dois setes. O candidato official conta atualmente 34 annos... (3+4=7). O outro santo protector da candidatura, S. Adolpho (sete letras). Sete tambem é a conta dos mentirosos, mas isto, sr. redactor, não tem lá grande importancia, porque sete tambem são os palmos da sepultura, sete foram as pragas do Egypto e sete são os pecados capitaes.

Os entusiastas da victoria da candidatura official proclamam ja que o futuro prefeito governará por dois quadrienios, mas eu posso afirmar que o seu governo terá a duração exacta de sete annos.

Do leitor amigo, Septimo Settes.

Tanto os “entusiastas da vitória da candidatura official” quanto o bem humorado “leitor amigo” erraram em suas previsões. Poucas semanas depois da eleição, o cenário político mudou completamente. Com a eclosão do movimento liderado por Getúlio Vargas, em outubro de 1930, o prefeito eleito de Itajaí não assumiria o cargo. As notícias

sobre o avanço dos revoltosos em Santa Catarina fizeram com que as principais autoridades e lideranças do PRC abandonassem a cidade, entre elas o prefeito Marcos Konder e o próprio Irineu Bornhausen, então presidente do Conselho Municipal. A família de Marcos Konder deixou Itajaí na noite de 10 de outubro em direção a Florianópolis e se instalou no Hotel Metropol daquela capital (LOLLA, 1997, p. 142-143).

A REVOLUÇÃO



A primeira tropa getulista chegou a Itajaí na madrugada de 14 de outubro sem encontrar qualquer resistência. Procedente de Blumenau, a companhia do Batalhão Severiano Maia, sob o comando de Pedro Kuss (que mais tarde seria prefeito de Mafra), foi recebida por José Eugênio Müller e outros aliancistas na recém-inaugurada ponte sobre o rio Itajaí-mirim. No mesmo dia, os líderes oposicionistas se reuniram no Palacete Municipal e tomaram a frente do governo que se encontrava acéfalo, sendo o tenente Antônio Quintas Maia indicado para assumir provisoriamente a condição de prefeito militar, pouco depois substituído pelo capitão Adolpho Germano de Andrade, nomeado pelo interventor estadual Ptolomeu de Assis Brasil.

Entre as primeiras resoluções do governo provisório, decidiu-se por contrair um empréstimo superior a 20 contos de réis, em caráter de urgência, com a finalidade de amenizar o desemprego através da execução de serviços municipais. Na época havia um grande número de pessoas sem trabalho na cidade devido aos efeitos da crise mundial de 1929 e, sobretudo, pela paralisação das obras da barra do porto e da estrada de ferro que se arrastava há algum tempo. Os getulistas também congelaram o preço de produtos de primeira necessidade.

De Biguaçu, onde se encontrava entrincheirado na defesa de Florianópolis, o 14º Batalhão de Caçadores aderiu ao movimento revolucionário e marchou em direção a São Francisco do Sul. Ao passar por Itajaí, no dia 17 de outubro, a tropa foi “festivamente recebida, entre flores e palmas, em frente à Prefeitura Municipal, sendo nesta ocasião saudada pelo sr. José Eugênio Müller”, conforme relata o jornal **O Pharol**. Os líderes aliancistas não perderam a chance de homenagear a revolução:

O povo confraternizou entusiasticamente com a tropa, delirando a multidão no momento em que foi hasteada, em frente à Prefeitura, a bandeira da Paraíba, o heroico Estado nordestino que tão altivamente soube manter-se na vanguarda em defesa dos princípios democráticos do regime. Outro fato que provocou

aclamação delirante da multidão foi o gesto do sr. José Eugênio Müller alvitrando que se concedesse à Praça República a denominação de Praça João Pessoa, significativa homenagem ao grande mártir da democracia (O PHAROL, p. 2, 20 out. 1930).

Por ironia do destino, anos depois a mesma praça foi rebatizada com o nome de Irineu Bornhausen, o adversário de José Eugênio Müller. Outra ironia remete à já mencionada nota do jornal **A Ordem** que informava sobre o candidato opositor fixar residência no Rio de Janeiro. Quem tomou este rumo foi Irineu Bornhausen, que ao deixar Itajaí por ocasião da Revolução de 1930 buscou refúgio temporariamente na então capital da República.

A vitória da Revolução de 30, no meio acanhado de Itajaí, provocou uma onda de ataques verbais e gestos hostis aos políticos que compunham a situação, até então. Essas manifestações, pelas quais diversos elementos da antiga oposição davam vazão a ressentimentos acumulados e mal represados durante muito tempo, assumiram feição mais acirrada em Itajaí justamente por se tratar da terra natal dos políticos que estavam em maior evidência nos governos da agora abolida República Velha (KONDER, 1997, p. 33).

JOCA BRANDÃO

Em meio ao regozijo dos getulistas, um fato consternou a cidade. No dia 1º de novembro, o governo provisório organizou uma missa campal na Praça João Pessoa para comemorar a vitória dos revolucionários, seguida de uma romaria ao cemitério para render homenagens ao ex-prefeito Pedro Ferreira, adversário político dos Konder, morto em 1911. Ao lado do túmulo, discursava João Marques, exímio orador mais conhecido como Joca Brandão, quando acometido de um enfarte fulminante caiu morto em meio à multidão. O triste acontecimento foi assim registrado pelo jornal **O Pharol**:



João Marques Brandão, de pé em um caixão colocado sobre a pedra do túmulo, segurando numa das mãos uma coroa de flores naturais, à qual se achava atado um laço com a inscrição “Homenagem do povo ao inolvidável Pedro Ferreira” iniciou, com a voz embargada pela comoção, a vibrante oração. Solicitou depois preces para os que jaziam sob aquele chão. Parou alguns segundos orando. Exaltou depois a figura homérica de João Pessoa. Lágrimas a deslizarem pelas faces, entrou a referir-se a Pedro Ferreira, cuja vida e martírio começou a analisar. “Fora dos promotores da homenagem da translação

para a Prefeitura, do retrato desse companheiro...”. A comoção embargou-lhe a voz. Empalideceu. Fraquejaram-lhe as pernas e, antes que a grande multidão que o cercava se apercebesse o que se passava, caiu ao solo, nos estertores de uma agonia rápida. Braços ergueram o corpo ao ar levando-o para um automóvel que saiu rápido em busca de socorros médicos. Enquanto isso, o sopro se extinguía, chegando o corpo já sem vida ao hospital. (O PHAROL, p. 1, 1º nov. 1930).

A ERA VARGAS



Embora tenha mudado o mapa do poder no Brasil, a vitória getulista, consolidada em 24 de outubro de 1930, não significou uma ruptura total com alguns costumes da República Velha. Na edição de 28 de julho de 1931 do jornal **O Libertador**, Francisco Rangel denunciou: em Luiz Alves, o cidadão Leopoldo Hess (ex-conselheiro municipal e antigo aliado dos Konder), por ter negado seu apoio a uma lista em que angariavam assinaturas, “sofreu duro vexame em plena rua, onde o insultaram grosseiramente, tirando-lhe a gravata e o colarinho, e por cima quiseram pô-lo na cadeia”. A democracia e a liberdade tão propaladas nos discursos aliancistas não encontravam eco na realidade do novo regime.

A Revolução de 1930 imprimiu mudanças no sistema eleitoral brasileiro. As mulheres ganharam direito ao voto em 1934 e foi instituído o voto secreto, mas apesar disso, a democracia ainda estava longe de ser vivenciada na prática. De 1931 a 1936, os prefeitos de Itajaí foram todos indicados ditatorialmente pelo interventor (governador) do Estado de Santa Catarina, que por sua vez era nomeado pelo presidente Vargas (SERPA, 2010, p. 29).

Os eleitores de Itajaí só voltariam às urnas para eleger o prefeito da cidade em 1º de março de 1936. Irineu Bornhausen, candidato pela União Republicana, foi eleito com 1.990 votos, derrotando Arno Bauer, do Partido Liberal (1.411 votos) e José Eugênio Müller, da Aliança Liberal (1.001 votos), sendo o único candidato da União Republicana vitorioso em Santa Catarina. Tomou posse como prefeito de Itajaí na tarde de 4 de abril de 1936, o que foi festejado com um banquete para mais de 250 pessoas.

CAMINHOS DISTINTOS

Após a derrota na eleição municipal de 1936, José Eugênio Müller transferiu

sua vida política e pessoal para o Rio de Janeiro. Na cidade serrana de Nova Friburgo, foi prefeito por duas vezes: de 28 de março a 12 de abril de 1947 (nomeado) e de 31 de janeiro de 1951 a 28 de outubro de 1955 (eleito). Presidiu o Banco do Estado do Rio de Janeiro de 1954 a 1957 e foi deputado federal entre 1957 e 1959. Faleceu no Rio de Janeiro em 3 de maio de 1963. Irineu Bornhausen exerceu o mandato de prefeito de Itajaí de 1936 até 1939, quando renunciou. Em 3 de outubro de 1950, elegeu-se governador de Santa Catarina, cargo que exerceu de 1951 a 1956. Seu último mandato eletivo foi o de senador, entre 1959 e 1967. Faleceu em Itajaí no dia 11 de agosto de 1974.

Em comum, além da veia política, José Eugênio Müller e Irineu Bornhausen nutriam apreço pelo Clube Náutico Marcílio Dias, agremiação que ambos presidiram.

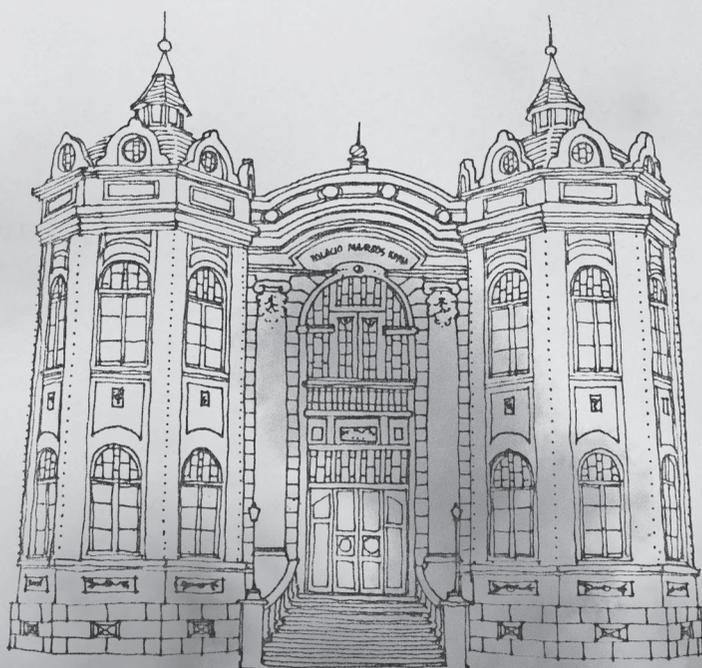
REFERÊNCIAS

- D'ÁVILA, Edison. **Pequena História de Itajaí**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 1982.
- FLORIANO, Magru. **Ensaio 3: Sociologia**. Itajaí: Brisa Utópica, 2004.
- KONDER, Victor Márcio. **Irineu Bornhausen: Trajetória de um homem público exemplar**. Brasília: Senado Federal, 1997.
- LENZI, Rogério Marcos (organizador). **Itajaí Outras Histórias**. Itajaí: Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.
- LOLLA, Beatriz Pellizzetti. **Memórias de um Italiano na Revolução de Trinta em Santa Catarina**. Blumenau: Editora da FURB, 1997.
- MOREIRA, Márcio Ricardo Teixeira. **A formação de uma vila operária em Itajaí (SC): uma industrialização interrompida**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.
- SERPA, Ivan Carlos. **Entre o Rio e o Mar - História da Administração Pública Municipal de Itajaí entre 1950 e 2000**. Itajaí: S&T Editores, 2010.

PERIÓDICOS

- A Nação (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins
- A Ordem (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins
- Itajahy (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins
- Jornal do Povo (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins
- O Libertador (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins
- O Pharol (Itajaí) – acervo da Fundação Genésio Miranda Lins



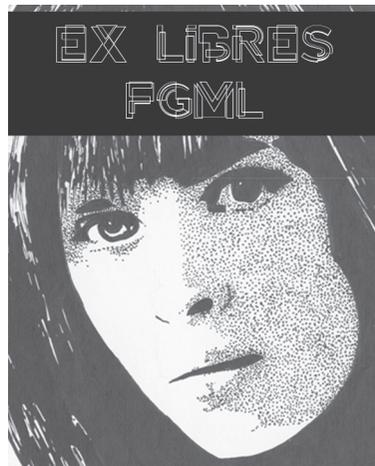


**FUNDAÇÃO GENÉSIO
MIRANDA LINS
1976 - 2016**



40
ANOS
PRESERVANDO
O FUTURO
DA CIDADE





Este livro foi composto nas fontes Aldine401 BT, corpo 12,3/entrelinhas 15,7, para textos; Aldine401 BT, corpo 10,8/entrelinhas 13,7, para citações; Aldine721 BT, corpo 18/entrelinhas 24, para títulos; e impresso em papel pólen soft 80 gramas para Fundação Genésio Miranda Lins no inverno de 2017
Itajaí - SC - Brasil





Foto: Tainara Rodrigues De Mira



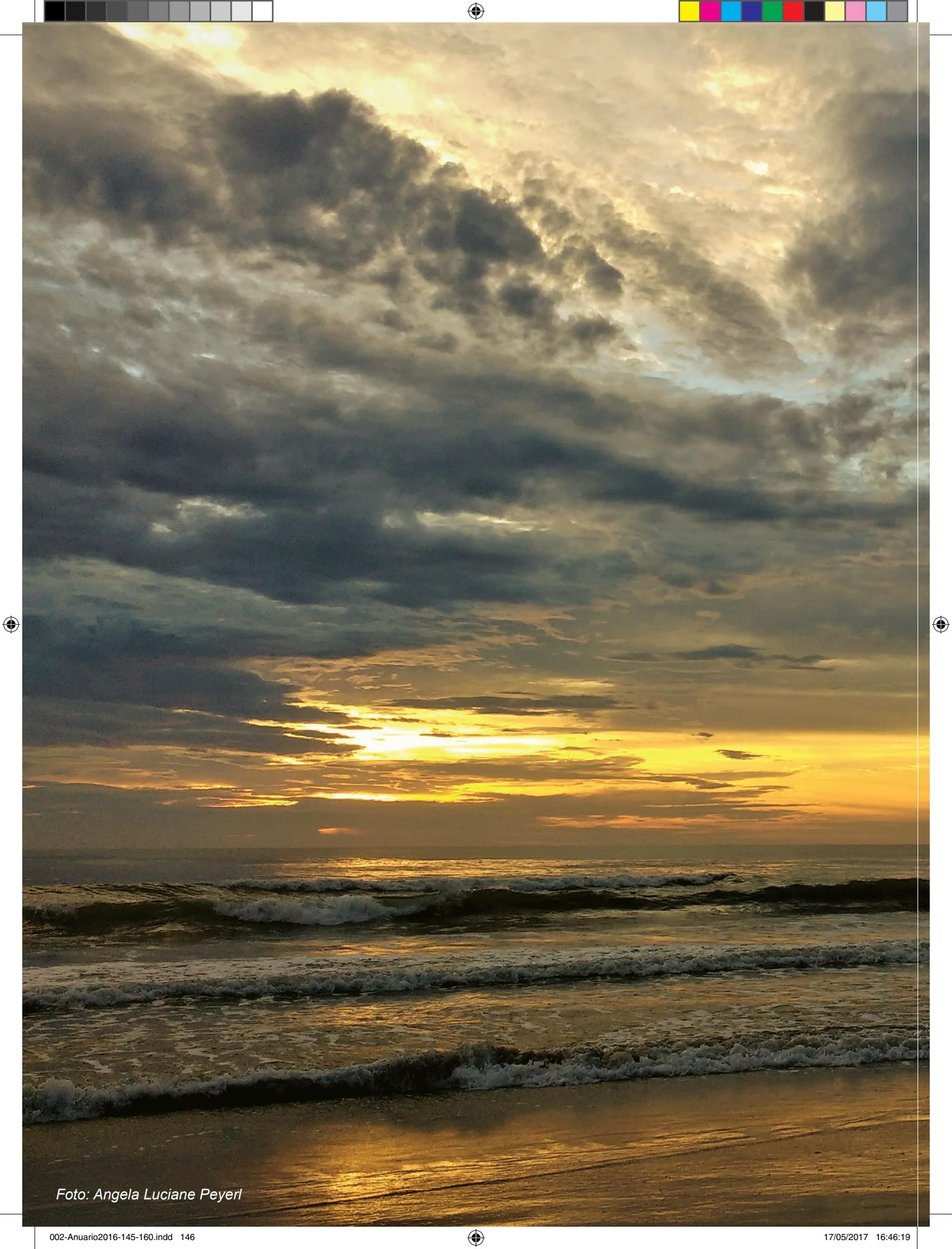
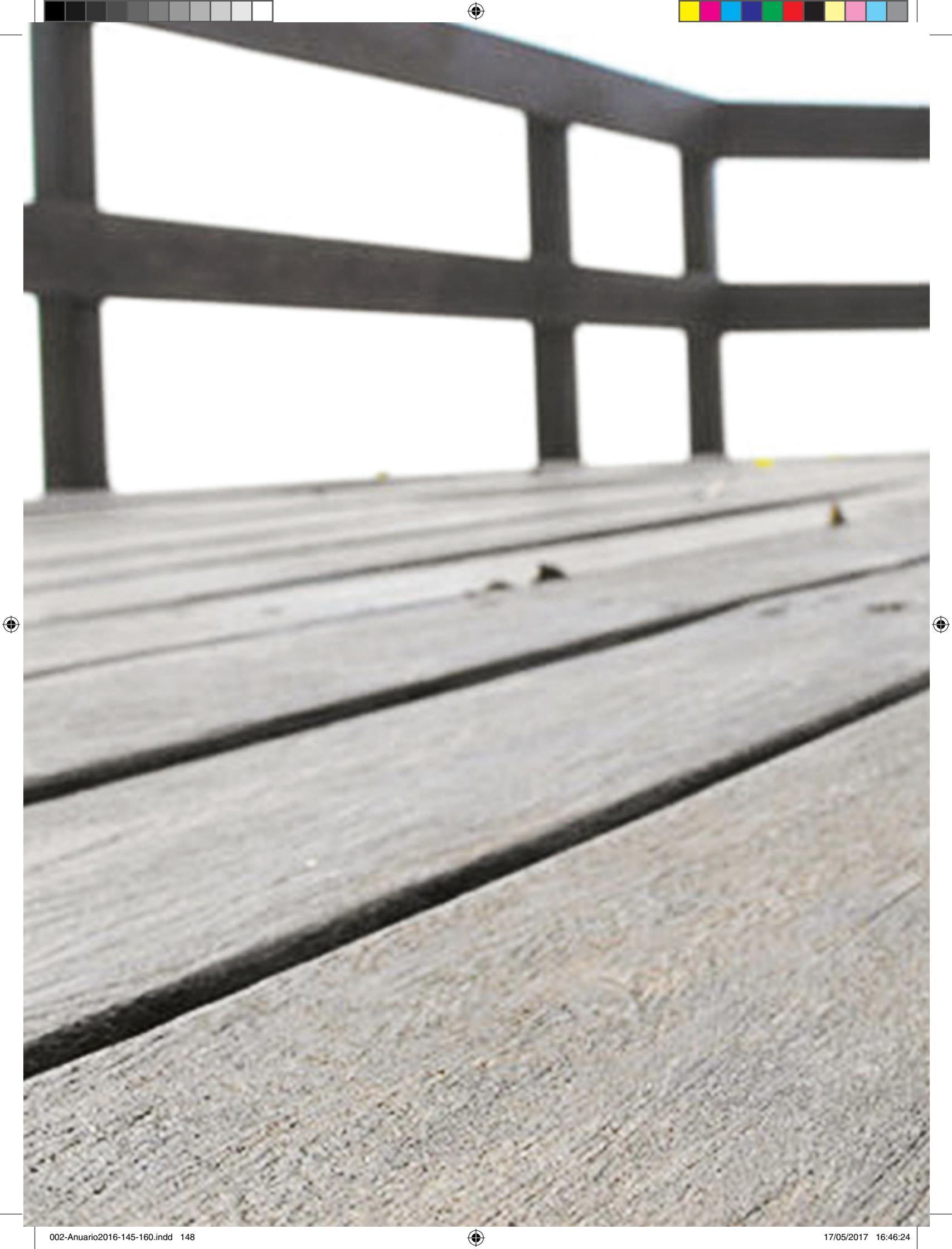


Foto: Angela Luciane Peyerl





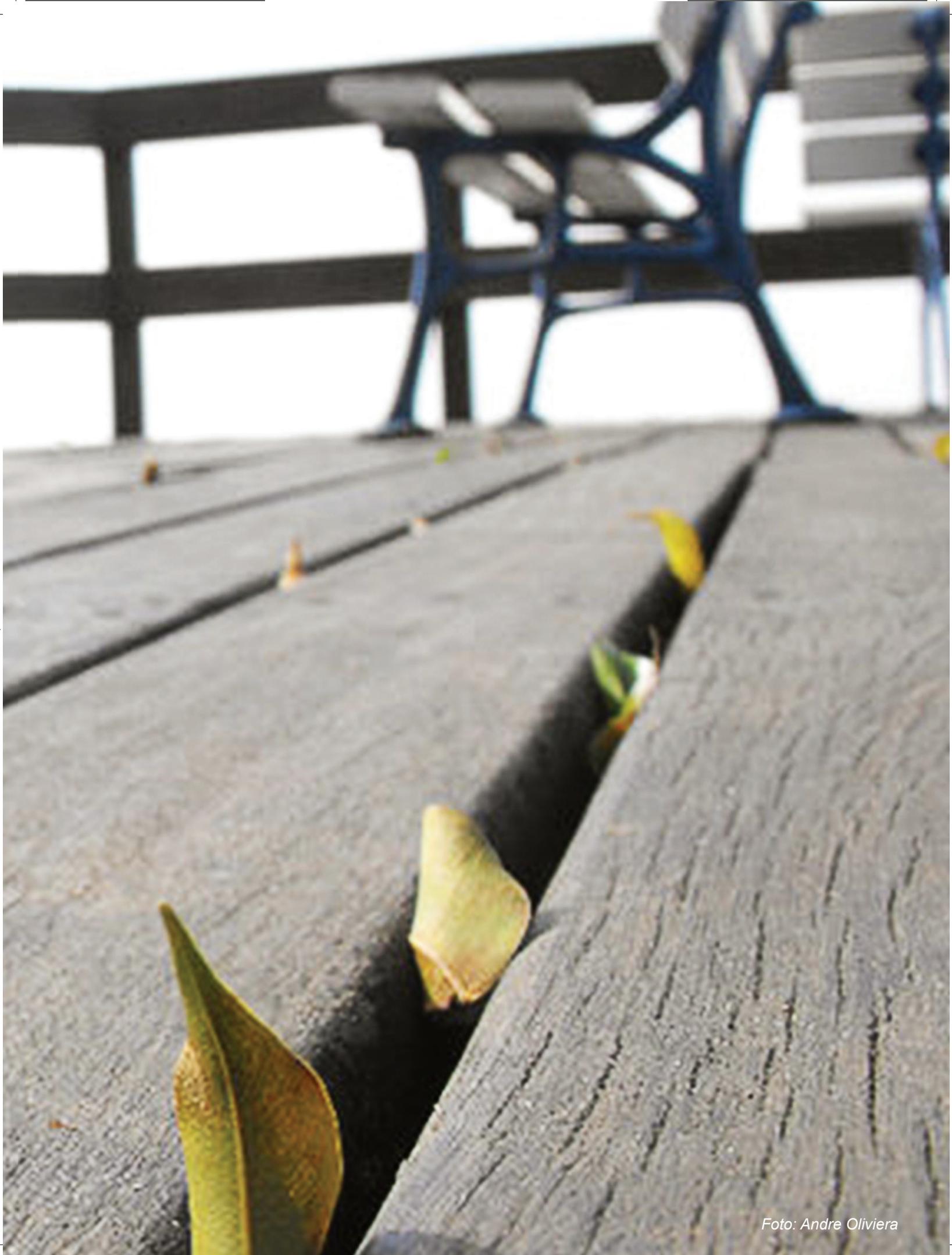


Foto: Andre Oliviera





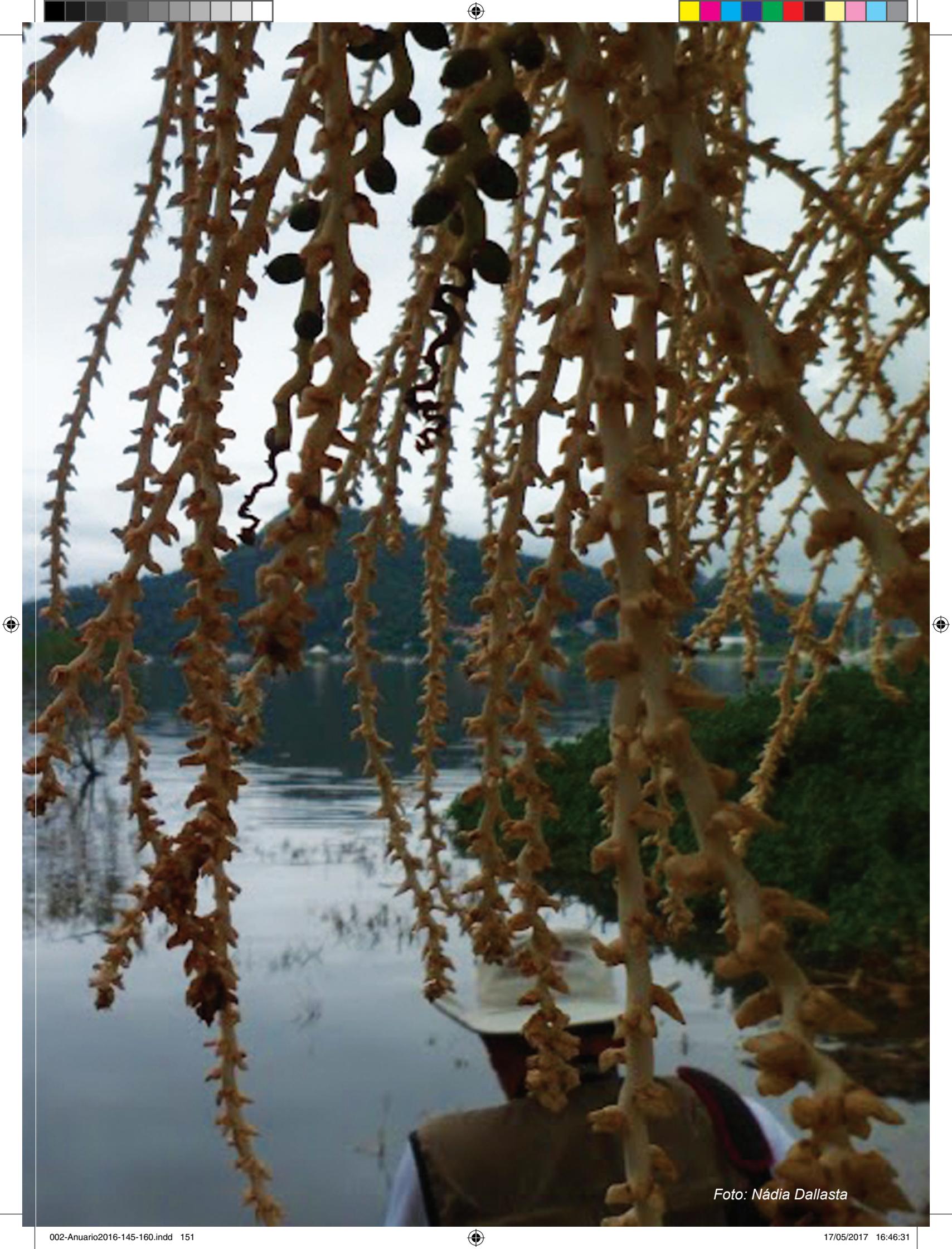


Foto: Nádia Dallasta



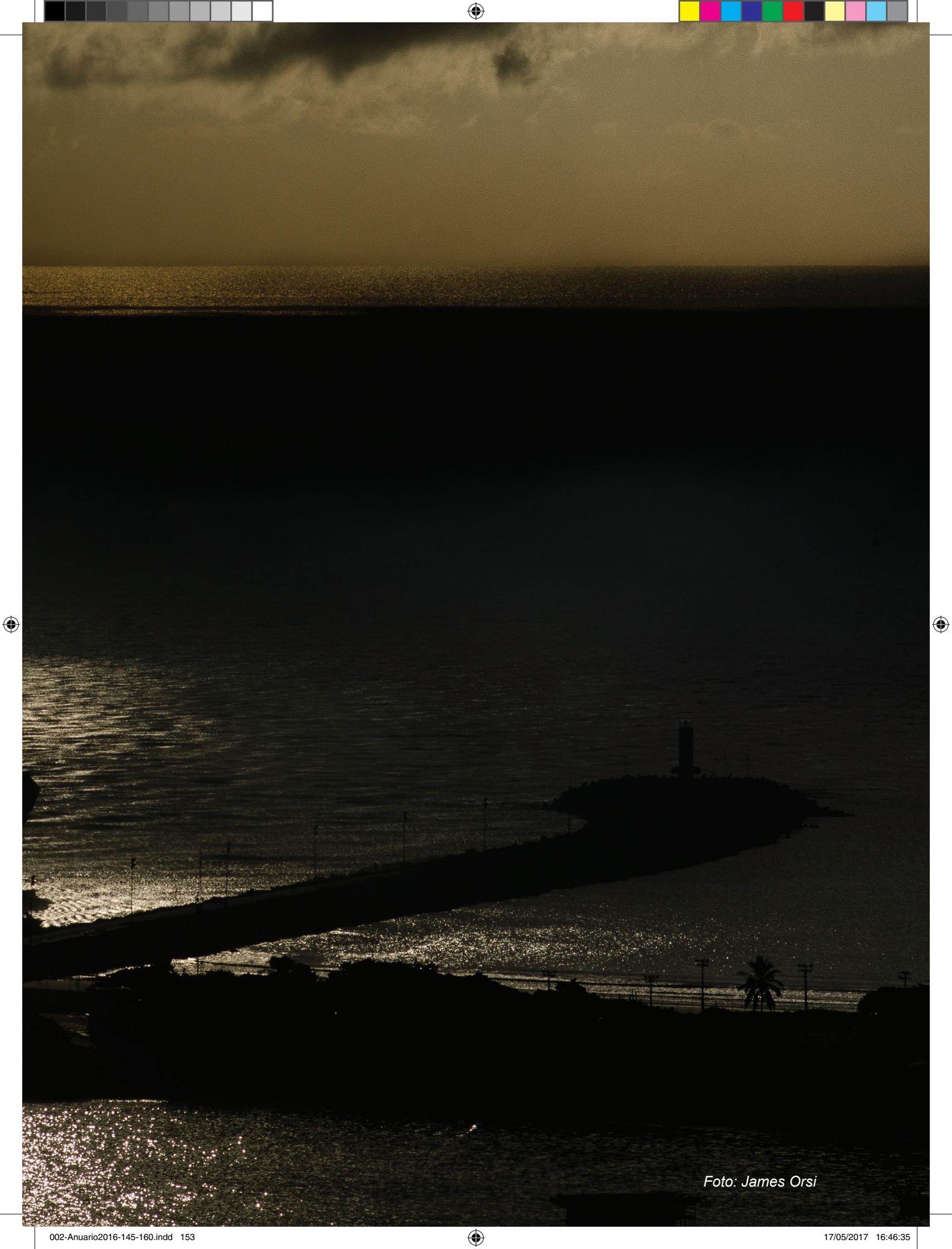


Foto: James Orsi





Foto: Marcelo Filho





Foto: Dinis Mengarda





LUAR
Cruz e Sousa



Pelas esferas, nuvens peregrinas,
brandas de toques, encaracoladas,
passam de longe, tímidas, nevadas,
cruzando o azul sereno das colinas.

Sombras da tarde, sombras vespertinas
como escumilhas leves, delicadas,
caem da serra oblonga nas quebradas,
vão penumbrando as coisas cristalinas.

Rasga o silêncio a nota chã, plangente,
da Ave-Maria, - e então, nervosamente,
nuns infáveis, espontâneos jorros

embate o luar, de forma admirável,
claro, bondoso, elétrico, saudável,
na curvilínea compridão dosmortos.

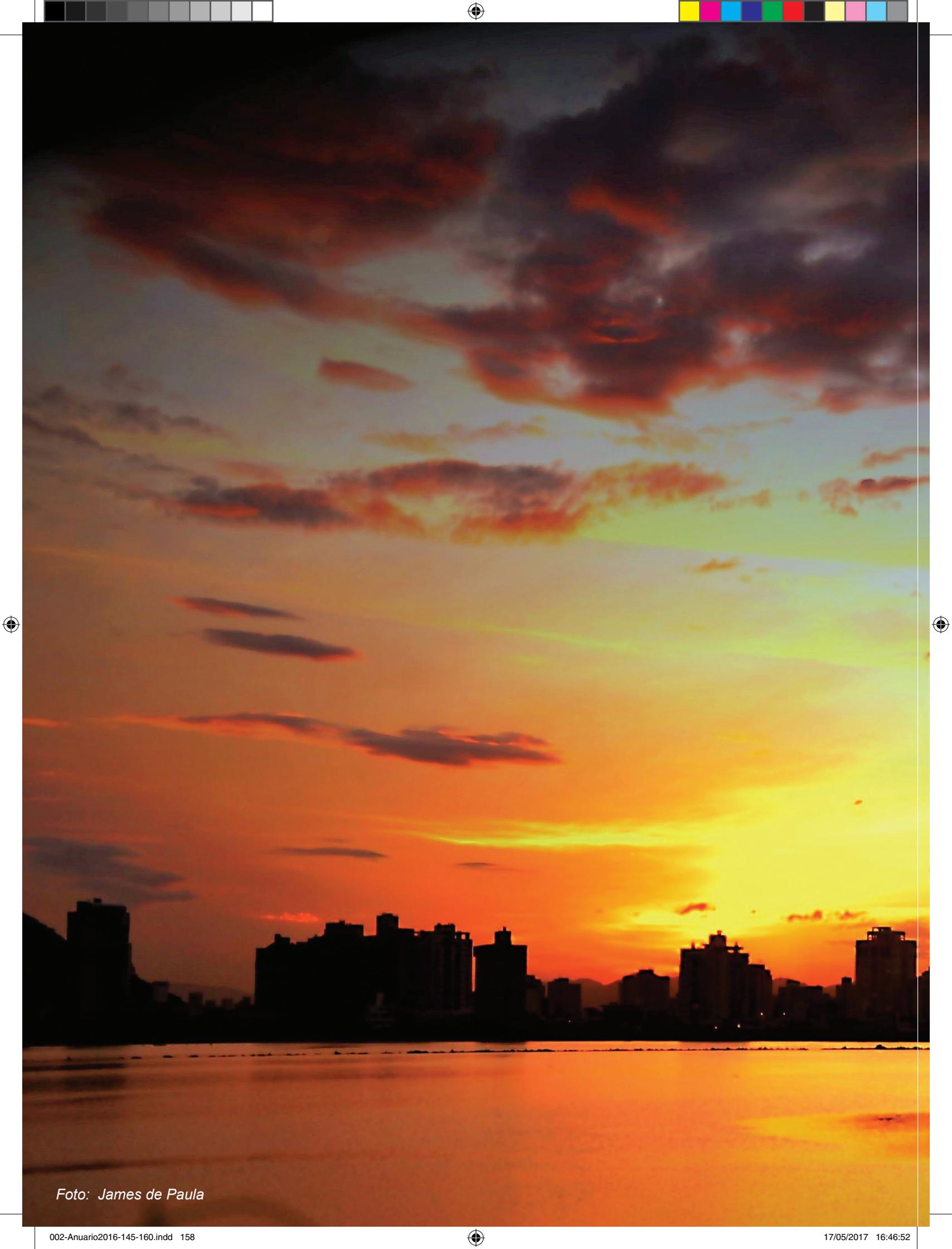
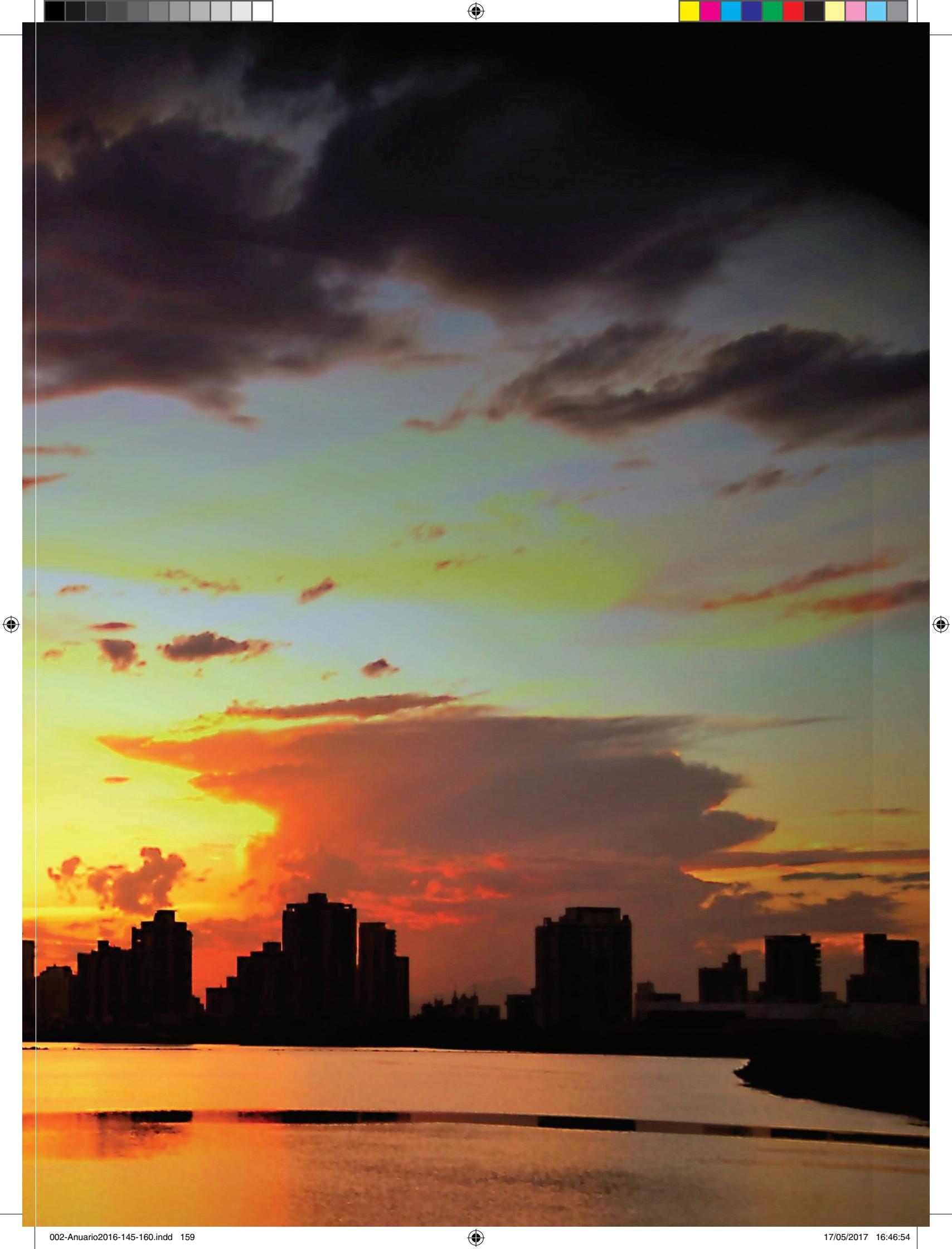


Foto: James de Paula



Om Namah - Namasté

ॐ

